

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

MÁRCIA BERNARDES

JOVENS E INTERNET:

Usos sociais e sociabilidades juvenis femininas em uma instituição de acolhimento

São Leopoldo

2012

MÁRCIA BERNARDES

JOVENS E INTERNET:

Usos sociais e sociabilidades juvenis femininas em uma instituição de acolhimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof. Dra. Denise Cogo

São Leopoldo

2012

B521j Bernardes, Márcia.

Jovens e internet: usos sociais e sociabilidades juvenis
femininas em uma instituição de acolhimento / por
Márcia

Bernardes. – 2012.

151 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
2012.

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Fabiane Pacheco Martino - CRB 10/1256

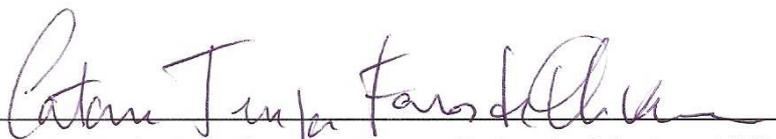
MÁRCIA BERNARDES

"JOVENS E INTERNET: USOS SOCIAIS E SOCIABILIDADES JUVENIS
FEMININAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO"

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.

Aprovada em 09 de março de 2012

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira – UFC



Prof. Dr. Ronaldo Cesar Henn – UNISINOS



Profa. Dra. Denise Maria Cogo – UNISINOS

Para quem já está aqui, mas ainda não chegou...

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas (e de diversas maneiras) fizeram parte desse caminho de estudo, pesquisa, dedicação, descobertas, desafios... E a todos e todas eu agradeço o incentivo, a palavra amiga, a companhia para uma conversa, a troca de idéias, o apoio, a alegria compartilhada e todas as boas energias e os bons pensamentos.

Agradeço especialmente à Prof. Dra. Denise Cogo, minha orientadora, que soube ter paciência para esperar o amadurecimento das idéias, tranqüilidade para lidar com a minha pouca prática em pesquisa e na vida acadêmica e que, com sua experiência e talento, fez com que essa dissertação tomasse forma, conteúdo e sentido. Minha gratidão e meu reconhecimento.

Obrigada também aos meus pais, por mostrarem a importância do conhecimento, da crítica e da dúvida. E por sempre me apoiarem. Ao meu marido, pelo incentivo, pelo apoio, pelos elogios, por acreditar em mim... E por partilhar mais esse momento comigo... Aos meus irmãos, pelo amor que nos une. E às minhas cunhadas, pela presença. Ao meu sobrinho, por ser essa luz tão especial em nossas vidas e a minha avó, que sempre fica feliz por nossas conquistas. Obrigada também à Paola e ao Rafa, por seus bons desejo e pela alegria da convivência.

Agradeço, ainda, aos colegas da turma 2010 do Mestrado (a melhor turma...), pelos momentos divididos, mas especialmente: Lara, Leslie, Marina, Tabita e Dadylla, pelo aprendizado, pelas risadas, pelos desabafos, pelas alegrias... enfim, pelo afeto e pela memória que agora nos une. Muito obrigada!

Ao Prof. Dr. Ronaldo Henn e à Prof. Dra. Catarina Oliveira, pelas sugestões e considerações na banca de qualificação, que muito contribuíram para a continuidade do caminho até esse trabalho final. E por aceitarem compor a Banca de Arguição, obrigada!

Ao CECRIFE/Querubim, por permitir a realização da pesquisa.

Enfim: amigos, amigas, colegas, família... obrigada pela atenção, pelas palavras de incentivo e apoio e pela parceria! E, principalmente, ao Pai do Céu, agradeço todas as muitas bênçãos e os muitos privilégios que tenho na vida e por me permitir chegar até aqui.

“A consciência do mundo, que viabiliza a consciência de mim, inviabiliza a imutabilidade do mundo. A consciência do mundo e a consciência de mim me fazem um ser não apenas no mundo, mas com o mundo e com os outros. Um ser capaz de intervir no mundo e não só a ele se adaptar.”

“Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é tempo de possibilidades, e não de determinismos”

Paulo Freire

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo investigar as interações comunicacionais de jovens mulheres em situação de vulnerabilidade social, acolhidas em uma instituição de atendimento socioeducativo no município de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, buscando compreender os usos sociais da Internet em um contexto institucional de acesso restrito e monitorado das tecnologias. A pesquisa busca pensar os modos de construção da cidadania e a reconfiguração das identidades culturais e sociabilidades das jovens no marco das fronteiras impostas pela condição de abrigamento na instituição e pelas condições socioeconômicas e o contexto de desigualdades sociais em que as jovens estão inseridas. O referencial teórico utilizado parte dos estudos de recepção, no âmbito dos estudos culturais, utilizando como aportes conceituais as noções de juventude, gênero, cidadania, classe social, identidade, sociabilidade e usos sociais da Internet. A metodologia parte de uma perspectiva etnográfica que abrange a convivência com as jovens no abrigo, a interação direta com as abrigadas na sala de informática e a utilização das técnicas da observação, das entrevistas abertas e das conversas informais. Os principais eixos de análise apontam para a preponderância do consumo da cultura massiva, via Internet, por parte das jovens e para o uso da Internet como meio de entretenimento. Também sinalizam para a constituição de sociabilidades juvenis marcadas pelas questões de gênero e classe e condicionadas pelo tensionamento exclusão-inclusão social e tecnológica e por táticas para contornar o controle institucional que se traduz na limitação e monitoramento do acesso e usos da Internet pela instituição de acolhimento onde se situam as jovens.

Palavras-chave: Usos sociais da Internet. Juventude. Sociabilidades. Gênero. Cidadania.

ABSTRACT

The research investigates the communicative interactions of young women in situations of social vulnerability, received care in a childcare institution in the city of Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, seeking to understand the social uses of the Internet in an institutional context of restricted and monitored access to technologies. The research thinks about the ways of citizenship construction and the cultural identities reconfiguration and sociability of young people in the boundaries imposed by the socioeconomic conditions and by the context of social inequalities that young people are inserted. The starting point of the theoretical part is the reception studies, within cultural studies, using the concepts of youth, gender, citizenship, social class, identity, sociability and social uses of Internet. The methodology starts from an ethnographic perspective that includes coexistence with youth in the institution, the direct interaction with them in the computer room and use of the techniques of observation, interviews and informal conversations. The main areas of analysis indicate the preponderance of mass consumer culture, through the Internet, by the young, and for the use of the Internet as an entertainment medium. Also indicate the formation of youth sociability marked by gender and class questions and conditioned by the tension between social and technology exclusion-inclusion and tactics to circumvent the institutional control that be in the limiting and monitoring access to by the uses of the Internet from institution where are the young.

Keywords: Social uses of the Internet. Youth. Sociability. Genre. Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Localização do município de Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul.....	30
FIGURA 2: Mapa de localização do CECRIFE/Querubim em Novo Hamburgo (RS).....	47

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1: Quadro com a rotina diária do Abrigo.....	50
FOTOGRAFIA 2: Foto da parte externa do Abrigo.....	52
FOTOGRAFIA 3: Sala de televisão.....	53
FOTOGRAFIA 4: Cozinha do CECRIFE/Querubim.....	53
FOTOGRAFIA 5: Mesas para refeições/espço para realização das tarefas escolares.....	54
FOTOGRAFIA 6: Sala de Informática.....	54
FOTOGRAFIA 7: Sala de Informática.....	55
FOTOGRAFIA 8: Sala de atendimento psicológico e de assistência social.....	55
FOTOGRAFIA 9: Secretaria do Abrigo.....	56
FOTOGRAFIA 10: Aviso no mural.....	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Principais usos da Internet feitos pelas jovens no Abrigo.....	115
--	-----

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1.1 BREVE RELATO DO CAMINHO PERCORRIDO	16
2. OS SUJEITOS DA PESQUISA E O CONTEXTO SOCIAL	22
2.1 A JUVENTUDE NO BRASIL	22
2.2 O CONTEXTO NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO	29
2.3 AS DEMANDAS SOCIAIS E O SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES	32
2.3.1 As instituições de atendimento para a infância e a adolescência no Brasil.....	41
2.3.2 O Centro Cristão Feminino (CECRIFE) e o Abrigo Querubim.....	45
2.4 A JUVENTUDE COMO EXPERIÊNCIA: ITINERÁRIO CONCEITUAL	57
2.5 PERSPECTIVAS DE GÊNERO	60
2.6 CONSTRUÇÕES A PARTIR DA CLASSE SOCIAL	64
3. O LUGAR DA COMUNICAÇÃO	69
3.1 ESTUDOS CULTURAIS COMO PONTO DE PARTIDA.....	69
3.1.1 Usos sociais, mediações e tecnologia	72
3.1.2 As questões de identidade e sociabilidade.....	79
4. PERSPECTIVAS DE CIDADANIA E A SOCIEDADE EM REDE	84
4.1 PENSANDO O CONCEITO DE CIDADANIA	84
4.2 A SOCIEDADE EM REDE E AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES.....	87
5. O PERCURSO METODOLÓGICO	93
6. USOS SOCIAIS DA INTERNET PELAS JOVENS NO CONTEXTO DO ABRIGO.....	103
6.1 A PRESENÇA E O CONSUMO DAS MÍDIAS NO ABRIGO.....	104
6.2 MAPEAMENTO DOS USOS DA INTERNET	109
6.3 AS TÁTICAS DE USO E AS EXPERIÊNCIAS DE SOCIABILIDADE.....	120
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
8. REFERÊNCIAS	139
ANEXOS	151

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao iniciar o presente trabalho, considera-se importante realizar uma pequena reconstrução da trajetória da pesquisadora, que tem incidência direta nas opções dessa pesquisa. Da mesma forma, é fundamental explicitar a trajetória desse estudo, as escolhas realizadas e como essas questões foram se apresentando durante o desenvolvimento do trabalho.

O interesse por questões sociais foi algo presente e marcante durante toda a formação da pesquisadora. Valorizar as pessoas, ser solidária, ter presente a importância da simplicidade das coisas, superar as diferenças e desenvolver uma consciência crítica sobre a sociedade em que vivemos foram ensinamentos cotidianos recebidos no âmbito familiar, social e escolar. Isso foi importante para o entendimento da diversidade existente em uma sociedade como a nossa: diversidade de pensamentos, educacionais, de situações financeiras, de visões de mundo, culturais, sociais, identitárias, de interesses...

A curiosidade, o interesse pela leitura e pela escrita e o pensamento de que o jornalismo é uma forma de exercício da cidadania tornaram o curso de Comunicação Social um caminho natural a seguir. Durante o período acadêmico surgiram oportunidades de trabalhar com organizações da sociedade civil, com movimentos e projetos sociais. Essas oportunidades foram essenciais para o entendimento sobre a importância da comunicação para o desenvolvimento social e cidadão.

Além disso, as primeiras experiências da pesquisadora como jornalista também refletiram esse interesse pelas questões sociais. A primeira entrevista realizada, no ano de 2001 para a Revista Primeira Impressão¹, foi Raimunda da Silva², uma mulher ativista do

¹ A revista era produzida e editada na disciplina de Projeto Experimental em Jornalismo Gráfico do curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, em São Leopoldo (RS).

² Raimunda Gomes da Silva, mais conhecida como Dona Raimunda, é uma das líderes do movimento extrativista no norte do país. Ficou conhecida por sua luta pelos direitos das mulheres extrativistas. Por seu histórico, ela recebeu muitas homenagens - uma delas prestada pelo Senado Federal - e integrou a lista de mil mulheres, de todo o mundo, concorrentes ao prêmio Nobel da Paz de 2005. Atualmente, Dona Raimunda é aposentada. Vive modestamente, no município de São Miguel do Tocantins, na mesma região isolada onde trabalhou, chamada de Bico do Papagaio, divisa com o Maranhão. Ela ganhou manchetes, foi ao Canadá, França, China e Estados Unidos, mas, de maneira contraditória, algumas quebradeiras de coco desconhecem quem seja ela. Em 2007, a DOC TV 3 realizou um documentário com ela, chamado: Raimunda, a quebradeira, que está disponível no YouTube. Em 2009, recebeu, juntamente com Edgar Morin, o título de Doutor Honoris Causa no Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte (Cuica), Campus de Palmas. Mais informações: <<http://conexaoto.com.br/2010/03/24/dona-raimunda-39-eles-acham-que-para-criar-o-gado-tem-que-acabar-com-o-babacu-39> e <http://www.youtube.com/watch?v=IHL3G20cMWA>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

movimento feminista no Maranhão, que falou sobre a exploração da mão de obra das mulheres quebradeiras de coco babaçu no norte e nordeste do Brasil e a condição feminina no país.

Desde então, a trajetória profissional da mestranda tem sido ligada a movimentos comunitários, organizações do Terceiro Setor e a ações e projetos sociais. Algumas dessas experiências são: o trabalho na Assessoria a Movimentos de Mulheres e Organizações Comunitárias da UNISINOS (entre 1999 e 2002), onde foram desenvolvidas ações como os Encontros de Mulheres, os cursos de formação em gênero e liderança e a realização de pesquisas sobre conteúdos femininos para portais na Internet; o trabalho como assessora de comunicação da Fundação Semear (entre 2002 e 2008), uma organização comunitária de Novo Hamburgo (RS), que desenvolve uma série de programas e projetos buscando o desenvolvimento social do Estado, onde foram desenvolvidas ações como seminários de responsabilidade social, encontros estaduais do Terceiro Setor, projetos de geração de renda, projetos de qualificação profissional para jovens, cursos sobre comunicação comunitária e projetos sociais voltados para crianças e adolescentes com envolvimento de dança, teatro, literatura, informática e comunicação. Além disso, a participação na criação de institutos sociais empresariais; no planejamento, criação e desenvolvimento de uma universidade corporativa e a colaboração em revistas como Brasil Responsável, Conexão Social e O Empresário, sempre com temas ligados à área social, contribuíram para a formação da pesquisadora e a identificação com os temas sociais, bem como a participação no projeto Agência da Boa Notícia Guajuviras (ABNG), uma agência de comunicação comunitária voltada para jovens em situação de vulnerabilidade social, desenvolvido no município de Canoas (RS)³.

É sabido que há uma grande quantidade de conseqüências sociais (ou passivo social) geradas pela forma como a humanidade tem se relacionado entre si e com o ambiente no qual está inserida. No entanto, pouco se sabe realmente sobre essas conseqüências ou pouco elas são confrontadas, talvez por não existir, de uma forma geral, o sentido de pertencimento e a consciência de cidadania. Nesse sentido, o direcionamento da pesquisa não poderia ter um sentido diferente do que o das questões sociais. Acredita-se que o ato de pesquisar é olhar,

³ No período entre maio e outubro de 2011, a pesquisadora participou de um projeto chamado Agência da Boa Notícia Guajuviras (ABNG), no município de Canoas (RS). A ABNG é um projeto de comunicação cidadã voltado para jovens, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Canoas, em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com recursos do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), dentro do projeto Territórios de Paz do Governo Federal. A pesquisadora foi Coordenadora do Núcleo de Comunicação Cidadã, que compreendia as oficinas de Práticas Jornalísticas e Comunicação Cidadã.

vasculhar e sentir e que os pesquisadores têm uma função social e o dever de pesquisar ações na tentativa de mostrar caminhos ou sensibilizar a sociedade para ações transformadoras. A pesquisa em comunicação é um modo diferente de pensar determinada realidade a partir de um ponto de vista ou de uma apropriação, tendo na comunicação a possibilidade de mediar as relações dos sujeitos com as transformações que desejam realizar.

1.1 BREVE RELATO DO CAMINHO PERCORRIDO

Pensar sobre os usos da Internet por adolescentes em uma instituição de acolhimento, objeto dessa pesquisa, teve como ponto de partida uma extensa pesquisa exploratória, desenvolvida desde o ingresso no Mestrado, no início de 2010. Em um primeiro momento, a idéia era estudar questões vinculadas exclusivamente à comunicação comunitária com o uso da Internet, vontade despertada principalmente a partir da oportunidade de, em 2006, conhecer um pouco mais sobre um projeto desenvolvido pela organização Saúde e Alegria⁴ nas comunidades ribeirinhas do Rio Amazonas na Amazônia e no Pará. Esse projeto, chamado Rede Mocaronga⁵ de Comunicação foi apresentado em um evento do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), em Curitiba (PR), pelo médico Eugênio Scannavino Netto, que após formar-se médico decidiu “colocar a mochila nas costas” e seguir rumo ao Norte do Brasil. Chegando lá, montou acampamento, estendeu lonas de circo, distribuiu cloro às comunidades ribeirinhas da Amazônia paraense para o combate da diarreia e desenvolveu ações para reduzir os altos índices de mortalidade infantil e desnutrição encontrados na

⁴ O Projeto Saúde & Alegria – PSA – é uma instituição civil sem fins lucrativos, fundada em 1985 e registrada com o nome jurídico de CEAPS – Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental. É reconhecida como de Utilidade Pública Municipal e Federal, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social e reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social. O PSA tem por objetivo promover e apoiar processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável, que contribuam de maneira demonstrativa no aprimoramento de políticas públicas, na qualidade de vida e no exercício da cidadania das populações beneficiadas. Conta com uma equipe interdisciplinar que visita regularmente as comunidades realizando programas de desenvolvimento comunitário nas áreas de saúde, organização comunitária, economia da floresta, educação, cultura e comunicação. Atualmente são atendidas 150 comunidades com programas de desenvolvimento comunitário integrado nas áreas de saúde, organização comunitária, economia da floresta, educação, cultura e comunicação. A arte, o lúdico e a comunicação são os principais instrumentos de educação e mobilização da proposta, sendo a *Rede Mocaronga* uma das suas principais expressões. O projeto é mantido por meio de parcerias com empresas, doações voluntárias, participação em editais de projetos, patrocínios e convênios. Ver: www.redemocaronga.org.br e www.saudeealegria.org.br. Acesso em: 25 mai. 2011.

⁵ Segundo o *site* www.redemocaronga.org.br, *mocarongo* é a palavra que designa quem nasce em Santarém e seu significado tem raízes na cultura indígena, como gente humilde e receptiva, ao contrário do sentido pejorativo que adquiriu em outras regiões do país. A escolha do nome é proposital, visando a valorizar seu sentido original e significá-lo neste contexto como sinônimo de desenvolvimento, educação e participação. Acesso em: 11 nov. 2009.

região. Ou seja, ainda que de maneira incipiente, a informação e a comunicação foram utilizadas como uma forma de prevenção em saúde.

As ações evoluíram para uma parceria com a Prefeitura local nas zonas rurais de Santarém, no Pará, entre os anos de 1984 e 1985. Para garantir a continuidade das ações de forma mais ampla e independente, foi criado o CEAPS - Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental, publicamente conhecido como Projeto Saúde & Alegria. Desde aquela época, o projeto ultrapassou os atendimentos médicos e a prevenção em saúde e desencadeou um conjunto de iniciativas pelo desenvolvimento comunitário integrado e sustentável da região, utilizando principalmente a comunicação comunitária da *Rede Mocaronga de Comunicação* como ferramenta. A questão da comunicação em rede foi alvo de estudo no curso de especialização em História, Comunicação e Memória do Brasil Contemporâneo, realizado pela pesquisadora na Universidade Feevale, em Novo Hamburgo (RS), nos anos de 2008 e 2009.

No entanto, em função da distância geográfica do projeto, da dificuldade de deslocamento e de uma série de outros fatores (como hospedagem e dificuldade de acesso entre as comunidades), foi iniciada uma “busca” por projetos regionais, com acesso mais facilitado, que tivessem diretrizes similares com as da Rede Mororonga, como trabalho comunitário e envolvimento da juventude, uma vez que havia o desejo e o interesse de realizar um estudo que relacionasse juventude, comunicação e cidadania.

O desejo de pesquisar a juventude iniciou a partir da participação em um projeto da Fundação Semear, chamado Geração Empreendedora, um projeto de empreendedorismo voltado para jovens com idade entre 16 e 24 anos e desenvolvido nos anos de 2006 e 2007, em Novo Hamburgo. Nesse projeto, a mestrandia participou como educadora, abordando questões de comunicação (redação, uso de e-mail, Internet, linguagem, *sites* etc.). Na oportunidade, os jovens mostraram-se muito interessados nas tecnologias de comunicação e, como eram jovens oriundos de famílias de baixa renda, tinham dificuldades de acesso e uso dessas tecnologias, o que levou ao desenvolvimento de alternativas e também da criatividade dos jovens para o acesso e o uso da Internet. Desde então, há o interesse em abordar essas questões em uma pesquisa.

A partir de uma pesquisa exploratória chegou-se ao projeto *Juventude Comunicando a Comunidade*⁶, desenvolvido por uma organização do Terceiro Setor localizada em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. O projeto teve duração de um ano (2009) e buscava

⁶ Esse projeto foi desenvolvido pelo Centro de Vivência Redentora (CVR), criado e mantido pela Fundação Semear, de Novo Hamburgo (RS). Mais informações em www.fundacaosemear.org.br.

articular os jovens e a comunidade, por meio de práticas de comunicação comunitária como rádio no recreio, jornal impresso e ações na Internet. No entanto, por questões financeiras, o projeto foi descontinuado no início de 2010 e, apesar das expectativas de continuidade e do planejamento de reinício em junho de 2010, a continuidade do projeto não se confirmou e isso impossibilitou o estudo deste caso.

Sendo assim, uma nova exploratória foi realizada, buscando identificar projetos que relacionassem juventude, comunicação e Internet. Muitas iniciativas interessantes foram encontradas e as organizações mostraram-se disponíveis para a participação em uma pesquisa. No decorrer dessa exploratória, chegou-se a possibilidade de estudar os usos da Internet em instituições de acolhimento.

As primeiras instituições consultadas, que não eram apenas de acolhimento (abrigos), mas sim instituições de atendimento socioeducativo para o cumprimento de penas (medidas socioeducativas como a Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASE), sinalizaram a dificuldade desse tipo de estudo nessas instituições, em função da burocracia, da necessidade de preservação dos adolescentes e da preocupação com a segurança de todos os envolvidos. Sendo assim, a busca por outro perfil de instituições foi necessária.

Dessa forma, chegou-se ao Centro Cristão Feminino (CECRIFE) e ao Abrigo Querubim, instituições localizadas em Novo Hamburgo (RS) e que já eram de conhecimento da pesquisadora, em função de sua atuação profissional no Terceiro Setor, especialmente junto às organizações sociais das regiões do Vale do Rio dos Sinos e Metropolitana de Porto Alegre. Essa experiência profissional, como citado anteriormente, foi importante para o direcionamento da pesquisa proposta ao Mestrado. Igualmente, essa experiência foi fundamental na escolha da linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos a seguir, Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação uma vez que constitui parte da bagagem teórica e do aprendizado da pesquisadora.

Nesse sentido, esse trabalho busca pensar sobre o que as tecnologias da comunicação, em especial a Internet, podem proporcionar para as pessoas que estão à margem de processos de inclusão, sejam eles sociais, culturais, econômicos e midiáticos. Entende-se a Internet como um elemento de reconfiguração do cenário social, uma vez que o surgimento de uma sociedade informatizada com o uso da Internet alterou significativamente a vida das sociedades. Por um lado, a Internet passou a oferecer oportunidades para superar os desafios sociais, encurtar distâncias, alterar as relações de tempo e espaço e possibilitar a inclusão, a liberdade de expressão e a participação de milhares de pessoas; por outro lado, a Internet exclui aqueles que não têm acesso e pode servir ideologicamente aos que detêm mais poder e

mais informação. Além disso, a Internet contribui para reordenar as experiências de comunicação, que passaram a ser globais, multifacetadas e multiterritoriais, ao mesmo tempo em que passaram a constituir o conhecimento. Essas questões serão referidas adiante.

Todos esses fatores são potencializados pela possibilidade (ou necessidade) de conexão, ou seja, pelas redes. Para Castells (2009), a existência social no mundo pós-moderno depende de nossa conexão em uma determinada rede⁷, que ao se relacionar com outra rede constitui uma teia, ou seja, resulta em outras redes de relações. E, conforme o autor, as redes são estruturas comunicativas na vida social, nem sempre mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação, que processam fluxos, valores e interesses. Essas questões tomam outro olhar a partir da realidade de onde se pretende observá-las, que é a realidade vivenciada por jovens mulheres em um abrigo.

Por isso, a escolha pelo uso da Internet em uma instituição de atendimento socioeducativo. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é investigar os usos da Internet realizados por jovens em situação de vulnerabilidade social, especialmente mulheres abrigadas em uma instituição de acolhimento, buscando encontrar os sentidos que elas atribuem à Internet. A pesquisa também busca pensar a forma de construção da cidadania a partir desses usos e das identidades por ele (re)configuradas. A partir desse contexto, a questão que se apresenta é: como é a relação das jovens com a Internet, ou seja, quais as interações e usos que elas realizam que possibilitam vivenciar as sociabilidades ou um mundo além das fronteiras impostas pela condição de abrigo na instituição e pelas condições socioeconômicas e o contexto de desigualdades sociais em que estão inseridas?

Estima-se que as limitações econômicas e financeiras, e também as condições sociais, culturais e educativas das adolescentes que são afastadas do convívio familiar por diversos motivos (abuso sexual, violência, maus tratos e falta de condições econômicas para um desenvolvimento sadio) e que vivem em um ambiente que deve ser o seu lar (ou seja, que é o contexto social e familiar das adolescentes) contribuem para a existência de um uso diferenciado e para a utilização de táticas de uso e apropriação dessa mídia.

Ressalta-se que as instituições de acolhimento (como os abrigos) são locais que apresentam certa ambigüidade, marcados por relações de poder. De um lado, a instituição acolhe meninas adolescentes que são encaminhadas pelo Poder Judiciário e que precisam manter-se afastadas da família ou parentes. Por outro, precisa desenvolver socialmente essas

⁷ Aqui, o sentido de rede não se resume a uma rede tecnológica, como as redes sociais da Internet, mas a um conjunto de atores conectados. Nesse sentido, a rede pode ter natureza biológica, social, econômica, política e/ou também tecnológica.

adolescentes, buscando auxiliá-las na sua (re)inserção social e diminuindo os efeitos causados pela violência ou pela exclusão de questões políticas, sociais, econômicas, afetivas e humanas. Todo esse contexto vivenciado pelas abrigadas é perpassado pelo poder, seja na instância judiciária (é quem determina o abrigo e o desabrigo), de colegas de acolhimento (algumas têm acesso a determinadas coisas e outras não), na escola e no trabalho e institucional (regras da instituição para acessar a Internet, por exemplo).

A escolha da Internet como o espaço a ser observado parte da constatação da complexidade desse espaço. Ao mesmo tempo em se constitui em um processo expansivo e inclusivo, conectado profundamente com os elementos e as possibilidades tecnológicas que compõem o mundo atual, promove tensões pelas desigualdades de acesso, pelas dificuldades de apropriação e pela exclusão que esses fatores podem representar. Assim, acredita-se que, ao delimitar o uso da Internet como elemento de estudo, é possível observar esses fatores – inclusão, exclusão, acessibilidade – assim como a possibilidade de os sujeitos se (re) configurarem a partir desses usos em uma aplicação prática do próprio conceito de cidadania, a partir do entendimento de que a Internet oportuniza ver e interagir com mundo.

Mais do que uma tecnologia, a Internet é uma possibilidade de comunicação que contribui para a forma organizativa de nossas sociedades. E é entendida como um importante espaço de comunicação, uma vez que pode ser apropriada como um ambiente interativo, descentralizado e cooperativo, possibilitando a disseminação de idéias e a possibilidade de intercâmbios.

Com esse trabalho, objetiva-se investigar as interações e os usos da Internet realizados por jovens em situação de vulnerabilidade social, especialmente adolescentes mulheres em uma instituição de atendimento socioeducativo, na perspectiva de constituição de experiências de sociabilidade para além das fronteiras impostas pela instituição, pelas condições socioeconômicas e desigualdade social e pela situação de vulnerabilidade vivenciada pelas jovens. Acredita-se que, ao buscar os usos da Internet pelas adolescentes, desloca-se o olhar dos meios para o lugar onde é produzido sentido, para a comunicação em processo. Ou, como instiga De Certeau (1994), possibilita procurar o que acontece no lugar onde a gente não olha: encontrar o silencioso e o invisível.

Para isso, a metodologia, de caráter etnográfico, teve como base a convivência no Abrigo⁸ e a interação com as jovens na sala de informática. A partir disso, foram empregadas, de modo combinado, as técnicas das entrevistas abertas, da observação e das conversas

⁸ A palavra Abrigo, com a inicial em maiúscula, designa o Centro Cristão Feminino (CECRIFE)/Abrigo Querubim, ou seja, o local onde foi realizada a pesquisa.

informais com as jovens. A variedade de técnicas se fez necessária em função da dificuldade de lidar com um público complexo como as jovens do Abrigo. As técnicas utilizadas foram complementares umas às outras, possibilitando a reunião de importantes dados empíricos para a análise.

Da mesma forma, a partir do empírico, houve a necessidade de refletir sobre vários campos conceituais, como juventude, gênero e classe. Essa diversidade de entradas também representa um desafio, uma vez que é necessário concatenar essas questões com o que se pretende estudar. No entanto, o público pesquisado é bastante específico: jovens em situação de vulnerabilidade social, predominantemente de determinada classe social e meninas/mulheres. Sendo assim, esses conceitos são fundamentais para o entendimento desse público e de sua relação com a comunicação.

2. OS SUJEITOS DA PESQUISA E O CONTEXTO SOCIAL

Nesse primeiro capítulo, opta-se por uma abordagem dos sujeitos da pesquisa, contextualizando-os no cenário onde estão inseridos. Para isso, se entende importante trazer dados sobre a juventude no Brasil, bem como contextualizar esses sujeitos no município de Novo Hamburgo (RS), cidade onde está inserido o Abrigo CECRIFE/Querubim, local e contexto de desenvolvimento da pesquisa.

Da mesma forma, propõe-se uma abordagem sobre as demandas sociais e as conseqüências no atendimento social prestado pelas organizações no Brasil, além de reflexões conceituais sobre juventude, gênero e classe social. Acredita-se que essa abordagem é importante para a compreensão do contexto no qual se insere a análise proposta por este estudo e também para o entendimento dos próprios sujeitos envolvidos na pesquisa proposta.

2.1 A JUVENTUDE NO BRASIL

O Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (em 2010)⁹ demonstrou que a população jovem corresponde a 26,87% da população brasileira. Esse dado numérico e demográfico, entretanto, não contempla a diversidade que abrange os jovens, abordados por diversas pesquisas e discussões. A juventude e a adolescência, enquanto categorias são de difícil definição.

Filho destaca que “não existe consenso quanto às diferenças e aos nexos de adolescência e juventude. Nas esferas acadêmica e comercial, os dois termos são empregados, amiúde, de forma intercambiável, sem maiores preocupações com a distinção conceitual” (FILHO, 2006, s/p). No entanto, León destaca que os conceitos de adolescência e juventude foram construídos historicamente, social e culturalmente dentro de diferentes contextos e, assim, adquiriram denotações e delimitações diferentes. O autor ressalta que a

⁹ Dados disponíveis em www.ibge.gov.br. Segundo o *site*, a representatividade dos grupos etários no total da população em 2010 é menor que a observada em 2000 para todas as faixas com idade até 25 anos, ao passo que os demais grupos etários aumentaram suas participações na última década. Os grupos etários de menores de 20 anos já apresentam uma diminuição absoluta no seu contingente. O crescimento absoluto da população do Brasil nestes últimos dez anos se deu principalmente em função do crescimento da população adulta, com destaque também para o aumento da participação da população idosa.

definição de adolescência pode ser desenvolvida por uma série de pontos de partida: como uma faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração... Mas todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade. Há, portanto, uma correspondência com a faixa de idade, mesmo que os limites etários não possam ser definidos rigidamente (LEÓN, 2005, p. 6)

Por outro lado, a juventude é uma construção, socialmente variável, que considera o sujeito atravessado por fluxos, multiplicidades e diferenças, dentro de determinados contextos socioculturais. León afirma que a juventude dimensiona o sujeito a partir de determinado cenário, em um caminho de busca identitária, construção e deslocamento de vínculos, questionamentos, ou seja, “é uma condição social com qualidades específicas que se manifesta de diferentes maneiras segundo as características históricas sociais de cada indivíduo” (LEÓN, 2005, p. 14).

Grosso (2000, p. 8), afirma que a juventude é uma categoria social e que, como tal, é simultaneamente uma representação social e cultural “fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos”, e uma situação vivida em comum por certos indivíduos.

Por ser uma categoria permanentemente em construção social e histórica, também não há consenso com relação aos limites de idade compreendidos pela adolescência e pela juventude. Aquino (2009) afirma que a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) adotam a faixa de 15 até 29 anos para a juventude. Alguns autores utilizam a faixa de 15 a 24 anos, que é a definida pelas Nações Unidas. Segundo Aquino, a ampliação da faixa é uma tendência nos países que buscam instituir políticas públicas para juventude. Os argumentos para esse alargamento são a maior expectativa de vida para a população em geral e a dificuldade dessa geração em conquistar sua independência e autonomia, reflexos das mudanças vivenciadas no mundo do trabalho. Com relação ao critério etário, Grosso (2000) destaca que a sociologia costuma relativizar essa questão, pois o jovem e seu comportamento são diferenciados de acordo com a classe social, com o gênero, com a nacionalidade e com o contexto histórico.

O artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, define a faixa etária da adolescência: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Buscando delimitar a faixa etária que caracterizará as adolescentes jovens participantes da pesquisa apresentada nesse trabalho, opta-se por reunir as duas faixas, criando um grupo com idades entre 12 e 19 anos, uma vez que essa faixa contempla o público atendido pelo Centro Cristão Feminino e pelo Abrigo Querubim (local da pesquisa), apesar de não haver adolescentes maiores de 18

anos no contexto da pesquisa. Nesse sentido, no desenvolvimento do trabalho, ao fazer referências ao grupo pesquisado, esse grupo será denominado de jovens com idades que abrangem entre 12 e 19 anos.

Apesar disso, a maioria das pesquisas apresentadas contempla o grupo acima dos 15 anos e, em alguns casos, como o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as faixas etárias de interesse para a pesquisa incluem indivíduos a partir dos 10 anos de idade¹⁰.

Segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), a partir da pesquisa sobre Juventude e Políticas Sociais no Brasil, realizada em 2008¹¹, existem 51 milhões de brasileiros na faixa etária de 15 até 29 anos. Nesse universo, 34% da população dos 15 aos 17 anos não concluíram o ensino fundamental e apenas 12,7% dos jovens de 18 a 24 anos têm acesso ao curso superior e um total de 66% está fora da sala de aula. A principal causa alegada para estar fora da escola é ter que trabalhar para auxiliar a família (homens) e a ocorrência de gravidez (mulheres). Com relação ao trabalho, apenas 27% têm carteira assinada e 31% são considerados miseráveis, sendo que possuem renda *per capita* inferior a meio salário mínimo.

Camarano, Mello e Kanso destacam que “o Brasil foi, até recentemente, considerado um “país jovem”. Esta caracterização, no entanto, ocorreu menos pela proporção específica de jovens no total da população brasileira do que pela proporção de pessoas que tinham menos de 15 anos” (CAMARANO, MELLO e KANSO, 2009, p. 74). Outro fator apontado pelas autoras é a distribuição por sexo da população jovem. Analisada em conjunto, essa população distribuiu-se quase igualmente entre 1970 e 2000, com um leve predomínio da população feminina (51,3% em 1970 e 50,2% em 2000). Além disso, aspectos como escola, inserção profissional e família fazem parte do universo da juventude, caracterizada, também, por ser o momento de entrada na vida adulta.

Corbucci et al (2009) citam a existência de quase um milhão e meio de jovens brasileiros analfabetos, além da persistência de elevada distorção idade-série, baixa frequência no ensino superior e restritas oportunidades de acesso à educação profissional como fatores da situação educacional dos adolescentes no Brasil. Os autores apontam, por exemplo, que 32% dos jovens de 15 a 17 anos ainda frequentam o ensino fundamental. A situação educacional dos jovens brasileiros decorre, em grande medida, do acesso restrito à educação infantil e da

¹⁰ Os conceitos serão discutidos nos aportes teóricos desse trabalho.

¹¹ Os dados estão reunidos na 15ª edição do periódico Políticas Públicas: acompanhamento e análise, disponível no site www.ipea.gov.br. Alguns textos do periódico estão reunidos na publicação Juventude e Políticas Sociais no Brasil, organizado por Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino e Carla Coelho de Andrade, publicado pelo IPEA em 2009.

baixa efetividade no ensino fundamental, evidenciadas pela elevada distorção idade – série e pelos incipientes índices de conclusão deste nível de ensino. Desse modo, parcela considerável das crianças ingressa na juventude com elevada defasagem educacional, tanto do ponto de vista quantitativo (anos de estudo) quanto em termos qualitativos (capacidades e habilidades desenvolvidas). Estas defasagens são agravadas pelas precárias condições socioeconômicas (CORBUCCI et al, 2009, p. 106).

A saída da escola e a inserção no mercado de trabalho são processos apontados por Gonzáles como fundamentais para a caracterização da juventude no ciclo de vida. A taxa de matrícula no ensino básico cresce lentamente no Brasil, mas uma parcela expressiva dos jovens não o completa e isso implica a manutenção de grandes diferenças sociais no momento da entrada no mercado de trabalho a partir de classes sociais. Mesmo tendo havido um prolongamento da permanência na escola, não houve adiamento da entrada no mercado de trabalho, ampliando a simultaneidade das atividades escolares e profissionais (GONZÁLES, 2009, p 112).

Outro ponto que o autor destaca é que

[...] há evidência de que tanto o trabalho precoce quanto a divisão sexual tradicional do trabalho seguem tendo peso importante na experiência juvenil. [...] dedicar-se exclusivamente ao estudo na adolescência – 15 a 17 anos – e assumir um posto de trabalho na etapa seguinte – 18 a 24 anos – é uma realidade para pouco mais da metade dos homens e de um terço das mulheres. Ainda assim, isso não significa que a saída da escola tenha se dado pela conclusão do ensino médio [...], os jovens tendem a sair da escola por volta dos 18 anos, independente do grau alcançado (GONZÁLES, 2009, p. 114).

As questões de educação e trabalho juvenis estão interligadas à questão de classe e ainda existem desigualdades importantes com relação ao nível de renda das famílias. Gonzáles afirma que a probabilidade de jovens de 15 a 17 anos estar fora da escola ou do mercado de trabalho é três vezes menor entre famílias de renda *per capita* maior que um salário mínimo do que nas famílias com até meio salário mínimo *per capita*. “As diferenças na renda familiar influem profundamente nas condições de escolarização e na incorporação de papéis no mundo do trabalho e da família [...]” (GONZÁLES, 2009, p. 116). Conforme Castro (2009), 31,3% dos jovens de 15 a 29 anos são pobres no Brasil, ou seja, a renda familiar *per capita* é de até meio salário mínimo mensal.

[...] a situação de vida das pessoas também pode diferir muito – uma jovem de 18 anos de classe média pode estar se preparando para entrar na universidade e sentir-se de fato “jovem”; outra jovem da mesma idade, de camada média ou popular, pode já ser mãe, cuidar de filhos pequenos, ou já estar inserida no mercado de trabalho (CASTRO, 2009, p. 199 – 200).

Por isso é importante também trazer a questão da condição de vulnerabilidade social das jovens participantes da pesquisa. Segundo Jaccoud, Hadjab e Rochet (2009), referindo-se aos estudos de Sposito, o conceito de vulnerabilidade social está relacionado aos riscos sociais e às condições de ocorrência desses riscos.

[...] quanto maior a vulnerabilidade social, maior a probabilidade de se estar sujeito a riscos sociais, assim como de sofrer dano quando a estes expostos. Riscos sociais, considerados como eventos que provocam privações e danos, podem ser associados não apenas às situações de pobreza, mas a um amplo espectro de situações [...] (JACCOUD, HADJAB E ROCHET, 2009, p. 171)

A vulnerabilidade social é tratada aqui a partir do entendimento trazido por Abramovay, “como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade” (2002, p. 30). Abramovay destaca que, apesar de o uso do termo vulnerabilidade social vir de longa data e estar presente em muitos estudos sociais, somente nos últimos anos é que começou a haver “maior reflexão a respeito das limitações dos estudos sobre a pobreza e sobre os escassos resultados das políticas associadas a eles na América Latina” (2002, p. 28). Nesse sentido, “os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos, motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa [...] as diversas modalidades de desvantagem social”, completa a autora (2002, p. 28).

Esse entendimento de vulnerabilidade social compreende uma gama de elementos encontrados em determinada situação: é um conjunto de características, recursos e habilidades insuficientes, inadequados ou difíceis em um grupo social, dificultando uma relação mais qualitativa com o sistema social ou aumentando as possibilidades de deterioração das condições de vida (sociais, culturais, educativas ou econômicas). O conceito de vulnerabilidade social, assim como o de exclusão social, pede olhares diversificados e múltiplos para “estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de vulnerabilidades” (CASTRO E ABRAMOVAY, 2004, p. 3).

Castro e Abramovay (2004) destacam aspectos de vulnerabilidade vivenciadas pela geração brasileira entre 15 e 24 anos: educação deficitária, falta de proteção social, baixa qualidade de vida, ocorrência de gravidez e violências. Esse resultado se traduz em

debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. Acredita-se importante a abordagem do conceito de vulnerabilidade, já que o grupo estudado está exposto a riscos provocados por questões socioeconômicas e de falta de acesso a bens e serviços. Sendo assim, esse conceito pode contribuir para pensar uma visão mais integral sobre a vida desse grupo, ao mesmo tempo em que possibilita pensar sobre as dificuldades que afetam essas jovens.

Nesse sentido, destaca-se a reflexão de Ribeiro (1999) sobre a questão da exclusão

Há quase um consenso, nestes últimos tempos, com referência a tratar os problemas das camadas populares – desemprego, pobreza, desescolarização – como decorrentes da exclusão, seja do mundo do trabalho, seja da proteção do Estado, seja das possibilidades de acesso à escola e de permanência nela (RIBEIRO, 1999, p. 37).

A autora ressalta que o estado de exclusão social é tão antigo quanto a humanidade e sempre existiram processos de segregação por diferentes motivos. Para Ribeiro, é importante fundamentar a questão da exclusão em processos históricos, uma vez que serão esses processos que irão conferir conteúdo ao conceito e, portanto, “potência para explicitar os mencionados processos” (RIBEIRO, 1999, p. 41). Isso é importante para pensar o ângulo de visão do conceito, uma vez que, para a autora, ele focaliza a pobreza a partir do assujeitamento do indivíduo, tendo o Estado como “horizonte das lutas por inclusão (direitos)” (idem, p. 45) e, assim, “dificulta a formulação de estratégias para o enfrentamento à realidade e ao estado de exclusão” (idem, p.47). Nesse sentido, entende-se que as condições de vulnerabilidade não são necessariamente reconhecidas pelas jovens como a sua própria condição, ou seja, não significa que elas assim se auto-definam.

Oliveira (2004) é outro autor que busca refletir sobre o alcance teórico do conceito exclusão. Ao realizar uma reconstrução histórica e sócia

l do uso do termo, o autor mostra que a disseminação do conceito acabou por torná-lo indefinido. Para a superação dessa questão, o autor propõe que os diferentes papéis teóricos que o conceito é capaz de cumprir sejam explicitados. Segundo ele,

A vocação mais clara da idéia de exclusão é funcionar como *conceito descritivo*. [...] Na esfera das relações político-sociais, todas as modalidades de não acesso aos serviços de saúde, educação, previdência, habitação, amparo legal etc. podem ser descritas como aspectos singulares ou acumulados de exclusão dos direitos de cidadania. Por fim, no universo das representações simbólico-culturais, todos os fenômenos que envolvem discriminações, afastamento do convívio social, estigmatizações, bem como todos os modos de negação de acesso à cultura e ao saber sistematizado, podem, também, ser descritos como exclusão de determinados contextos de valoração e conhecimento (OLIVEIRA, 2004, P. 183 e 184).

O conceito de exclusão também pode se referir a realidades setoriais. Nesse sentido, para Oliveira, ele passa a ser um *conceito interpretativo*, quando é útil na interpretação de certos aspectos da realidade social, desde que presente em uma rede categorial ampla. Por último, encontra-se um contexto onde mais frequentemente é utilizado o conceito de exclusão, que é o campo das políticas sociais compensatórias. Tem-se aí, conforme o autor, um *conceito operativo*. “O que ocorre neste caso é [...] que a tomada da exclusão como conceito independente do referencial teórico abrangente faz com que fenômeno e essência sejam percebidos como coincidentes” (OLIVEIRA, 2004, p. 185). Isso se exemplifica pela dicotomia exclusão/inclusão, por exemplo, que está presente na maioria dos apelos à cidadania, de políticas inclusivas, entre outras. Para o autor, a superação dessa dicotomia é necessária e “em muitas ocasiões, então, será a luta pelo reconhecimento, e não pela inclusão, o caminho” para a construção dessas políticas (idem).

Sendo assim, é importante refletir sobre o que afeta o grupo pesquisado, jovens meninas acolhidas em um abrigo e sua condição de exclusão, suas inseguranças e incertezas, o quanto são afetadas pelo contexto social no qual estão inseridas e de que forma isso pode potencializar as vulnerabilidades sociais desse grupo.

Na tentativa de superar muitas condições de exclusão e vulnerabilidade, desde 2003, o governo brasileiro vem instituindo uma série de medidas, ações e políticas públicas para a juventude. Alguns exemplos são a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória 238, de 1º de fevereiro de 2005, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei; a criação do Conselho Nacional de Juventude; da Secretaria Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Em 2006, a Secretaria Geral da Presidência da República publicou o Guia de Políticas Públicas para a Juventude, onde destaca os principais programas do Governo Federal para a juventude: Projeto Agente Jovem, Programa Escola de Fábrica, Programa Universidade para Todos, Programa Pronaf Jovem,

Programa Juventude e Meio Ambiente, Programa Saberes da Terra, Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio, Programa Brasil Alfabetizado, entre outros¹².

Essas questões também estão presentes no contexto do município de Novo Hamburgo, onde está localizado o Abrigo CECRIFE/Querubim e serão abordadas a seguir.

2.2 O CONTEXTO NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO

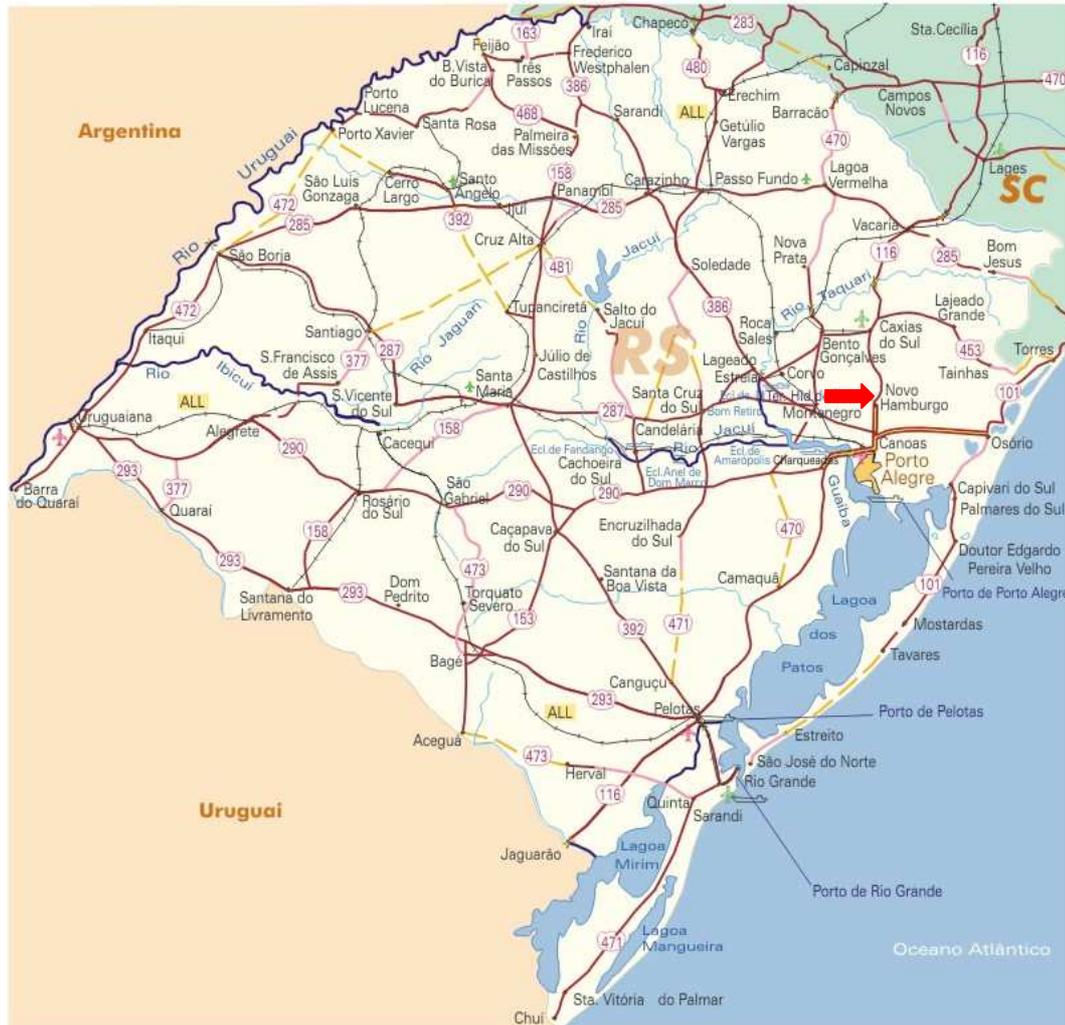
A pesquisa está inserida dentro do contexto da cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, que em 2010 contava com 239.051 habitantes, segundo informações da Agência de Notícias do município. O Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) da cidade foi de R\$ 4.418.162 (dados de 2008) e o PIB *per capita* (também de 2008), foi de R\$ 17.262, maior que a média nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é de R\$ 16.918,00¹³. A Agência de Notícias de Novo Hamburgo destaca que o município possui: 140 praças, três parques, 3.105 indústrias, 10.360 comércios, 15.739 prestadoras de serviços, 15 Unidades Básicas de Saúde, três Hospitais, 29 escolas estaduais, 76 escolas municipais, 27 escolas particulares (creches, educação infantil, ensino fundamental e médio) e três instituições de Ensino Superior¹⁴. Schemes et al salientam que Novo Hamburgo localiza-se na região metropolitana de Porto Alegre (distante 40km da capital do Estado) e, até 1927, era distrito do município de São Leopoldo.

¹² O detalhamento e a descrição dessas ações estão disponíveis no Guia de Políticas Públicas para a Juventude, no endereço <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/guia-de-politicas-publicas-de-juventude>>. Acesso em: 28. dez. 2011.

¹³ Como comparativo, o Rio Grande do Sul, segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE) apresentou, em 22 de dezembro de 2011 uma previsão de PIB *per capita* de R\$ 28.844,00 para o ano. Dado disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/pib/.../pib-regional-2011.ppt>. Acesso em: 28. dez. 2011.

¹⁴ Dados disponíveis em: <<http://an.novohamburgo.rs.gov.br/>>. Acesso em: 1 abr. 2011. Os dados do IBGE relativos ao PIB *per capita* são de 2009. Segundo o Instituto, 50% dos municípios brasileiros têm PIB *per capita* abaixo de R\$ 8.395,00 e menos de 15% têm PIB *per capita* maior do que a média nacional. Ver: www.ibge.gov.br. Acesso em: 28 dez. 2011.

FIGURA 1: Localização do município de Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul



Fonte: <<http://www.brasil-turismo.com/rio-grande-sul/mapas-rs.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2011.

Em Novo Hamburgo, o setor coureiro-calçadista desempenhou um papel muito importante e, atualmente, a cidade é denominada Capital Nacional do Calçado. “A indústria calçadista foi a primeira atividade industrial importante a se desenvolver em Novo Hamburgo, pois os imigrantes alemães aqui encontraram as matérias-primas de que necessitavam para a confecção de calçados” (SCHEMES et al, 2005, p. 16). O livro Memória do Setor Coureiro Calçadista retrata a história dos pioneiros e empreendedores do Vale do Rio dos Sinos, trazendo a lembrança da produção artesanal familiar (produzindo inicialmente para atender as necessidades da própria família) até passar a comercializar o excedente no mercado interno e, por fim, a conquista do mercado externo. Entre as décadas de 1930 e 1980, a cidade de Novo Hamburgo foi destaque na produção industrial do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente pela produção de calçados.

Segundo Schütz (1977), a maioria da mão-de-obra ocupada na indústria de calçados, inicialmente, provinha do próprio município. No entanto, a abertura de mercados e a profissionalização do setor trouxeram a necessidade de mais mão-de-obra. A boa remuneração pela mão-de-obra e a grande disponibilidade de empregos acarretaram como conseqüência o surgimento da migração para região, especialmente de descendentes de imigrantes alemães dos municípios próximo a Novo Hamburgo, como Sapiranga, Campo Bom, Dois Irmãos, Ivoti, Presidente Lucena, Nova Hartz, Parobé ou de estados como Santa Catarina e Paraná. E foram essas migrações que, conforme a autora, desempenharam um papel fundamental para a expansão do setor coureiro-calçadista. Um exemplo do extremo crescimento do setor no município foi a instalação de 189 fábricas de calçado em Novo Hamburgo no ano de 1970, proporcionando emprego para 9.635 pessoas, de acordo com Schütz (1977). Havia colocação para todos, independente de idade, sexo ou grau de instrução.

Esse crescimento vertiginoso da indústria e o conseqüente aumento da população refletiram na falta de infra-estrutura do município para receber o contingente de migrantes, o que promoveu o surgimento de loteamentos irregulares, onde os trabalhadores do calçado construíam suas casas, humildes e precárias, segundo Schütz (1977). As conseqüências desse momento se refletem até hoje no município, com um grande número de pessoas morando em áreas irregulares e de risco.

A década de 1990 trouxe profundas alterações ao quadro econômico de Novo Hamburgo e da região do Vale do Rio dos Sinos. A indústria do calçado entrou em uma forte crise e passou por um longo período de instabilidade econômica. Com as mudanças globais, a abertura da economia, a entrada de concorrência estrangeira, especialmente do mercado chinês, e a valorização do dólar, entre outros fatores, o setor começou a encolher, causando o fechamento de fábricas e grande índice de desemprego. Com demissões em massa, as populações migrantes, muitas vezes sem qualificação para outro trabalho e sem perspectivas de vida, retornam para suas origens ou engrossam as camadas populares mais vulneráveis do município, vivenciando problemas sociais e econômicos como a miséria e a violência. Atualmente, o setor calçadista continua marcado por crises sucessivas, que acabam levando ao “conseqüente empobrecimento da população, especialmente àquela de baixa qualificação” (ZUCCHETTI, 2008, s/p). As crises afetam, principalmente, as pequenas empresas, mas também atingem grandes indústrias do setor que, muitas vezes, terceirizam o trabalho para pequenos *ateliers* a cargo de uma família.

O Jornal NH, por exemplo, noticiou, no dia 9 de janeiro de 2012, que o fechamento de uma fábrica no município de Estância Velha (município vizinho a Novo Hamburgo),

deixou mais de 700 pessoas desempregadas. Segundo o jornal, “Na manhã de hoje, os trabalhadores se surpreenderam ao chegar na empresa, em Estância Velha, e encontrar as portas fechadas. O aviso de falência ocorreu através de um comunicado informando que os trabalhadores devem acionar a Justiça para ter acesso aos direitos trabalhistas” (Jornal NH, 9 jan. 2012).¹⁵ Além disso, outras notícias demonstram o impacto social causado pelo fechamento das fábricas, como: “Paquetá encerra produção em Sapiranga” (notícia veiculada no *site* Exclusivo Online)¹⁶ e “CALÇADO - Vulcabras fecha Azaléia no Sul e se volta para a Índia” (notícia veiculada no *site* Global 21)¹⁷.

Nesse contexto, estão os jovens da cidade de Novo Hamburgo. Muitos oriundos de famílias de migrantes e de trabalhadores da indústria calçadista no próprio município ou nas cidades vizinhas. Zucchetti afirma que “o cotidiano de jovens moradores das cidades tem sido permeado por situações concretas bem conhecidas da maioria da população urbana, mas que parecem incidir de forma ainda mais contundente sobre este grupo social” (ZUCCHETTI, 2008, s/p). Para a autora, o desemprego, a descontinuidade nos estudos no Ensino Médio e Superior, a dificuldade de permanência no Ensino Fundamental, o uso de drogas e a exposição a fatores de risco como a violência e a criminalidade, a incerteza em relação ao tempo presente e muito especialmente ao futuro, são marcas juvenis na contemporaneidade. Essas marcas são especialmente mais fortes para os jovens de classes sociais inferiores, que têm menos privilégios e poucas condições socioeconômicas, como as jovens acolhidas no CECRIFE/Querubim, em Novo Hamburgo.

2.3 AS DEMANDAS SOCIAIS E O SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES

As questões sociais, relacionadas à desigualdade e busca de condições mais igualitárias são inerentes à existência da sociedade, uma vez que ela é um sistema de relações sociais e as relações supõem diferenças. Tratar de questões como atendimento socioeducativo, juventude, conflitos e processos de identidade é buscar compreender esse lugar para, então, procurar alternativas de ação ou movimentos para o desenvolvimento social.

¹⁵Disponível em: <<http://www.jornalnh.com.br/estancia-velha/366501/apos-fechamento-numero-de-trabalhadores-desempregados-chega-a-718.html>>

¹⁶ Matéria veiculada em 16 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://exclusivo.com.br/Noticias/60316/Paquet%20A1-encerra-produ%20A7%20A3o-em-Sapiranga.eol>>. Acesso em: 9 jan. 2012.

¹⁷ Matéria veiculada em 10 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.g21.com.br/materias/materia.asp?cod=32825&tipo=noticia>>. Acesso em: 9 jan. 2012.

As primeiras instituições voltadas para o bem-estar social (atendimento às necessidades básicas e de serviço social) encontram referência histórica muito antes dos séculos XX e XXI, conforme Albuquerque (2006). Segundo o autor,

Na Europa, na América do Norte e mesmo na América Latina, os movimentos associativos tiveram origem nos séculos XVI e XVII, inicialmente com caráter religioso e político. As dissidências religiosas ocorridas na Europa propiciaram que o trabalho organizado socialmente estivesse intimamente relacionado com o trabalho religioso. Nesse período inicial, as organizações sociais também foram influenciadas pelos sistemas de governo e pelas políticas nacionais vigentes (ALBUQUERQUE, 2006, p 21).

Com isso percebe-se que a idéia de intervenção social estatal é histórica em todo o mundo. Hesselbein ressalta que “desde a Primeira Guerra Mundial e, com certeza, desde o final da Segunda, a maioria dos países, democracias ou tiranias, acreditaram que o governo deveria e poderia suprir as necessidades comunitárias de uma sociedade urbana através de ‘programas sociais’” (HESELBEIN et al, 1998, p. 17, grifo do autor).

Albuquerque (2006) comenta que, a partir do século XVII, com a criação de sindicatos, a relação da sociedade civil e do setor privado com o Estado foi intensificada e as organizações passaram a ter vínculos cada vez maiores com a Igreja e o Estado, adquirindo características presentes nessas instituições, como participação massiva e politizada, e hierarquia controladora e centralizadora. As mudanças ocorridas na estrutura do papel do Estado (crise do Estado liberal pós Segunda Guerra e Estado Socialista) são fatores que influenciaram o desenho atual de atendimento social, que fomenta a existência de organizações no chamado Terceiro Setor. Na América Latina e no Brasil, a luta por questões sociais também está ligada à atuação das ordens religiosas. Coelho destaca que os valores religiosos sempre foram um terreno fértil para as ações voluntárias:

Todas as tradições religiosas ressaltavam o papel de instituições como a família, os amigos, os vizinhos e a Igreja como as primeiras instâncias às quais apelar em caso de necessidade. Segundo Salomon; Gidron & Kramer, particularmente a Igreja Católica expressou isso com clareza: desde 1891 as encíclicas endossam a doutrina que privilegia as instituições “auxiliares” na resolução de problemas sociais (COELHO, 2000, p. 31).

Salvatore (2004) afirma que, em termos históricos, a Igreja Católica foi o berço das ações assistenciais e filantrópicas no Brasil. A atuação inicial era essencialmente assistencialista e procurava dar suporte ao Estado (como as Santas Casas, fundadas a partir do século XV em Portugal), diferentemente das ações propostas pelos movimentos sociais, que buscam a superação das desigualdades a partir, por exemplo, de processos de conscientização e de mobilização, e não apenas da resolução de necessidades pontuais. De lá para meados do século XX, muitos outros movimentos foram articulados ao longo da história, nos quais a

sociedade foi se organizando na medida em que seus interesses, por alguma questão de ordem política, econômica ou de outra natureza, foram abalados.

Já a criação e implementação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) a partir do Movimento da Teologia da Libertação, vinculadas ainda à Igreja Católica, no final dos anos de 1950, teve um importante papel na aproximação das diferentes populações oriundas das regiões rurais mais distantes que foram migrando, principalmente, para os grandes centros urbanos (na época, em franco desenvolvimento industrial e pós-industrial em países como o Brasil). Esse movimento é revestido de um caráter político, de rompimento da Igreja com os poderes dominantes e a aproximação com as camadas populares, na busca de um efetivo processo de libertação para a população latino-americana (BETTO, 1981). Sendo assim, as Comunidades Eclesiais de Base inserem-se na trajetória de lutas dos movimentos sociais, onde, segundo Betto (1981) há um forte sentimento de justiça e consciência dos direitos do povo.

A Igreja Evangélica também possui um histórico de participação em questões sociais, porém com um viés diferenciado. Schünemann (1992) destaca que a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, mesmo representando apenas 1% da população do país entre 1960 e 1975, teve gradativa introdução e participação nas questões sociais e políticas nacionais, “em especial, nas áreas em que sua presença numérica sempre foi mais significativa, a saber, os estados do sul” (SCHÜNEMANN, 1992, p. 63). Para o autor, a preocupação com as questões sociais não esteve ausente ao longo da história do luteranismo no Brasil, apesar de as iniciativas acontecerem mais em nível local ou regional. No entanto, as atividades exercidas eram diacônicas e tinham como endereço os luteranos ou descendentes de alemães. “Essa foi, com raras exceções, a marca registrada da preocupação social” (idem, p. 64).

A história das ações sociais da Comunidade Luterana começou a ter um maior desenvolvimento após 1960. Para Schünemann (1992), a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil passou a viver uma fase em que se destacava o sentimento de responsabilidade, a disposição de servir e de colaborar. Nesse sentido, Lützow destaca que a Igreja “deve preocupar-se com as injustiças, com o sofrimento, com os berrantes contrastes sociais. Este alheamento no passado criou o grande abismo que ainda hoje existe entre o proletariado e as Igrejas” (LÜTZOW, 1964, p.11). Sendo assim, a Igreja Evangélica passou a desenvolver ações, por meio da Academia Evangélica. Na área rural, promovia eventos para incentivar a formação de cooperativas, aproveitamento de técnicas agrícolas e construção de escolas. No contexto urbano, as “proposições reforçavam os projetos de implantação de

Centros Sociais nas grandes cidades. Procurava-se, mediante cursos profissionalizantes e aconselhamentos, fazer frente aos problemas sociais e à miséria que se avolumava” (SCHÜNEMANN, 1992, p. 80).

Na década de 1950, organizações que buscavam cooperação de financiamento internacional e davam apoio ao movimento popular são fundadas. De outra forma, a partir de 1964, essas organizações se consolidaram e fortaleceram a resistência ao regime militar vigente no Brasil. O nome Organização Não-Governamental – ONG – surgiu naquele momento para ressaltar a total desvinculação do Estado. Segundo Ramos:

As principais entidades sem fins lucrativos que desenvolviam trabalho social no Brasil, posteriormente denominadas ONGs, surgiram entre o fim da década de 50 e a de 80, como resultado das lutas da sociedade civil em oposição à política social do regime autoritário. Muitas vezes atuavam de forma clandestina nos movimentos sociais e sindicais, em atividades na área de educação, saúde, habitação e de consultoria técnica aos movimentos populares (RAMOS, 2003, p. 107).

Essas entidades assumiram a responsabilidade de prestar assistência às comunidades que ficavam à margem das políticas sociais básicas de saúde e educação, além de se incluírem no movimento pela busca de conscientização e transformação sociais. A entrada desses novos atores, como as ONGs e outras instituições da sociedade civil foi acentuada pelos movimentos sociais e populares nos anos de 1970, e apontou indícios de esgotamento do padrão de intervenção social estatal. O conjunto desses novos atores passou a ser denominado de Terceiro Setor (MONTAÑO, 2002). Na década seguinte há uma série de ações buscando a transformação do quadro social existente. Essas ações são concomitantes com o início do processo de democratização política pelo qual passava o Brasil¹⁸.

A Constituição de 1988, em um processo de mobilização social, promoveu melhorias no que diz respeito ao aumento dos direitos de cidadania política e princípios da descentralização na promoção de políticas sociais, representando um avanço nas garantias e na condução legal das questões sociais no Brasil, apesar de pouco avançar na prática. Outros avanços que podem ser considerados são: a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); e mais recentemente o Estatuto do Idoso, entre outros. O que se percebe, no entanto, é que a existência da legislação ou de garantias legais não institui a sua efetivação e a aplicação consciente e responsável.

¹⁸ Os últimos anos da década de 70 marcaram uma abertura lenta e gradual no regime militar, indicando o fim da ditadura. Em 1984, o País mobilizou-se pelas eleições diretas. Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral. Em função de seu falecimento, José Sarney assumiu a presidência em 15 de março, encerrando um período de 21 anos de ditadura militar no Brasil. A Constituição de 1988 representa a concretização de uma democracia efetiva.

As mudanças no país, como a abertura política, a possibilidade de eleições diretas e alterações na política econômica, interferiram diretamente na estrutura das organizações sociais, que já atuavam naqueles contextos. Assim, também começa a mudar a visão existente sobre as ONGs, afirma Thompson. Para o autor,

Em particular, começa a confundir-se e desvanecer-se aquela percepção de um “Terceiro Setor” formado por dois blocos preponderantes de instituições: um, histórico, tradicional e conservador, integrado pelas organizações de caridade e beneficência, voltadas para o serviço social e, outro, as novas ONGs, guiadas por uma lógica política alternativa, opositora, moderna [...] (THOMPSON, 2005, p 44 e 45, grifo do autor).

Na década de 1990, as organizações começam um processo de profissionalização, conforme Ramos (2003). As ONGs assumem funções de assessoria técnica e educacional, abrangendo campos como gênero, etnia, direitos humanos, saúde, crianças e adolescentes, cultura etc. Há um alargamento do conceito de Terceiro Setor e a criação de organizações mais voltadas para a prestação de serviços. Nessa década, afirma Falconer (1999), o Terceiro Setor surge como portador de uma nova e grande promessa: a renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, a humanização do capitalismo e, se possível, a superação da pobreza.

Gohn destaca que os anos 90 foram marcados pela ascensão de lutas “que afetam o conjunto da população como a violência, a degradação do meio ambiente, ou ações que afetam grandes conjuntos da população, de perfil socioeconômico homogêneo, como os menores abandonados nas ruas ou a fome” (GOHN, 1995, p. 205).

Enquanto nos anos 80 as lutas e os movimentos sociais foram organizados por entidades político-partidárias, sindicais, religiosas, e outras, nos anos 90, são pluriclassistas, com apoio e participação das camadas médias da população. Nos anos 70-80, estas camadas atuavam por meio de alguns de seus membros, em trabalhos de assessoria aos movimentos populares. Estas alterações, nos anos 90, mudam também o perfil das lutas, agora menos populares e mais pluriclassistas, mais difusas do ponto de vista sociopolítico (GOHN, 1995, p. 205)

Scherrer-Warren (1999) busca relacionar os movimentos sociais, nascidos em um contexto de lutas democráticas e humanitárias e o surgimento das organizações sociais, no bojo desses movimentos. A autora aponta os movimentos sociais como sujeitos que constroem as representações sociais contemporâneas e confere às organizações não-governamentais (ONGs) a posição de agentes fundamentais de desenvolvimento da cidadania. No entanto, destaca que essas ONGs e que os movimentos sociais estão inseridos em um contexto globalizado, delimitado e atravessado por um contexto histórico, permeado por linhas de força.

Para Gohn (1995), esses novos atores surgiram em contraposição à descrença na política nacional. Isso fez com que grupos da sociedade civil passassem a acreditar cada vez mais em sua atuação independente. Por isso, segundo Scherrer-Warren, “[a]nte a multiplicidade e complexidade de cenários nos quais os movimentos se organizam, torna-se cada vez mais relevante a dialeticidade entre práticas políticas e práticas cognitivas” (SCHERRER-WARREN, 1999, p. 16). Para ela, o fortalecimento de dimensões como cultura e ética, conhecimento reflexivo da ciência, compromisso com o coletivo e construção de uma esfera pública democrática são fundamentais e realizam a conexão entre os pontos fortes das práticas sociais e os movimentos.

Montaño (2002) tece uma crítica ao Terceiro Setor, no papel das ONGs. O autor acredita que elas colaboram para a substituição dos serviços públicos e o conseqüente abandono das redes de atendimento permanentes. O caráter emergencial, provisório e fragmentado das ações sociais ganha força, segundo ele, a partir da constituição e fortalecimento do Terceiro Setor. Aliado a isso, uma série de críticas provenientes da sociedade civil são direcionadas às ONGs. Pela facilidade de sua constituição, muitas instituições são criadas para a execução de projetos pontuais ou para a celebração de convênios com os governos. Isso afeta a credibilidade e a atuação das organizações.

Outro conceito ligado às ONGs, que é o conceito de sociedade civil, também encontra relevância. Esse conceito foi apropriado por dois projetos: o projeto neoliberal e o projeto democratizante, apontando a crise discursiva que resulta de uma confluência perversa, como afirma Dagnino:

O processo de construção democrática enfrenta hoje no Brasil um dilema cujas raízes estão na existência de uma confluência perversa entre dois projetos distintos, ligados a dois projetos políticos distintos. De um lado, um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas (Teixeira, Dagnino e Silva, 2002). O marco formal desse processo é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio da participação da sociedade civil. As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo. [...] De outro lado, com a eleição de Collor em 1989 e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo, que se isenta progressivamente de seu papel garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil (DAGNINO, s/d, p. 196 e 197).

Esses dois projetos convergem em algumas questões, principalmente nas noções de sociedade civil, participação e cidadania que, no entanto, em cada um dos projetos encontram deslocamentos e construções discursivas próprias. O que a autora considera perverso é o fato de que, mesmo com sentidos antagônicos, os projetos requerem uma sociedade civil ativa e

propositiva. O que antes era um confronto passa a ser uma atuação conjunta entre Estado e sociedade. É importante salientar que esse quadro apresenta uma série de alterações a partir de 2003, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, que se estendem até hoje. Nesse período, inicia-se um resgate do alargamento da democracia com a participação da sociedade civil e a criação de diversas políticas públicas voltadas para a inclusão e o desenvolvimento social.

Dagnino aponta que a “redefinição da noção de sociedade civil e do que ela designa talvez tenha constituído o deslocamento mais visível produzido no âmbito da hegemonia do projeto neoliberal (DAGNINO, s/d, p. 202)”. A sociedade civil, tida como o tecido de organizações e movimentos, passa a ser sinônimo de Terceiro Setor (de ONGs), o que representa um encurtamento da noção de sociedade civil. Do tecido com força de mobilização e de pressão, passa a ter uma idéia de representatividade ligada à atuação das organizações do Terceiro Setor. Com isso, a própria participação é transformada: passa a ser dos indivíduos e não do coletivo, ou seja, o indivíduo é que tem o dever moral, a responsabilidade social e a obrigação de solidariedade.

Sobre o termo Terceiro Setor, Montaño destaca que ele provém de um contexto de associativismo e voluntariado de origem norte-americana. O autor ressalta que a conceituação corriqueira de Terceiro Setor é “setorializada”, com a qual ele não concorda, e que simplesmente contrapõe um setor que não é estatal (Primeiro Setor) e nem mercantil (Segundo Setor) e sim, identificado pelo conjunto de organizações formais da sociedade civil. Para o autor, “esse termo [...] desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista” (MONTAÑO, 2002, p. 53, grifos do autor). Por isso, Montaño considera que o conceito de Terceiro Setor é ideológico desde a sua origem e que há um fenômeno real que é encoberto por essa denominação:

A perspectiva hegemônica, em clara inspiração pluralista, estruturalista ou neopositivista, isola os supostos “setores” um dos outros e concentra-se em estudar (de forma desarticulada da totalidade social) o que entende que constitui o chamado “Terceiro Setor”: estudam-se as ONGs, as fundações, as associações comunitárias, os movimentos sociais etc., porém desconsideram-se processos tais como a reestruturação produtiva, a reforma do Estado, enfim, descartam-se as transformações do capital promovidas segundo os postulados neoliberais (MONTAÑO, 2002, p. 51, grifo do autor).

O autor observa que, juntamente com o termo vem também a nacionalidade, a cultura política e a funcionalidade com os interesses de classe e afirma que o conceito americano,

datado de 1978, foi trazido para o Brasil por meio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho¹⁹ (MONTAÑO, 2002, p. 53).

Alguns autores colocam o Terceiro Setor como primordial, uma vez que, quando se estabelece uma civilização, em primeiro lugar é estabelecida uma comunidade. Para Rifkin,

invertemos o raciocínio e passamos a crer em uma idéia bizarra de que, de início, criamos um mercado forte, pois isso ajuda a construir uma comunidade forte. Isso é completamente falso. Antes, surge a comunidade; posteriormente, começa-se a comerciar, aparece o mercado, depois surge o governo (RIFKIN, 2005, p. 21).

Assim, para o autor, o Terceiro Setor é também o primeiro. No entanto, esse setor, por não ser consciente de sua identidade, também não tem poder. E, sem poder, não pode tratar como iguais os demais setores. O Terceiro Setor, na visão de Rifkin (2005), deve compreender que o governo está começando a desaparecer da vida das comunidades e que seu papel é cada vez mais importante. No entanto, essa visão também é questionável, uma vez que sugere uma ausência do Estado nas questões sociais o que, no Brasil atual não se confirma, tendo em vista o crescimento de iniciativas governamentais e o desenvolvimento de diversas políticas públicas na área social.

Diante disso, é importante diferenciar Estado e Governo. Coelho (2009, p. 15) define Estado como a “organização que exerce o poder supremo sobre o conjunto de indivíduos que ocupam um determinado território. E quando falamos de exercício do poder, estamos nos referindo à capacidade de influenciar decisivamente a ação e o comportamento das pessoas”. O autor lembra que esse poder do Estado é legitimado. Já o governo, para Coelho (2009) é aquele que garante o cumprimento das decisões dos outros poderes e executa as políticas do Estado.

¹⁹ A Fundação Roberto Marinho é uma organização do *Terceiro Setor*. Segundo o *site* da instituição, a Fundação foi criada em 1977 pelo jornalista Roberto Marinho a partir da convicção de que o papel da televisão deve ir além de entreter e informar: pode melhorar a educação e contribuir para o desenvolvimento social. Segundo o *site*: Segundo o *site*, a Fundação Roberto Marinho é uma instituição que contribui permanentemente para a construção de um mundo onde pessoas e comunidades se relacionem, valorizem suas identidades e sejam capazes de transformar suas próprias vidas, por meio da educação. Com a ajuda de parceiros da iniciativa pública e privada, a Fundação mantém projetos nas áreas de Educação, Meio Ambiente, Patrimônio e Televisão, com o Canal Futura, todos baseados em uma única premissa: educação é tudo. Ver: www.fmb.org.br. Acesso em: 19 mar. 2011.

É ao governo que compete recolher os impostos que sustentam o funcionamento de todos os poderes do Estado [...] são as instituições do governo que garantem a segurança interna dos cidadãos – entendida como a proteção da sua integridade física, liberdade e bens – e os protegem das agressões externas; também é o governo que exerce o poder de polícia do Estado, que vai da fiscalização do cumprimento das normas à punição dos infratores. Enfim, é o governo que transforma em atos a vontade do Estado (COELHO, 2009, p. 19).

Ainda sobre o Terceiro Setor, entende-se relevante citar duas organizações que são referência no contexto da atuação das ONGs no Brasil. A Ashoka Empreendedores Sociais²⁰, buscando simplificar as conceituações apresentadas na legislação brasileira, considera como Terceiro Setor as organizações legalmente constituídas que não tenham fins lucrativos. Já o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, afirma que Terceiro Setor “é o conjunto de organizações da sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos que realizam atividades em prol do bem comum”²¹. A entidade também destaca que o termo foi criado nos anos 70, por pesquisadores norte-americanos, a partir da idéia de que além do Estado e das empresas, haveria uma terceira via para a realização de atividades privadas voltadas para o atendimento das necessidades coletivas da sociedade.

Essa importância atribuída ao papel do Terceiro Setor pode ser pensada também a partir da redefinição da noção de cidadania abordada por Dagnino. Essa noção “[...] formulada pelos movimentos sociais, expressa não somente uma estratégia política, mas também uma política cultural (DAGNINO, s/d, p. 207). Alguns elementos constitutivos dessa cidadania são, conforme a autora: a concepção do direito a ter direitos; a necessidade de sujeitos sociais ativos; a participação na definição do sistema político para a invenção de uma nova sociedade; e uma visão ampliada de cidadania, não mais confinada dentro dos limites das relações com o Estado, ou entre Estado e indivíduo (DAGNINO, s/d, p. 207e 208)²².

Dentro dessa ótica, o Terceiro Setor brasileiro busca, de uma forma geral, atuar na conscientização e mobilização para a transformação social, apesar de muitas organizações ainda atuarem de forma apenas assistencial.

²⁰ A Ashoka é uma organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no trabalho e apoio aos empreendedores sociais - pessoas com idéias criativas e inovadoras capazes de provocar transformações com amplo impacto social. Mais informações no *site* www.ashoka.org.br. Acesso em: 17 set. 2009.

²¹ Definição publicada no Glossário Social no *site* www.gife.org.br. Acesso em: 17 set. 2009

²² A discussão sobre cidadania será aprofundada no capítulo 4 do trabalho.

2.3.1 As instituições de atendimento para a infância e a adolescência no Brasil

A institucionalização das questões sociais, ou seja, esse trânsito da intervenção estatal para uma atuação das organizações do Terceiro Setor também aconteceu, no Brasil, a partir do atendimento prestado pelos abrigos (antigos orfanatos), denominados ainda de casas-lares ou instituições-residência.

Existem duas modalidades de instituições-residência: abrigo e unidade de internamento. O abrigo atende crianças e adolescentes não-infratores, e a unidade de internamento é destinada ao atendimento de adolescentes que cometem ato infracional e estão (por determinação judicial) cumprindo medida sócio-educativa em regime de privação de liberdade, conforme determinação da lei federal 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ROCHA, 2003, p. 80).

Os abrigos, conforme Silva e Aquino, são responsáveis “por zelar pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos desatendidos ou violados” (SILVA e AQUINO, 2005, p. 186). Nesse sentido, essas instituições são locais de atendimento de um público exposto a algum tipo de negligência social e que se encontram em situação vulnerável ou de risco. Segundo as autoras, o abrigo é uma medida de proteção especial que está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (ECA/art.101/parágrafo único).

Para Rocha (2003), a atenção contínua e sistemática por parte do Estado às questões sociais das crianças e adolescentes começa a partir dos anos 1930, quando teve início a superação do atendimento das necessidades básicas de determinados grupos pela Igreja Católica. Lorenzi (2007) relata que, até o início do século XX, não há registros de políticas sociais desenvolvidas pelo Estado brasileiro para crianças e adolescentes. As pessoas que necessitavam algum tipo de atendimento buscavam atendimento na Igreja Católica. “Estas instituições atuavam tanto com os doentes quanto com órfãos e desprovidos. O sistema da Roda das Santas Casas, vindo da Europa do século XIX, tinha o objetivo de amparar as crianças abandonadas e recolher donativos (LORENZI, 2007, s/p)”. A Roda foi proibida em 1927, a partir da criação do Código de Menores. Para a autora, “[o] Código de Menores visava estabelecer diretrizes claras para o trato da infância e juventude excluídas, regulamentando questões como trabalho infantil, tutela e pátrio poder, sendo que o destino de muitas crianças e adolescentes ficava a mercê do julgamento e da ética do juiz” (LORENZI, 2007, s/p).

Em 1942, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) que, conforme destacam Silva e Mello, era ligado ao Ministério da Justiça e “o equivalente ao Sistema Penitenciário para a população menor de idade, com enfoque tipicamente correccional-repressivo (SILVA e MELLO, 2004, p. 23). Os movimentos sociais e educadores envolvidos na temática da criança e do adolescente lutaram durante 30 anos para a alteração desse cenário. Para eles, as práticas repressivas não contribuía para a formação das crianças e dos jovens. Lorenzi (2007) destaca que o SAM passou a ser considerado, perante a opinião pública, repressivo, desumanizante e conhecido como ‘universidade do crime’. Apesar disso, sabe-se que não há, na atualidade, um consenso sobre essa questão, existindo setores da sociedade que vêm nas práticas repressivas e na criminalização, a saída para a superação de problemas juvenis. Um exemplo disso é a discussão para a redução da maioridade penal²³. No entanto, essa discussão caracteriza o problema como jurídico e afasta a questão de um aprofundamento mais crítico, fazendo parecer que esse problema social se resolve por meio de legislações, e não de políticas públicas efetivas e da redistribuição de renda.

Em 1964, é criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e estabelecida a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), por meio da Lei nº. 4.513/64. Para Silva e Mello, o objetivo dessa ação era “dar um caráter nacional à política de bem-estar de crianças e adolescentes” (SILVA MELLO, 2004, p. 23), porém, era claramente assistencialista. Sobre isso, Lorenzi (2007) ressalta que a FUNABEM herdou o prédio e os recursos humanos do SAM e, com isso, toda a sua cultura organizacional.

Em 1979, foi aprovado o Código de Menores (Lei 6.697/79). O conceito de “menor em situação irregular” foi introduzido por esta lei e as medidas previstas por ela não consideravam diferenças entre menores de 18 anos autores de infrações, carentes,

²³ No Brasil, atualmente, a maioridade penal coincide com a maioridade civil, segundo o Código Penal brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal. O ECA estabelece, em seu artigo 121, § 3º, quanto ao adolescente em conflito com a lei, que “em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos”, por cada ato infracional grave. Após esse período, ele passará ao sistema de liberdade assistida ou semi-liberdade, podendo retornar ao regime fechado no caso de mau-comportamento. Os delitos praticados por menores de 18 anos são legalmente chamados atos infracionais e são punidos com medidas socioeducativas. O deputado Enio Bacci, em fevereiro de 2011, propôs em um projeto na Câmara dos Deputados a modificação do Código Penal brasileiro. O projeto prevê que menores de 16 anos sejam penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial. Ou seja: os jovens maiores de 16 anos passarão a ser responsabilizados por seus atos, e os menores serão sujeitos à lei especial do Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo o deputado, este projeto de lei tem a intenção de fazer com que jovens a partir dos dezesseis anos possam ser responsabilizados penalmente por seus atos. Segundo o autor do projeto, “nesta faixa etária, já têm maturidade e discernimento suficientes para traficar drogas ou cometer crimes hediondos, e, no entanto, não podem ser punidos pelo Código Penal. Alterar o critério da idade para responsabilizá-los a partir dos dezesseis anos seria uma forma coibir os altos índices de criminalidade entre menores, e garantir, desta forma, mais uma medida no combate à falta de segurança a que está exposta toda a sociedade brasileira.” Disponível em: <<http://www.votenaweb.com.br/projetos/2885>>. Acesso em 27 mai. 2011. A maioridade penal é também conhecida como idade da responsabilidade criminal.

abandonados ou vítimas de violência. Silva e Mello (2004) destacam que esse aspecto era típico da doutrina da situação irregular, que inspirou a lei.

Em meados dos anos 1970, os movimentos sociais passaram a discutir e mostrar a ineficácia das práticas nas instituições para crianças e adolescentes, uma vez que a forma de atendimento não apontava novas perspectivas ou mudanças significativas na inclusão e no desenvolvimento social dos jovens atendidos. Ao mesmo tempo, conforme Lorenzi (2007), alguns pesquisadores acadêmicos demonstraram interesse em estudar a situação da criança de rua e, com isso, iniciaram um debate sobre a problemática da infância e da juventude. “Trazer a problemática da infância e adolescência para dentro dos muros da universidade, em plena ditadura militar, apresentou-se como uma forma de colocar em discussão políticas públicas e direitos humanos (LORENZI, 2007, s/p)”.

Em 1988, um marco na história da garantia de direitos básicos surgiu com a Constituição Federal. Silva e Mello afirmam que “a Constituição contempla a proteção integral a crianças e adolescentes em seus artigos 227 e 228, além de introduzir no arcabouço legal brasileiro o conceito de seguridade social, agrupando as políticas de assistência, previdência social e saúde” (SILVA e MELLO, 2004, p. 24).

A proteção integral à criança e ao adolescente veio com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. O ECA é considerado a consolidação das lutas por direitos humanos.

Este novo documento altera significativamente as possibilidades de uma intervenção arbitrária do Estado na vida de crianças e jovens. [...] Desde a promulgação do ECA, um grande esforço para a sua implementação vem sido feito nos âmbitos governamental e não-governamental. A crescente participação do terceiro setor nas políticas sociais, fato que ocorre com evidência a partir de 1990, é particularmente forte na área da infância e juventude (LORENZI, 2007, s/p).

Outra autora que aborda a questão do atendimento a crianças e adolescentes é Vergara (1991), que destaca três paradigmas básicos no atendimento a crianças e adolescentes desde os anos 30 até os dias atuais. Para a autora, o primeiro paradigma é o correccional-repressivo, que buscava corrigir, controlar, punir e recuperar as crianças e adolescentes. Esse paradigma, de certa forma, imputava ao assistido um estigma de “delinqüente” e o isolamento e a punição como forma eficaz de controle social.

O segundo paradigma destacado é o paradigma assistencialista, entre as décadas de 1960 e 1980. Vergara afirma que, nessa ótica, as práticas assistencialistas passam a ter mais importância do que as práticas de punição, apesar de não substituí-las.

Ao intervir combatendo os males dos ‘desassistidos’ e dos menores causadores de ‘desordem social’, o estado assume seu papel paternalista e, ao mesmo tempo, coercitivo, promovendo a segregação do menor para tratá-lo nas instituições especiais e devolvê-lo ‘são’ à sociedade (VERGARA, 1991, p. 104, grifos da autora).

Por último, a partir dos anos 80, o paradigma assistencialista começa a ser questionado. Essa situação é influenciada pelo processo de busca pela redemocratização do país e pela atuação dos movimentos sociais e, com isso, se cria o paradigma humanista, conforme Vergara (1991). Sob essa ótica, as crianças e os adolescentes passam a ser vistos como sujeitos de direitos e é criada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o chamado Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse paradigma fortalece a luta dos movimentos pela cidadania.

No entanto, apesar da criação do ECA e do paradigma humanista fortalecer uma visão mais sensível às questões sociais, as práticas dos abrigos ainda representam um desafio. Esse espaço de cuidado e proteção precisa, constantemente, encontrar caminhos para superar os costumes e hábitos assistencialistas e implantar novos modelos de ação, “com base em noções de cidadania e na visão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento” (SILVA e AQUINO, 2005, p. 187). Para Rocha (2003) há sérias dificuldades para a implementação das leis relativas aos abrigos, que prevêm, por exemplo: preservação dos vínculos familiares, atendimento personalizado, manutenção de grupos de irmãos, desenvolvimento de atividades sociais e educativas, participação na vida da comunidade local (ECA, 1990, artigo 92). As instituições ainda enfrentam falta de recursos humanos, financeiros e materiais, precariedade da rede de atendimento e encaminhamento, dificuldades de operacionalização, entre outras questões. “O modelo tradicional de abrigo ainda persiste e representa um dispositivo social que agrava o abandono das crianças e adolescentes que não podem contar com a família para a sua proteção” (ROCHA, 2003, p. 86).

Essas afirmações são referendadas pelo estudo que buscou conhecer a situação do atendimento, as características e os serviços prestados pelos abrigos que recebem recursos do governo federal a partir do Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes

realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em 2003²⁴.

Segundo Silva,

A despeito da extensa bibliografia existente sobre crianças e adolescentes, as instituições de abrigo para essa população são ainda pouco conhecidas, muito embora exerçam papel fundamental em nossa sociedade. Por sua vez, as esferas governamentais, com a atribuição de estabelecer normas e diretrizes para o ordenamento e o reordenamento das políticas públicas para crianças e adolescentes socialmente vulneráveis, têm-se ressentido dessa ausência de informações que reflitam a real situação da rede de serviços de abrigo existente (SILVA, 2004, p. 18).

Com base nesses dados, percebe-se a dimensão desse processo da sociedade civil no país e é possível compreender o contexto no qual está inserido o estudo proposto.

2.3.2 O Centro Cristão Feminino (CECRIFE) e o Abrigo Querubim

A realização da pesquisa tem como contexto o Centro Cristão Feminino (CECRIFE) e o Abrigo Querubim. O CECRIFE/Querubim é uma organização criada e mantida pela Associação Evangélica de Ação Social (AEVAS), no município de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, que está inserido em um contexto municipal de atendimento de crianças e adolescentes. Conforme um estudo realizado em 2004, pelo então coordenador de uma rede de atendimento a crianças e adolescentes de Novo Hamburgo, Alfeu Farias Velho, a população jovem do município atingia quase o número de 100.000 pessoas. Na rede municipal de atendimento à criança e ao adolescente, havia 108 escolas, sendo 74 da rede municipal, 22 da rede estadual e 12 escolas particulares. No entanto, ressalta Velho, “este número não se traduz em grau de instrução e se estima que apenas 9,3% da população possuem ensino médio completo” (VELHO, 2004).

A rede de atendimento da cidade é articulada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/NH), que, segundo dados de 2004, possui 61 entidades/programas cadastrados; sendo que 43 são entidades não-governamentais, e 18 são entidades/programas governamentais. O perfil das organizações cadastradas é constituído por:

²⁴ Esse levantamento está publicado no livro-relatório *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*, com coordenação de Enid Rocha Andrade da Silva, editado em Brasília pelo IPEA/CONANDA, em 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=245>. Acesso em: 17 mar. 2011. Não há pesquisa mais recente publicada, que possa permitir a comparação dos dados.

- Entidades voltadas para atendimento socioeducativo em turno inverso ao da escola: 15 entidades sendo 11 governamentais e 3 não governamentais (ONGs);
- Abrigos para criança e adolescente vítimas de algum tipo de violência: 6 entidades, sendo 3 governamentais e 3 ONGs;
- Casa de Passagem (abrigos temporários) também para criança e adolescente vítimas de violência: 2 entidades – 1 municipal e outra ONG;
- Iniciação Profissional: O CMDCA possui 2 entidades (ONGs) voltadas para a iniciação profissional de jovens e adolescentes;
- Entidades para criança e adolescente portadores de necessidades especiais: 2 entidades (ONGs), sendo uma de apoio a deficientes visuais e outra de atendimento direto a portadores de deficiência leve;
- Abordagem de Rua: uma ONG dedica-se à educação de meninas e meninos em situação de rua;
- Escola: existe uma escola voltada ao atendimento de jovens com defasagem entre série/idade ou com dificuldade de inserção na rede de ensino tradicional²⁵.

Além dessas organizações, que compõem a rede de atendimento, o município de Novo Hamburgo também possui um Conselho Tutelar²⁶. Esse Conselho é composto por representantes da comunidade (como diretores e vice-diretores de escolas, presidentes de associações de pais e mestres e representantes de entidades sociais), com nível superior (completo ou em curso), e reconhecida experiência na área de defesa e atendimento aos direitos da criança e do adolescente. Além disso, a cidade conta com um Juizado da Infância da Juventude²⁷.

A AEVAS, mantenedora do CECRIFE/Querubim tem como princípio

²⁵ Essas informações estão disponíveis no artigo de VELHO (2004). Na tentativa de atualizar as informações, foi realizada uma busca de dados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Novo Hamburgo (CMDCA NH) e na Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (PMNH). No entanto, não há uma atualização dessas informações. Também foi consultada a Assessora de Projetos da Fundação Semear, que é responsável pelo desenvolvimento de projetos de inserção no mercado de trabalho para jovens. A profissional informou que os dados estão defasados e que o município não dispõe de pesquisas atuais sobre a situação da rede de atendimento ou sobre o atendimento de adolescentes.

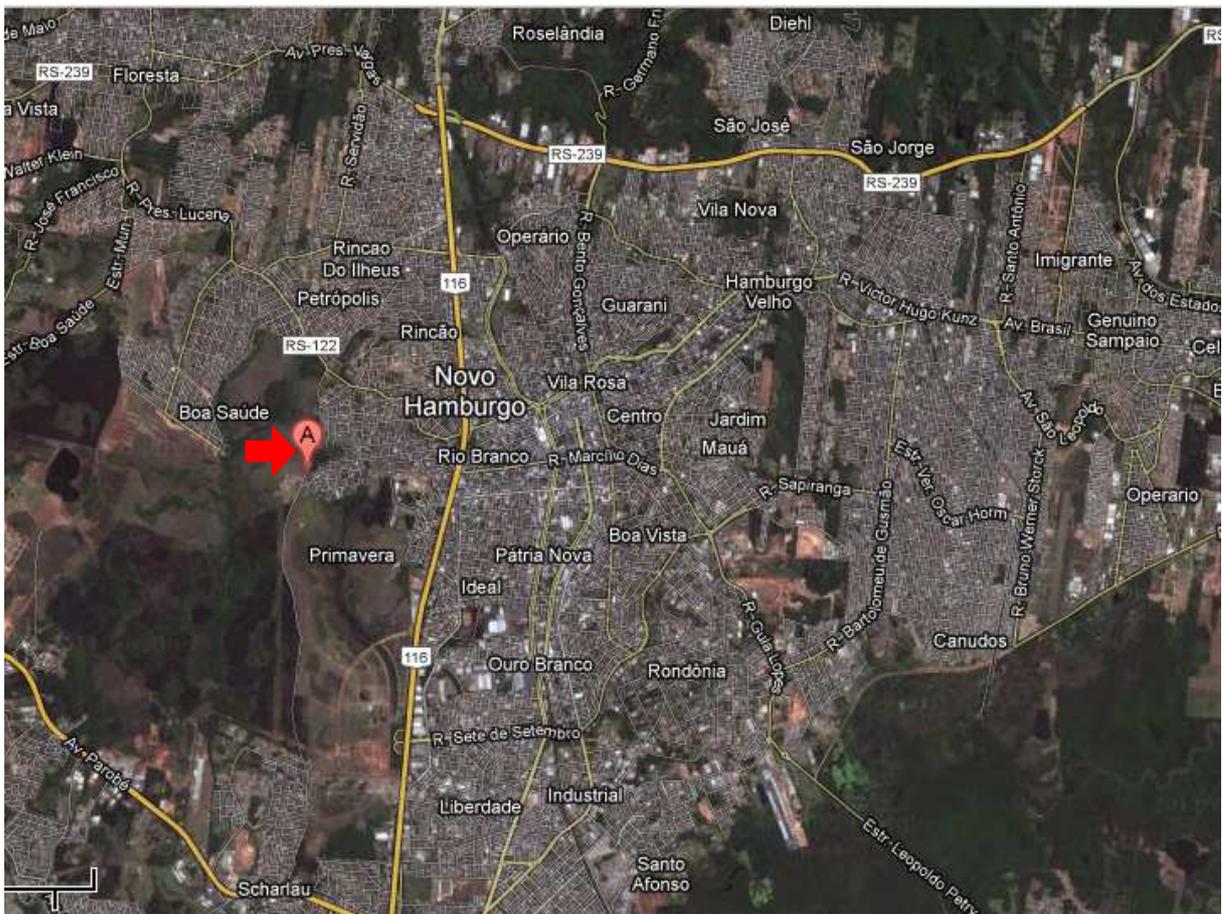
²⁶ O artigo 31 do ECA dispõe sobre o Conselho Tutelar: “O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”. Segundo o *site* www.promenino.org.br, o Conselho Tutelar é um órgão público municipal, que não depende de autorização de ninguém - nem do Prefeito, nem do Juiz - para o exercício das atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente: artigos 136, 95, 101 (I a VII) e 129 (I a VII). Exerce suas funções com independência, inclusive para denunciar e corrigir distorções existentes na própria administração municipal relativas ao atendimento às crianças e adolescentes. Suas decisões só podem ser revistas pelo Juiz da Infância e da Juventude, a partir de requerimento daquele que se sentir prejudicado. Acesso em: 9 mai. 2011.

²⁷ Informações no *site* an.novohamburgo.rs.gov.br. Acesso em: 1 abr. 2011.

colaborar para o desenvolvimento integral da identidade de crianças, adolescentes e famílias inserindo-as na sociedade. É acreditando na importância desse princípio que a Associação desenvolve trabalhos como, abrigos para mulheres e adolescentes grávidas, abrigo para crianças e adolescentes do sexo feminino de 08 a 18 anos de idade, assim como também escolas de educação infantil (www.aevas.org.br. Acesso em 14 jan. 2011)

A instituição foi fundada em 1996, pela Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Novo Hamburgo como uma organização social buscando interferir positivamente no meio de grupos sociais em situação de vulnerabilidade social e que estão à margem de políticas públicas adotadas pelo Estado. O CECRIFE/Querubim está localizado na Estrada Presidente Lucena, no Bairro Primavera, em Novo Hamburgo.

FIGURA 2: Mapa de localização do CECRIFE/Querubim em Novo Hamburgo (RS)



Fonte: Google Maps. Acesso em: 30 dez. 2011.

O Centro Cristão Feminino (CECRIFE), conforme o *site* da AEVAS presta assistência a futuras mães desamparadas, em regime de abrigo e, em 29 anos de existência, já atendeu mais de 3.000 mulheres que se encontravam nessa situação. Juntamente ao CECRIFE funciona o Abrigo Querubim, que atende crianças e adolescentes de 8 a 18 anos do sexo

feminino em regime de abrigo, “tendo como objetivo oferecer melhor qualidade de vida à crianças e adolescentes em situação de risco social, pessoal, violência doméstica, negligência e outros fatores que antecedem a abrigagem” (www.aevas.org.br. Acesso em 14 jan. 2011).

O *site* da AEVAS destaca, ainda, que a missão da instituição é

Promover ações embasadas nos valores culturais, sociais, afetivos e educacionais, alicerçados na ética e no amor cristão, colaborando para o desenvolvimento integral da identidade de crianças, adolescentes e famílias, inserindo-as na sociedade (www.aevas.org.br. Acesso em 14 jan. 2011).

Débora Rosinel Moraes Machado, assistente social e coordenadora do Abrigo, afirma que a manutenção do atendimento é realizada de diversas formas: a folha de pagamento dos colaboradores é subvencionada pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo e a comunidade contribui com doações de alimentos, roupas e materiais de higiene e limpeza, por exemplo. Além disso, a instituição busca captar recursos por meio da participação em editais de projetos na área social. Segundo a coordenadora, a casa tem capacidade para atender 20 meninas, de oito até 18 anos no Querubim e quatro gestantes no CECRIFE, que são os dois abrigos que funcionam na mesma casa, porém com demandas diferenciadas. “Atualmente estamos com 18 meninas no Querubim e nenhuma no CECRIFE, o que é uma coisa bem rara”²⁸, afirma Débora.

O tempo de permanência na casa é bastante variado. Débora destaca que não existe um tempo estipulado.

Se tu for fazer uma média, está em torno de seis meses. Mas há casos de meninas que estão a quatro anos no abrigo, porque a idade é até os 18 anos, quando atinge a maioridade. E como hoje só quem desabriga é o juizado e depende de todo um processo, os desabrigamentos demoram um pouco mais, mesmo que a situação já esteja resolvida. Então, a gente aguarda a decisão judicial para desabrigar (MACHADO, Débora R. M. Entrevista concedida em 22 de março de 2011).

Nesse ponto, a auxiliar administrativa do CECRIFE/Querubim e acadêmica do curso de Psicologia, Simone Aparecida de Oliveira Scherer, ressalta que não há uma rede de atendimento no município, para onde as meninas possam ser encaminhadas após os 18 anos ou quando forem desabrigadas, mas que a instituição busca desenvolver as meninas para que sejam independentes e possam “se virar sozinhas quando saírem”²⁹.

Questionada sobre os principais motivos de abrigamento, Débora informa que as meninas não são encaminhadas à instituição para o cumprimento de medidas socioeducativas,

²⁸ Na época em que a entrevista foi concedida, em março de 2011. A declaração se confirmou, uma vez que, no decorrer da pesquisa, foi possível perceber que a casa sempre tinha, no mínimo, duas meninas grávidas ou com filhos recém nascidos, além das abrigadas.

²⁹ Entrevista concedida em 22 de março de 2011.

apesar de algumas delas, em sua história de vida, contarem algum envolvimento com drogas ou haver cometido algum ato infracional. No entanto, “o que acarreta o abrigo é negligência familiar, maus tratos, violência sexual, abuso sexual. A grande maioria, eu posso te dizer que 80% que deu origem a esse abrigo foi abuso sexual ou na infância ou no momento”³⁰.

As crianças e adolescentes encaminhadas ao Abrigo estudam. A coordenadora conta que uma das primeiras coisas realizada, assim que as meninas chegam ao Abrigo, é providenciar a transferência escolar. Débora ressalta que na nova Lei de Adoção, é considerado ideal que a criança ou adolescente não saia do seu bairro ou comunidade e que continue a estudar na sua escola, mas “é muito difícil, a gente não tem recurso para levar cada uma no seu bairro [...] então a gente transfere para a escola mais próxima do Abrigo e elas passam a estudar aqui”³¹. Além disso, o Abrigo se preocupa em inscrevê-las em cursos e outras atividades, como cursos profissionalizantes para as que têm idade para trabalhar, buscando desenvolver a independência das meninas. Na casa, Débora informa que

existe uma escala de tarefas [...] cada uma tem uma atividade na casa. Cada uma limpa uma peça e outra limpa outra. Uma menina limpa a sala, outra limpa a capela [...] dentro dos quartos tem escala de limpeza e cada dia uma menina do quarto faz a faxina no quarto. As roupas delas são elas que lavam. A gente tem duas serviços gerais para o serviço pesado e para roupas de cama e de banho da casa (MACHADO, D. R. Entrevista concedida em 22 de março de 2011).

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

FOTOGRAFIA 1: Quadro com a rotina diária do Abrigo



Fonte: Registrada pela autora, 2011.

As jovens têm outras atividades dentro da casa como, por exemplo, oficinas de vôlei, atletismo e dança. E também dispõem de oficinas de informática e oficinas de artesanato, mas somente quando há voluntários ou estão presentes os educadores da casa que têm habilidade para o desenvolvimento dessas atividades. O lazer das abrigadas ocorre após a realização das atividades e tarefas da escola, depois do almoço e no final da tarde, dependendo do horário em que cada uma frequenta a escola. No final do dia, quando todas estão no Abrigo, há um horário livre para que possam brincar e jogar.

A equipe técnica do CECRIFE/Querubim é composta por diversos profissionais, de áreas diferenciadas. Há uma coordenadora da instituição, com formação acadêmica em Serviço Social, uma psicóloga, uma auxiliar administrativa, uma cozinheira, duas serviços gerais e nove educadores (a maioria pedagogas, uma estudante de serviço social e duas educadoras físicas). Essa equipe de colaboradores do Abrigo é contratada pela Associação Evangélica de Ação Social (AEVAS), ou seja, são funcionárias contratadas pela organização do Terceiro Setor, sob o regime da CLT. No entanto, a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo repassa, por meio de subvenção, um valor mensal para a organização, que é utilizado para o pagamento dos colaboradores.

A partir das visitas exploratórias e sistemáticas, foi possível perceber que o CECRIFE/Querubim dispõe de uma boa estrutura física para atendimento. A casa conta com seis quartos, cada um com um número de camas variável, sendo que a maior parte tem seis camas. Também há três banheiros e uma garagem. A organização dispõe de uma Kombi para transportar as meninas e profissionais. O Abrigo possui, ainda, uma sala de educadoras, uma padaria, uma cozinha e um refeitório. A casa conta com uma sala com televisão, que é ligada ao espaço onde ficam as mesas para refeições e onde as meninas fazem as atividades escolares. A cozinha é ampla e equipada com o necessário. Há uma pequena secretaria, onde também funciona a sala de atendimento social. No pátio há uma quadra de areia para a prática de esportes, que foi finalizada durante as primeiras semanas de visita da pesquisadora à instituição. Há um espaço para horta, mas não há cultivo de verduras ou legumes, apenas algumas árvores frutíferas plantadas, que ainda estão se desenvolvendo. As janelas possuem grades por questões de segurança. O prédio aparenta estar em boas condições, apesar da pintura gasta, dos móveis um pouco velhos e de algumas visíveis necessidades de manutenção.

A sala de informática fica no mesmo espaço que a sala de costura. É uma sala úmida, pois é uma espécie de “porão”. Fica na parte de baixo da casa, com janelas pequenas na parte de cima da parede. Não há muita ventilação. No inverno, é uma sala bastante fria e no verão, não há corrente de ar, o que torna a sala bem quente. Os computadores dividem espaço com máquinas de costura, linhas e sacos de retalhos de tecidos. Apesar de ter cinco computadores instalados sobre as mesas, apenas quatro estão funcionando e não há previsão de quando

outros funcionarão³². Isso causa dificuldade para a realização de atividades com os computadores, porque não há máquinas para todas as meninas, que precisam utilizar os equipamentos em duplas ou trios. Há vários monitores sobre uma bancada, teclados, mouses e cabos e alguns no-breaks sobressalentes que também estão na sala. Todos os equipamentos foram recebidos por meio de doações.

FOTOGRAFIA 2: Foto da parte externa do Abrigo



Fonte: AEVAS. Disponível em: <<http://www.aevas.org.br>>. Acesso em: 30 mai. 2011.

³² Além dos cinco computadores que estão montados nas mesas, há outros equipamentos amontoados em um canto e algumas partes (mouses, teclados e fios) em caixas. Em algumas visitas, havia quatro equipamentos funcionando. Em uma das visitas (dia 27 de maio de 2011), havia três computadores funcionando. Em outra oportunidade, apenas um estava funcionando após a visita do técnico para a manutenção.

FOTOGRAFIA 3: Sala de televisão



Fonte: Registrada pela autora, 2011.

FOTOGRAFIA 4: Cozinha do CECRIFE/Querubim



Fonte: Registrada pela autora, 2011.

FOTOGRAFIA 5: Mesas para refeições/espço para realização das tarefas escolares



Fonte: Registrada pela autora, 2011.

FOTOGRAFIA 6: Sala de Informática



Fonte: Registrada pela autora, 2011.

FOTOGRAFIA 7: Sala de Informática



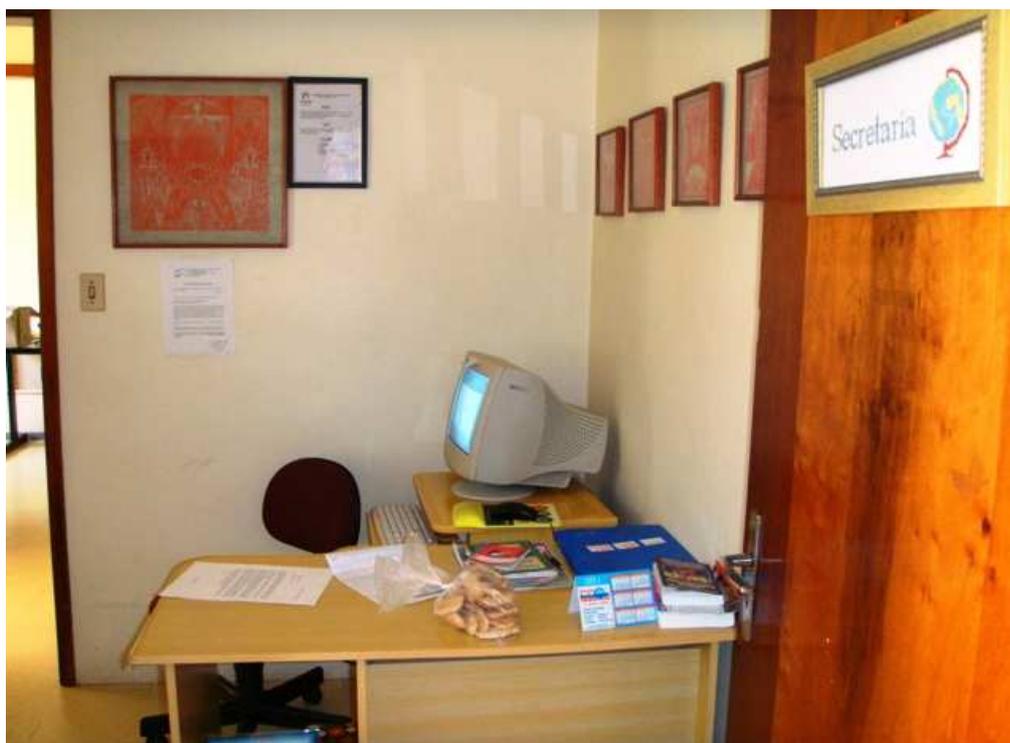
Fonte: Registrada pela autora, 2011.

FOTOGRAFIA 8: Sala de atendimento psicológico e de assistência social



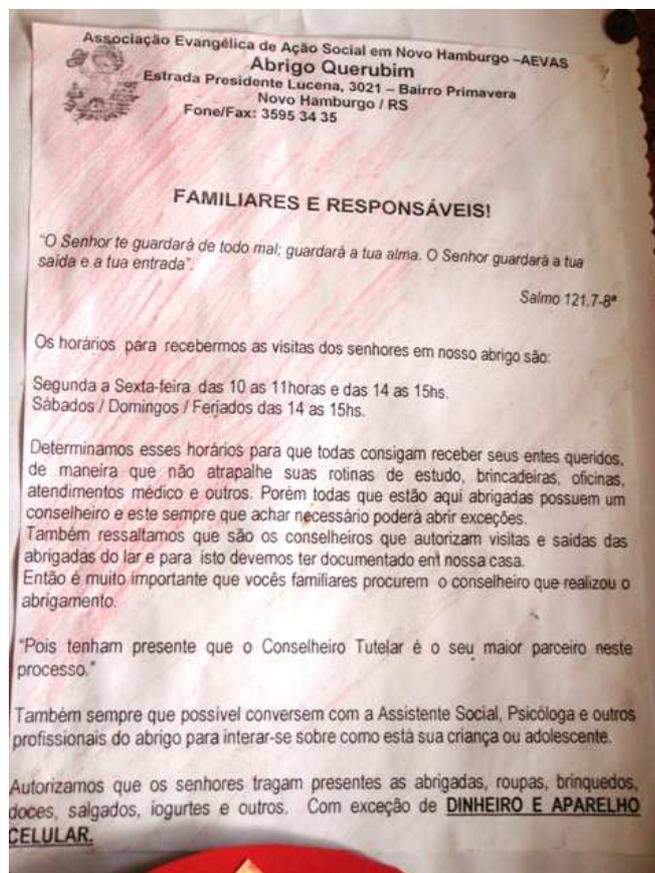
Fonte: Registrada pela autora, 2011.

FOTOGRAFIA 9: Secretaria do Abrigo



Fonte: Registrada pela autora, 2011.

FOTOGRAFIA 10: Aviso no mural



Fonte: Registrada pela autora, 2011.

2.4 A JUVENTUDE COMO EXPERIÊNCIA: ITINERÁRIO CONCEITUAL

É sabido que as questões da adolescência e da juventude abarcam muito mais do que uma questão etária. O CECRIFE/Querubim atende crianças e adolescentes do sexo feminino de 8 a 18 anos. No entanto, no município de Novo Hamburgo existe outro abrigo que atende crianças, chamado Lar da Menina. Normalmente as meninas menores de 12 anos são encaminhadas pelo Poder Judiciário para o Lar da Menina e, com isso, o CECRIFE/Querubim recebe as meninas maiores de 13 anos, apesar de estar apto a atender desde os oito anos. Essa espécie de “acordo” com o Poder Judiciário faz com que as participantes da pesquisa sejam, em sua maioria, jovens, uma vez que a maior parte das meninas atendidas pelo CECRIFE tem mais do que 13 anos. Por esse motivo, delimita-se como grupo observável nesse estudo jovens de 12 a 19 anos, conforme abordado anteriormente no ponto 2.1.

Para Abramo (2008), o termo juventude tem todo um aspecto impreciso e escorregadio, formado pelos variados ângulos sob os quais o tema pode ser abordado. Isso decorre também do fato de que, somente a partir dos anos 1960, no Brasil é que os estudos sobre os jovens deixaram de ser apenas sobre a classe média. A condição juvenil passou a ser pensada a partir de outros contextos, como a contracultura, o engajamento político e, no final do século XX, a partir de contextos de risco social, violência ou exclusão. Segundo a autora, as disputas em torno do termo juventude têm diversos pontos de partida. Abramo coloca três pontos principais dentre os quais, em uma análise, verifica-se a complementaridade em sua relação.

[...] um deles é o que se foca nas condições e possibilidades da participação dos jovens na conservação ou transformação da sociedade e seus traços dominantes, examinando seus valores, opiniões e a atuação social e política [...]; outro é o que toma a juventude como contingente demográfico e busca verificar as características que informam a respeito das condições de inclusão e exclusão dos diferentes subgrupos de jovens, e sobre as vulnerabilidades que os afetam [...]. Outro, ainda, é o que, partindo da postulação do jovem como sujeito de direitos, busca examinar o que constitui a singularidade da condição juvenil e quais são os direitos que dela emergem, e que devem ser garantidos por meio de políticas públicas (ABRAMO, 2008, p. 40).

Aquino afirma que havia uma concepção consolidada sobre a questão do jovem em duas vertentes: como um grupo que demanda medidas de enfrentamento aos seus problemas e como grupo que demanda uma preparação para a vida adulta. No entanto, a partir de novos fenômenos sociais, a compreensão da juventude tornou-se um desafio, pois os jovens passaram a ser considerados agentes estratégicos de desenvolvimento (AQUINO, 2009, p. 26).

Essa visão supera a leitura histórica do jovem como um problema, ou seja, como foco de atenção a partir do momento em que representa uma descontinuidade social, uma ameaça a uma ordem estabelecida. “Em um contexto em que a juventude surge de forma múltipla como questão social relevante [...] cabe pensar os desafios que se apresentam para a sociedade brasileira em termos de atenção aos jovens” (AQUINO, 2009, p. 29).

Bourdieu (1983) cunhou a expressão “a juventude é apenas uma palavra” para afirmar que a juventude extrapola a condição de signo que se atribui ao conceito. Ou seja, a juventude não é dada, mas construída socialmente, uma vez que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; “e o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente, já constitui uma manipulação evidente” (BOURDIEU, 1983, p. 113). Para o autor, é preciso atentar para as diferenças entre as juventudes e não subsumir no mesmo conceito uma variedade de universos sociais que podem não ter muito (ou nada) em comum.

Em um contexto de permanente mudança, é preciso considerar, ainda, a especificidade da condição do jovem, ou seja, as desigualdades encontradas a partir de questões sociais e econômicas específicas. “Por isso, tornou-se usual empregar a expressão juventudes para enfatizar que, a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens” (AQUINO, 2009, p. 31).

Sobre isso, Groppo afirma que

A juventude como categoria social não apenas passou por várias metamorfoses na história da modernidade. Também é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido à sua combinação com outras situações sociais – como a de classe ou estrato social – e, devido também às diferenças culturais, bem como às distinções de etnia e de gênero. [...] Por fim, contemporaneamente, parece ser um traço marcante das vivências juvenis a formação de grupos concretos que constroem identidades juvenis diferenciadas de acordo com os símbolos e estilos adotados em cada grupo particular [...]. (2000, p 16 e 17)

Essa concepção também é encontrada em Barbiani (2007). A autora, a partir da observação das produções em torno da juventude, percebeu que o termo juventudes é utilizado regularmente e visa a demonstrar a necessidade de pensar e falar no plural quando o assunto são os jovens. Há muito a considerar: as multiplicidades, os atributos culturais, o contexto sócio-histórico, as condições sociais, afirma Barbiani (2007). Segundo a pesquisadora, após a Segunda Guerra Mundial, a juventude passa a ocupar lugar de destaque na ciência, na Igreja, na mídia, no mercado e no Estado. O discurso apontava para o jovem

como um sujeito de direitos. Atualmente, a população brasileira é majoritariamente jovem e é também um dos grupos mais vulneráveis socialmente.

Na sociedade globalizada econômica e culturalmente [...] [a] centralidade da juventude [...] é discutida (mais do que requerida) à luz da crítica às posições tradicionais e extremistas que ora situam os jovens como a redenção da humanidade, ora como a ameaça ou desvio à ordem social posta. A noção de centralidade é construída pelos autores não como uma espécie de apologia “ao ser jovem”, mas na trama que tece, ao mesmo tempo, desigualdades sociais e diferenças culturais. Assim, fundamentam-se as argumentações (presentes em todos os textos) de que a condição histórico-cultural da juventude não se oferece de igual forma para todos os integrantes da categoria estatística “jovem” (BARBIABI, 2007, p. 142, grifos da autora).

Essas questões sempre permearam o movimento sócio-histórico de constituição da juventude, segundo Groppo (2000), que afirma que o cerne do conceito de “adolescência”, criado pela psicologia dos séculos XIX e XX definiu a “juventude como ‘função de maturação do indivíduo’ na sociedade capitalista” e “tornou-se referência central das demais ciências humanas para a constituição do objetivo ‘juventude” (GROPPO, 2000, p. 60, grifos do autor). Por outro lado, ao superar essa concepção psicológica, que desemboca na sociologia funcionalista, pode-se conceber a juventude também como um direito humano reconhecido, afirma Groppo (2000). “Os direitos do homem são o discurso formal da justiça na sociedade moderna, discurso que torna teoricamente iguais todos os indivíduos, independente de sua origem social”, diz o autor. “Desse modo, a juventude, suas respectivas atribuições e cuidados seriam um direito de todos os indivíduos que se encontram nesse período de desenvolvimento humano” (GROPPO, 2000, p. 72). No entanto, considera o autor, apesar de a sociedade ser formalmente igualitária, a realidade social é composta de estruturas de classe, de diferenciações étnicas, de gênero, culturais e as relações sociais e as diferenças acabam por limitar, impedir ou parcializar a aplicação dos direitos (idem, p. 73).

Outro ponto importante na atualidade é a questão do jovem como fator de desenvolvimento. Castro e Aquino (2008) afirmam que fenômenos sociais atuais têm chamado a atenção para aspectos que até muito recentemente eram pouco explorados com relação aos jovens. De certa forma, esse novo olhar parte da superação de abordagens até então tradicionais: juventude como fase problemática (exposição a drogas, violência etc.) ou fase transitória (para a vida adulta). Para os autores, nas décadas finais do século XX houve mudanças estruturais na distribuição etária da população em todo o mundo resultantes do crescimento excepcional do grupo jovem.

Em termos práticos, essa “onda jovem” significa um aumento relativo da população em idade ativa, o que pode ter efeito positivo sobre a dinâmica do desenvolvimento

socioeconômico e, por isso, tem sido qualificado como bônus demográfico. A partir deste quadro, delinea-se uma nova perspectiva sobre a juventude, em que perde força a conotação problemática do jovem e ganha relevo um enfoque completamente inovador: a juventude torna-se um ator estratégico do desenvolvimento (CASTRO e AQUINO, 2008, p. 11). Essa questão também pode ser considerada um reflexo do envelhecimento da população mundial. No Brasil, da mesma forma, há o crescimento da população idosa, porém os jovens ainda são a maior parte da população.

Para Castro (2009), a juventude precisa ser vista como um conjunto social diversificado, dotado de diferentes tipos em função de seu pertencimento de classe social, situação econômica, interesses e oportunidades ocupacionais e educacionais. Conforme a autora, um dos principais marcadores sociais de diferenciação dos jovens é a classe social, além da etnia, lugar onde moram e gênero.

2.5 PERSPECTIVAS DE GÊNERO

O grupo de adolescentes que compõem o universo empírico é formado exclusivamente por pessoas do sexo feminino, uma vez que o CECRIFE/Querubim atende unicamente meninas/mulheres. A partir disso, é possível refletir sobre uma série de questões que relacionam gênero e exclusão social.

O conceito de gênero ganha força a partir do movimento feminista na década de 60. Nesse período, apesar de os espaços tradicionais de expressão política continuarem fechados às mulheres, elas se organizaram em formas alternativas de atuação, muitas vezes em torno de uma luta de imediato que as constituía enquanto sujeitos coletivos e políticos (MATOS, 1997).

Saffioti (1987) destaca que o marco para a produção intelectual feminista foi o ano de 1975, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher. A autora refere as influências de obras estrangeiras que, apesar de poucas, se fizeram presentes, citando Simone de Beauvoir (1949 e 1961), Guilbert (1966), Friedan (1960) e Mirdal e Klein (1969) e ressalta que, no Brasil, a produção dos primeiros estudos sobre a mulher teve nela própria (1962), em Rose Marie Muraro (1966) e Berlinck (1964) as pioneiras nos até então denominados “estudos da mulher”. Esses estudos buscavam dar maior visibilidade à mulher como sujeito social.

Mas gênero como categoria de análise emergiu do trabalho realizado por um grupo de estudiosas feministas da Universidade de Sussex, na Inglaterra, durante a década de 1970, segundo Carreira, Menchu e Moreira (2001). As pesquisadoras inglesas constataram que a desvalorização da mulher em relação ao homem é um fenômeno verificável ao longo da história em quase todas as partes do mundo. Elas analisaram como as pessoas são formadas para desenvolverem comportamentos diferenciados pelo fato de terem nascido homem ou mulher. Concluíram que não se tratava de se fixarem apenas no “problema da mulher”, mas de focar as relações sociais de gênero, ou seja, as relações sociais que a sociedade constrói, transmitidas de geração em geração (por diversos meios, como a mídia, por exemplo), e que cristalizam papéis diferenciados para homens e mulheres, possibilitando a desigualdade social entre os sexos.

Joan Scott (1995), historiadora norte-americana, afirma que inicialmente esse conhecimento na ótica de gênero é marcado por um pensamento plural, de diferentes concepções, sendo pioneiras as teorias marxistas e psicanalíticas³³. Ziebell (2000) ressalta o conceito de gênero de Scott ao destacar que este indica construções culturais, ou seja, a criação de papéis adequados que devem ser desempenhados por homens ou mulheres. Nesse sentido, chama a atenção o fato de Scott definir gênero como uma forma de ordenar o mundo, que atravessa todas as relações sociais, compõe idéias e estruturas e, a partir dos significados atribuídos, exerce um constante jogo de forças (uma disputa de poder) na manutenção ou subversão dos discursos e da organização social. Esse entendimento é compartilhado por Cardoso, que entende que a aquisição cultural, a forma social adquirida por cada sexo por meio do processo de socialização é definida como gênero. E são esses fatores que nortearão o desempenho dos papéis sociais dos sujeitos (CARDOSO, 1997, p. 127 e 128).

³³ Joan Scott faz um resgate histórico do conceito de gênero e afirma que a utilização de teorias marxistas ou psicanalíticas revela a formação ou o “lugar de fala” das primeiras abordagens sobre gênero. Segundo a autora, as feministas marxistas têm uma abordagem mais histórica, já que são guiadas por uma teoria da história. Mas qualquer que sejam as variações e as adaptações, o fato de que elas se impõem a exigência de encontrar uma explicação “material” para o gênero, limitou ou, pelo menos, atrasou o desenvolvimento de novas direções de análise. Tanto nas análises que propõem uma solução baseada nos chamados sistemas duais (compostos de dois domínios: o patriarcado e o capitalismo, separados mas em interação), como naquelas que se apóiam mais firmemente nos debates marxistas ortodoxos sobre modos de produção, a explicação das origens e das transformações de sistemas de gêneros é encontrada fora da divisão sexual do trabalho”. Já as teorias psicanalíticas se distinguem entre a escola anglo-americana - que trabalha dentro dos termos das teorias das relações objetivas, de Nancy Chodorow e de Carol Gilligan, que enfoca menos a construção do sujeito do que o desenvolvimento moral e o comportamento - e a escola francesa, que baseia-se nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, nos termos das teorias da linguagem (para as feministas a figura central é Jacques Lacan). Ambas escolas interessam-se pela questão da identidade do sujeito, centram o seu interesse nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança com o objetivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de gênero. Nos anos recentes as historiadoras feministas têm sido atraídas por essas teorias ou porque elas permitem fundamentar conclusões particulares para observações gerais, ou porque elas parecem oferecer uma formulação teórica importante no que diz respeito ao gênero. Ver: SCOTT (1995).

Louro (1997) afirma que gênero trata-se de uma categoria de análise social que estuda as relações entre homens e mulheres na sociedade: relações construídas ao longo da história, que mudam continuamente e que se manifestam de formas diferentes, dependendo de cada lugar e época. E Saffioti define que

[...] gênero não se resume a uma categoria de análise [...] também diz respeito a uma categoria histórica [...], regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e mulher-mulher. Obviamente, privilegia-se o primeiro tipo de relação, inerente à realidade objetiva com a qual o ser humano depara-se ao nascer (SAFFIOTO, 2000, p. 82).

Para a autora, o gênero é a construção social do masculino e do feminino e a desigualdade entre homens e mulheres não é natural, mas posta pela tradição cultural e pelas estruturas de poder, bem como pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais, onde se inclui a comunicação.

Segundo Maria Izilda de Matos

A categoria gênero reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre homens e mulheres. Enquanto categoria vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes, mas vulgarmente ainda é usado como sinônimo de mulher. [...] Por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados (MATOS, 1997, p. 80).

Conforme a pesquisa Situação Mundial da Infância e Adolescência 2011, realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o gênero influencia de maneira decisiva nas ocorrências de violência e abuso – físicos, sexuais e psicológicos – contra adolescentes. As taxas de violência doméstica e sexual contra meninas são mais altas do que para meninos. Esses abusos reforçam a dominação masculina na família e na comunidade e, ao mesmo tempo, impedem que seja atribuído maior poder à mulher³⁴. Essa questão pode ser verificada na realidade vivenciada pelas meninas abrigadas no CECRIFE/Querubim que são encaminhadas para a instituição por sofrerem algum tipo de abuso, violência ou estarem em situação de risco.

Piscitelli destaca que

³⁴ O relatório está disponível para consulta em <<http://www.unicef.org/brazil/sowc2011/>>. Acesso em: 29 abr. 2011.

Quando as distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres são vistas como resultado das diferenças, tidas como naturais, que se atribuem a uns e outras, essas desigualdades também são “naturalizadas”. O termo gênero, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças entre homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças (PISCITELLI, 2009, p. 119, grifos da autora).

No entanto, segundo a autora, o conceito se difundiu fazendo alusão às diferenças e desigualdades que afetam as mulheres e, atualmente, vem adquirindo novos sentidos. Apesar de manter esse caráter político inicial,

nas suas reformulações, o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas [...] (PISCITELLI, 2009, p. 146).

Essa mistura referida por Piscitelli parte do princípio de que os sujeitos são seres sociais. Para Matos, “as abordagens que incorporam a análise do gênero têm revelado um universo de tensões e movimento com toda uma potencialidade de confrontos [...] onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas” (MATOS, 2009, p. 288). Ou seja, para a autora, essas abordagens buscam a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, uma vez que existem muitos gêneros, muitos femininos, muitos masculinos e é necessário reconhecer a diferença dentro da diversidade.

Com relação à violência de gênero, Strey afirma que a discussão desse conceito é uma tarefa difícil, “na medida em que o conceito de gênero já pressupõe, por princípio, uma certa quantidade de pressão sobre os indivíduos para conformarem-se aos padrões culturais sobre o que seja ser homem ou mulher” (STREY, 2001, p. 59). A autora destaca que a violência de gênero está presente nos meios de comunicação (na ditadura da beleza, por exemplo), na política, no espaço doméstico, nas relações sociais e é paralela a outras formas de abusos. Para Araújo e Mattioli, os estudos sobre violência no Brasil apresentam como principais recortes as manifestações contra a mulher, contra crianças e adolescentes, no contexto escolar e na mídia e, majoritariamente, apontam para a presença de fatores conjunturais na produção ou no agravamento da questão da violência, entre eles a pobreza e a desigualdade social (ARAÚJO e MATTIOLI, 2004, p. 9).

Entende-se que o fato de estar vivenciando uma situação de abrigamento, no caso das meninas participantes da pesquisa, é uma também uma forma de violência, originada por diferentes situações onde a agressão e os riscos são constantes. O abrigo, apesar de ser um

local de acolhimento, é também um local de afastamento do convívio familiar e social. Muitas vezes, obriga a troca de ambiente escolar e significa a privação de uma série de fatores. Essa perspectiva é encontrada em Michaud, que afirma que

Há violência quando numa situação de interação, um ou vários autores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p. 10).

Com isso, amplia-se o entendimento da violência como algo que causa dano moral, perpassa as questões de gênero, as desigualdades sociais, a discriminação e a situação de exclusão vivenciada pelas adolescentes do CECRIFE/Querubim. Da mesma forma, essas questões incidem sobre a classe social, o que também se apresenta como relevante na pesquisa e, por isso, é abordado a seguir.

2.6 CONSTRUÇÕES A PARTIR DA CLASSE SOCIAL

Codato e Leite (2009) afirmam que o conceito de classe social não deve sugerir apenas a existência de diferenças sociais entre indivíduos, mas “classes de indivíduos que são subordinadas umas às outras. Assim, o pertencimento a uma determinada classe nos indica, além de variedades sociais, desigualdades sociais” (CODATO e LEITE, 2009, p. 24). Os autores destacam quatro princípios sociológicos que conferem ao conceito de classe um conteúdo científico e crítico. O primeiro princípio é relativo às posições sociais, ou os “lugares” ocupados pelas pessoas na sociedade. Esse princípio conduz à idéia de sociedade como um sistema de relações sociais, onde as pessoas ocupam posições em relação às outras. O segundo princípio afirma que essas relações formam a estrutura social, constituída por agentes sociais (indivíduos ou grupos, por exemplo). Essa estrutura é estratificada e composta por assimetrias e hierarquias, que compõem um lugar de disputa, conforme o terceiro princípio. Por último, o quarto princípio ressalta que os agentes sociais partilham posições a partir de algo em comum: riqueza, poder, situação econômica, estilo de vida (CODATO e LEITE, 2009, p.25).

A partir disso, para os autores, a classe social pode ser vista como um grupo social ou como um fato social, ou seja, como uma forma de organização do mundo social e depende de um contexto. Codato e Leite sustentam que “[e]ste contexto é um contexto histórico, que é, a um só tempo, social, econômico e cultural. Assim, à medida que os contextos mudam,

mudam também todas as características dos indivíduos – suas maneiras de ser, de pensar e agir” (CODATO e LEITE, 2009, p. 40).

É possível relacionar essa questão com o entendimento de Simmel (1986), que coloca a sociedade não como um sistema, mas como um local onde os indivíduos entram em ação recíproca. Para o autor, essa ação recíproca possibilita a sinalização de um novo conceito de sociedade, que leva em conta a dinâmica e a interação social, ou seja, o movimento de convivência dos indivíduos e de sua ação conjunta, o que torna a sociedade uma estrutura viva. Nessa sociedade, conforme o autor, os indivíduos se agregam, formando círculos sociais, marcados pela aproximação por identificação, ao mesmo tempo em que sublinham as diferenças e a individualidade dos grupos.

[...] la falta de individualidad de los elementos, en el círculo estrecho, y su diferenciación en el amplio, se revela lo mismo en la yuxtaposición de grupos y elementos coexistentes que la sucesión de los estadios por que pasa el desarrollo de un grupo determinado (SIMMEL, 1986 [1896], p. 747).³⁵

A interseção desses círculos sociais, segundo Simmel, são as formas de socialização que resultam na interação social, em uma ação recíproca que constitui a própria sociedade. Berger e Luckmann (2001) apontam a interação social como a base da realidade social, uma vez que ninguém vive a realidade social sozinho e sim em partilha com o outro. Assim, a realidade é uma construção humana e o mundo consiste de múltiplas realidades, sendo a realidade da vida cotidiana, “organizada em torno do aqui de meu corpo e do agora do meu presente” (BERGER; LUCKMANN, 2001, p. 39), a realidade por excelência. “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMANN, 2001, p. 34).

A constituição da sociedade por meio dos círculos sociais de Simmel ou a interação social em Berger e Luckmann encontram relação com a formação de grupos apontados por Mead (1982): os grupos de pertença, que são aqueles aos quais o indivíduo está ligado (família, empresa ou escola) e os grupos de referência. Como o próprio nome diz, esse segundo grupo constitui referência por si só valorizada, ou seja, um grupo com o qual o indivíduo possui identificação e ao qual gostaria de pertencer. Ao opor-se ao determinismo dos enfoques estruturalistas, Mead afirmou que o indivíduo é em função do grupo ao qual ele pertence, não sendo totalmente livre e sim, determinado pelo grupo onde está inserido.

³⁵ A falta de individualidade dos elementos no círculo estreito, e sua diferenciação no amplo, se revela o mesmo na justaposição de grupos e elementos coexistentes que a sucessão dos estágios pelos quais passa o desenvolvimento de um determinado grupo. Tradução nossa.

Simmel (1986) destaca que na coexistência do individual e do social nos homens, quanto maior o círculo, mais espaço há para individualidade no comum (sentido de comunidade) e menos para peculiaridades como parte de um todo. Um exemplo é a religião, que liga os membros de maneira uniforme e exclui diferenças individuais. Outro exemplo são os próprios conceitos de comunidade³⁶ e de cidadania, que podem ser pensados a partir desse ponto. Quando as interações sociais externam o círculo da comunidade, as pessoas passam a ser mais individuais e apenas algumas formas de cidadania são exercidas. Os círculos sociais de Simmel (1986) podem ser inúmeros e proporcionam aos indivíduos a possibilidade de agregação por aproximação, bem como a produção de diferenciação, que resulta em maior individualização das pessoas e pode ser relacionado à constituição das classes sociais.

Esta diferenciación de los grupos sociales hace que aumente la necesidad e inclinación a ir más allá de sus límites originarios, en el sentido espacial, económico y espiritual. Y, al aumentar la individualización (y con ella la repulsión de los elementos del grupo) surgirá, junto a la centripetalidad inicial, una tendencia centrífuga que servirá de puente para otro grupo (SIMMEL, 1986 [1896], p. 742).³⁷

A aproximação e diferenciação também são relativas às classes sociais, que possuem uma dimensão simbólica, das diferenças sociais entre grupos e uma dimensão política, relativa às relações de dominação e subordinação (CODATO e LEITE, 2009, p. 63). Entende-se que, da mesma forma que as relações sociais originadas nos círculos sociais de Simmel são marcadas por hábitos, atitudes e valores que promovem simultaneamente, o desejo de diferenciação, bem como o de unidade, também são presentes nas classes sociais.

O conceito de classe social, ao considerar relações de subordinação e dominação, assim como a dimensão simbólica das diferenças, aproxima-se de questões como

³⁶ Vale lembrar alguns autores que trabalham o conceito de comunidade, como Downing (2002). Para o autor, o termo tem sido usado com uma incrível abrangência, pois é utilizado no sentido de localidade (esta comunidade); na retórica da política mundial (comunidade internacional); no sentido profissional (a comunidade científica); em um sentido nostálgico que remete a uma suposta era de harmonia (resgatar o sentido de comunidade); como forma de homogeneizar opinião de grupos (a comunidade negra) e é usado também de maneira populista como referência às classes sociais subordinadas. Palácios (1990) afirma que comunidade não é meramente um lugar no mapa. É uma forma de relação caracterizada por situações de vida, objetivos, problemas e interesses em comum de um grupo de pessoas. Enxergar comunidade como uma relação parte do princípio de que as subjetividades se misturam e se alteram. Com isso, temos o que Esposito chama de “cadeia de alterações que não se fixa nunca em uma identidade” (ESPOSITO, 2007, p. 18). Para o autor, a comunidade não é uma relação que modela o ser, mas o próprio ser como relação. Bauman (2003) destaca que o conteúdo da comunidade é de entendimento mútuo e natural e não sobrevive à autoconsciência, pois é fiel a sua natureza e homogeneidade e que a comunidade sempre esteve relacionada ao propósito de construção do mundo como algo real, porém construído pelo imaginário do grupo.

³⁷ Esta diferenciação dos grupos sociais aumenta a necessidade e a inclinação para ir além dos seus limites originários no sentido espacial, econômico e espiritual. E, ao aumentar a individualização (e, portanto, a repulsão dos elementos do grupo) vão surgir, juntamente com a centripetalidade inicial, uma tendência centrífuga que servirá de ponte para um outro grupo. Tradução nossa.

reconhecimento e diferença e com os conflitos sociais e a disputa. Honneth (2003) identifica três esferas do reconhecimento, sendo a forma mais elementar o amor, além do direito e do que ele denomina estima social ou solidariedade. O autor ressalta que nem todas as esferas possuem uma tensão moral que possa desencadear uma “luta social”. Isso só acontece quando os objetivos dessa luta se generalizam para além das intenções individuais e se tornam base de um movimento coletivo.

Segundo o autor:

[...] sempre esteve inserida na experiência de uma determinada forma de reconhecimento a possibilidade de uma abertura de novas possibilidades de identidade, de sorte que uma luta pelo reconhecimento social delas tinha de ser a consequência necessária. [...] uma luta só pode ser caracterizada de “social” na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que podem se tornar a base de um movimento coletivo (HONNETH, 2003, p. 256)

Esse processo moderno de diferenciação (encontrado no conceito de classe) vai ao encontro de uma sociedade de conflito. E essa sociedade, onde o conflito passa a ser central, ao mesmo tempo em que a pluralidade se multiplica, é constituída por sujeitos questionadores, que buscam o reconhecimento validado discursivamente. Uma das instâncias de validação, construção e problematização desse discurso são os meios de comunicação.

Esse debate em torno do reconhecimento também encontra em Walzer uma crítica ao modo universalista, por meio de sua idéia de igualdade complexa, uma tentativa de incluir a pluralidade em um conceito ampliado de igualdade. Rustin (1996) aborda a obra de Walzer, que afirma que a igualdade complexa é o resultado mais desejável de pluralismo, pois os conceitos já trazem idéia e significados no sentido de consistência e ordem, uma vez que os significados sociais são partilhados. No entanto, para Rustin, apesar de o conceito de igualdade complexa reconhecer a variedade de bens existentes e entender que as diferenças e os valores culturais específicos são condições essenciais para a igualdade complexa, há uma “desigualdade complexa” não abordada por Walzer. Essa desigualdade advém do isolamento entre esferas³⁸ e possibilidade de dominação de umas sobre as outras. Entende-se que essa instância de dominação é parte constitutiva das demandas igualitárias, uma vez que elas surgem, historicamente, não apenas em função das diferenças, mas também da subordinação que essas diferenças proporcionam.

³⁸ Walzer utiliza o conceito de esferas de justiça, que seriam as comunidades e práticas institucionais distintas. Essas esferas de justiça são institucionalizadas por “intercambios obstruídos”, por exemplo, as pessoas, os votos, os veredictos, o que pode e o que não pode, ou seja, as regras que mantêm limites entre instituições. Essas esferas são fonte de diversidade social e um valor de uma esfera não necessariamente está em outra, existindo, assim, culturas particulares de cada esfera (ou sociedade). Ver: RUSTIN, 1996.

Diante de todo esse contexto, pensar nos usos e táticas para o uso da Internet por jovens em situação de vulnerabilidade social deve considerar esses conceitos, as disputas de sentido e todas as relações que os envolvem, bem como pensar a cidadania nesse cenário, tentando articular todas essas questões.

3. O LUGAR DA COMUNICAÇÃO

É importante abordar o lugar da comunicação na pesquisa proposta. Para isso, busque-se aporte na corrente de estudos de recepção, que aponta, na atualidade, para a fluidez das fronteiras entre emissores e receptores e para a complexidade dos contextos sociais e culturais.

Nesse sentido, será feita uma abordagem teórica desse lugar da comunicação, na perspectiva de demonstrar as múltiplas dimensões dos processos comunicativos e as possibilidades de interpretação de sentidos por parte dos sujeitos. Os aportes teóricos buscarão mostrar as concepções que apontam para a recepção da comunicação como um lugar fluido, parte dinâmica de complexos contextos culturais e sociais. A partir dessa perspectiva, a metodologia e as reflexões buscarão uma aproximação com as vivências sociais.

3.1 ESTUDOS CULTURAIS COMO PONTO DE PARTIDA

O presente estudo parte do referencial teórico dos Estudos Culturais que, conforme Johnson, tem como uma de suas principais características, “a abertura e a versatilidade teórica, seu espírito reflexivo e, especialmente, a importância da crítica” (JOHNSON, 2006, p. 10). Segundo o autor

[o]s processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais, especialmente com as relações e as formações de classe, as divisões sexuais, com a estruturação racial das relações sociais e com as opressões de idade. [...] a cultura envolve poder, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais para definir e satisfazer suas necessidades. [...] a cultura não é um campo autônomo nem externamente determinado, mas um local de diferenças e de lutas sociais (JOHNSON, 2006, p. 13).

Nesse sentido, entende-se que os Estudos Culturais devem estar conectados com formas culturais, com a academia e com questões populares, apontando possibilidades sociais e permitindo análises. Johnson buscou sintetizar os Estudos Culturais e afirmou que eles “dizem respeito às formas históricas da consciência ou da subjetividade, ou às formas subjetivas pelas quais nós vivemos ou, ainda, em uma síntese bastante perigosa, talvez uma redução, [...] dizem respeito ao lado subjetivo das relações sociais” (JOHNSON, 2006, p. 25)

Dessa forma, o conceito de subjetividade encontrado em Johnson é importante para o estudo proposto, uma vez que desafia as ausências na consciência e faz com que elementos se

tornem mobilizadores mesmo que não sejam conscientemente conhecidos. Para o autor, esse conceito possibilita que se destaque o indivíduo ou o grupo, conectando-se as identidades individuais ou coletivas. Além disso, destaca que a subjetividade não é dada, mas produzida, ou seja, uma representação.

Escosteguy afirma que, originalmente, os estudos culturais foram uma invenção britânica e se transformaram em um fenômeno internacional. Foi a partir da criação do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), que as pesquisas sobre as relações entre a cultura e a sociedade e as mudanças sociais encontraram espaço (ESCOSTEGUY, 2001). A autora destaca que os estudos culturais ampliaram a concepção de cultura, entendida como um campo de produção de significado, deslocado para as práticas cotidianas. A pesquisadora ressalta, ainda, que os Estudos Culturais vão além do estudo da cultura, mas também dizem respeito à relação da análise da cultura com o estudo das “realidades sociais concretas dentro das quais existem e a partir das quais se manifestam” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 158). Vale lembrar que a etnografia, a antropologia e o interacionismo simbólico estão nas origens dos Estudos Culturais.

Hall afirma que o paradigma dominante dos Estudos Culturais é conceituar a cultura como

algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e essas práticas, por sua vez, como uma forma comum da atividade humana. [...] cultura ao mesmo tempo como os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições e práticas vividas através das quais esses “entendimentos” são expressos e nos quais estão incorporados (HALL, 2009, p. 133).

Dessa forma, entende-se que esses estudos inspiraram a corrente latino-americana e, além disso, trouxeram importantes contribuições metodológicas a partir da aproximação com outras áreas do conhecimento, como a antropologia e a sociologia, privilegiando o trabalho qualitativo. A utilização dos Estudos Culturais como referencial teórico norteador encaminhou a busca por outros aportes necessários para a pesquisa como a corrente latino-americana dos Estudos Culturais. Acredita-se que, ao utilizar os Estudos Culturais como referencial teórico, pensa-se a comunicação e a sociedade em suas relações com a cultura. A partir disso, é possível compreender e analisar as práticas culturais e sociais presentes no cotidiano dos receptores dos meios de comunicação que, nesse estudo, são jovens e os usos da Internet. Tendo os Estudos Culturais como ponto de partida, percebe-se a recepção não apenas como um momento ou uma parte, mas como um processo que é singular para o receptor, sujeito à sua vivência pessoal, social e mediada. E esse deslocamento, considerando a relação

do cultural com o político, com o econômico, com as questões ideológicas, relacionando práticas culturais e outras práticas é uma das importantes contribuições dos Estudos Culturais, conforme Escosteguy (1998, p. 90). No entanto, na prática, o foco predominante das pesquisas tem sido a recepção dos produtos, por exemplo.

Para Cogo (2009), embora não se possa dizer que todos os estudos de recepção sejam feitos no âmbito dos Estudos Culturais, as pesquisas desenvolvidas por essa corrente de estudos inspiraram dois posicionamentos para o desenvolvimento das pesquisas de recepção na América Latina: “(1) as pesquisas que buscam estudar a recepção a partir de processos socioculturais e comunicacionais em que não estão necessariamente implicados os meios de comunicação e (2) as pesquisas que se voltam à análise da recepção dos meios de comunicação ou às práticas de recepção midiática” (COGO, 2009, s/p). O presente estudo busca inserir-se dentro da primeira perspectiva apontada pela autora.

Entende-se que o processo comunicativo é “instituidor de sentidos e de relações; lugar não apenas onde os sujeitos dizem, mas também assumem papéis e se constroem socialmente; espaço de realização e renovação da cultura” (FRANÇA, 2001, s/p). Por isso, acredita-se que os processos comunicacionais precisam ser pensados em sua relação com os contextos sociais e culturais. Com isso, há o afastamento de um modelo “reducionista” e uma aproximação com o que Martín-Barbero (2009) afirma ser uma investigação a partir dos sujeitos, isto é, a partir da articulação entre práticas e movimentos sociais. Entende-se, assim, que os sujeitos não se limitam a decodificar as mensagens, mas que estão presentes nos processos comunicativos, a partir de seus interesses, conflitos e entendimentos.

Para Martín-Barbero (2009), o que necessitamos pensar, com relação à comunicação, é um processo no qual o que “está em jogo [...] é a fragmentação que desloca e descentra, o fluxo que globaliza e comprime, a conexão que desmaterializa e hibridiza – agenciam as mudanças do mercado da sociedade” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 13). Por outro lado, também é necessário pensar o lugar da cultura nesse processo. Martín-Barbero afirma que a idéia de cultura está associada historicamente a duas vertentes opostas: para os antropólogos, que tinham a seu encargo as culturas primitivas, cultura é tudo; para os sociólogos, que se responsabilizavam pelas culturas modernas, é apenas um tipo de atividade, de práticas ou de objetos consagrados (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 13). Para o autor, a superação dessa dicotomia vem a partir da experiência da tardomodernidade que, de um lado, passa a ter o cultural produzido como bem simbólico e, por outro, torna cultura toda a vida social.

Como se a máquina da racionalização modernizadora – que separa e especializa –, impossível de ser detida, estivesse girando, patinando em círculos, a cultura escapa a toda compartimentalização, irrigando a vida social por inteiro. Hoje são sujeito/objeto de cultura tanto a arte quanto a saúde, o trabalho ou a violência, e há também cultura política, do narcotráfico, cultura organizacional, urbana, juvenil, de gênero, cultura científica, audiovisual, tecnológica etc. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 14)

3.1.1 Usos sociais, mediações e tecnologia

Ao enxergar os sujeitos como interlocutores e participantes ativos do processo comunicativo, eles passam a ser vistos desempenhando papéis sociais e produzindo e interpretando sentidos. A idéia encontrada em Martín-Barbero de descentralização da observação dos meios, que enquanto aparatos técnicos podem desvendar as experiências da vida cotidiana que denotam as práticas sociais, também é importante. Por isso, o autor propõe o estudo do uso social dos meios, para entender a relação entre os receptores e os meios a partir das articulações entre as práticas de comunicação e o contexto social e cultural.

A palavra uso, em De Certeau, é entendida como “fazer com”,

embora a palavra designe geralmente procedimentos estereotipados recebidos e reproduzidos por um grupo, seus “usos e costumes”. O problema está na ambigüidade da palavra, pois, nesses “usos”, trata-se precisamente de reconhecer “ações” (no sentido militar da palavra) que são a sua formalidade e sua inventividade próprias e que organizam em surdina o trabalho de formigas do consumo (DE CERTEAU, 1994, p. 93).

Nesse sentido, o uso passa a ser visto no contexto, nas rupturas dos modos disciplinares e, a partir desse uso, encontra-se uma resignificação. “Os conhecimentos e as [práticas] simbólicas impostas são o objeto de manipulações pelos praticantes que não são seus fabricantes” (DE CERTEAU, 1994, p. 95). Essa apropriação permite analisar o uso por ele mesmo, uma vez que ele é movimento. O autor destaca que alguns elementos, como “realizar, apropriar-se, inserir-se numa rede relacional, situar-se no tempo [...] fazem do uso um nó de circunstâncias, uma nodosidade inseparável do “contexto”, do qual abstratamente se distingue” (DE CERTEAU, 1994, p. 96, grifo do autor).

De Certeau afirma que toda a atividade de recepção é uma atividade de produção de sentido. E esse sentido advém do uso de estratégias e táticas que, para o autor, demonstram as diferenças e resistências e deslocam fronteiras de dominação. Segundo ele, é necessário deslocar a atenção do consumo passivo dos produtos recebidos para a criação anônima, que nasce da prática e do desvio no uso desses produtos.

As estratégias apontam para algo próprio, um lugar do querer e do poder, onde há “um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio” (DE CERTEAU, 1994, p. 100). Ou seja, a estratégia é algo reconhecido como uma autoridade, que possui uma identidade e um modo de operar cristalizados (um escritório, as leis, a linguagem, os discursos, por exemplo). A estratégia não apresenta muita flexibilidade em função de estar atrelada ao seu próprio, conforme o autor. Com isso, ela se perpetua por meio de sua (re)produção, de sua conformidade com a ordem e o poder.

A tática, para De Certeau (1994), é determinada pela ausência de poder, pela ausência de um próprio, o que lhe permite mobilidade, movimento para captar as oportunidades oferecidas. Segundo De Certeau, a tática é a arte do fraco, é a astúcia. Nesse sentido, a tática é fundamental na pesquisa realizada, uma vez que é o que acontece no cotidiano, ou, como afirma De Certeau, “são as engenhosidades do fraco para tirar partido do forte” (DE CERTEAU, 1994, p. 45). Entende-se que as táticas são espaços, movimentos que, em um jogo, transformam-se em oportunidades. A tática, para De Certeau (1994) pode neutralizar a influência de uma estratégia e, mais do que isso, pode subverter a estratégia. A tática, portanto, implicaria em um movimento que foge às operações do poder, apesar de, em muitas situações, utilizar as referências desse lugar próprio (ou das estratégias):

[...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém está. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco (CERTEAU, 1994, p. 100 e 101).

Para Martín-Barbero (2009), os usos são inseparáveis da situação sociocultural dos receptores (como do contexto para De Certeau), e o local onde é possível captar a concretização das experiências culturais é a mediação. Cogo (2009) ressalta que, em Martín-Barbero, a lógica dos usos relaciona-se com as lógicas de produção e que a articulação da produção e recepção tem nas mediações o seu ponto de partida. As autoras Escosteguy e Jacks reforçam essa questão ao afirmar que “a proposta nasce da necessidade de entender a inserção das camadas populares latino-americanas no contexto do subdesenvolvimento e, ao mesmo tempo, de um processo acelerado de modernização, que implica no aparecimento de novas identidades e novos sujeitos sociais, forjados, em especial, pelas tecnologias da comunicação” (ESCOSTEGUY e JACKS, 2005, p. 65). Esse entendimento citado pelas autoras também é ressaltado por Martín-Barbero, que afirma ser imprescindível conhecer as demandas sociais e culturais de uma sociedade para que os estudos sobre os meios de comunicação sejam mais

profundos e consistentes, assim como para entender os efeitos, as influências e os usos sociais dos meios realizados pelos receptores (MARTÍN-BARBERO, 2009).

Barros afirma que Martín-Barbero opta pelo termo mediações não apenas em contraposição aos meios, mas como um deslocamento metodológico que se desdobra “em um movimento de ‘reaproximação histórica do tempo da modernidade latino-americana’, em uma leitura crítica da sociedade capitalista e dos fenômenos midiáticos” (BARROS, 2008, p.3). O autor, ao refletir sobre a obra de Martín-Barbero, ressalta que os meios não são substituídos pelas mediações, mas sim fazem parte destas, “que nos envolvem no tempo presente, na contemporaneidade. As mediações estão no tempo-espaço da contemporaneidade, estão na produção e re-conhecimento da atualidade” (BARROS, 2008, p. 6). Ou seja, a mediação é o espaço onde há a possibilidade de compreender, negociar, ressignificar e circular os conteúdos apropriados. Nesse lugar estão os costumes, as crenças, os desejos, as aspirações, as vivências, tudo o que configura a cultura da vida cotidiana. A circulação dessa cultura entre receptores e outros atores sociais criará um novo espaço, ou cenário, onde as apropriações adquirem sentido. Por isso, entende-se que os estudos de Martín-Barbero, ao centralizar o sujeito inserido em seu lugar social e cercado por suas vivências e mediações, são essenciais para a proposta do presente estudo.

As três mediações propostas pelo autor também apresentam relevância para a análise que será realizada posteriormente: a cotidianidade familiar que para Martín-Barbero é um “lugar social de interpelação [...] âmbito de conflitos e fortes tensões” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 295) e, no caso estudado, vivenciada em um abrigo, que, assim como em uma tensa relação das meninas jovens com o contexto familiar, constitui um “lar comunitário”; a temporalidade social, que relativiza o tempo produtivo e o tempo cotidiano e a competência cultural, que busca dar conta das diferenças sociais.

Nesse sentido, observa as pluralidades de matrizes culturais dos processos e as temporalidades existentes. Martín-Barbero afirma que a competência cultural é determinante nos usos, uma vez que “*atravessa* as classes [sociais] [...]. Competência que vive da *memória* [...] e também dos *imaginários* atuais que alimentam o sujeito social feminino e juvenil” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 303, grifos do autor). Isso pode ser observado na cultura da própria instituição, nas preferências musicais demonstradas pelas jovens, no gosto por programas de TV para jovens, na forma como se relacionam entre si, nas questões juvenis e femininas (falar sobre meninos, sobre sexo e festas, por exemplo) e nas falas do cotidiano; marcações que se refletem nos usos que fazem da Internet quando buscam assuntos

relacionados com essas questões ou quando demonstram querer, apenas, ser como a maioria dos outros jovens e acessar o Orkut³⁹, publicar fotos, etc.

Ao traçar um mapa das mediações, Martín-Barbero apresenta um esquema que se move por dois eixos

o diacrônico, ou histórico de longa duração – entre Matrizes Culturais (MC) e Formatos Industriais (FI) – e o sincrônico – entre Lógicas de Produção (LP) e Competências de Recepção ou Consumo (CR). Por sua vez, as relações entre MC e LP encontram-se mediadas por diferentes regimes de institucionalidade, enquanto as relações entre MC e CR são mediadas por diversas formas de socialidade. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 16).

Conforme o autor, a sociabilidade e as mudanças na institucionalidade fazem a mediação da dupla relação das Matrizes Culturais (MC) com as Competências de Recepção (CR) e as Lógicas de Produção (LP). “A *socialidade*, gerada na trama das relações cotidianas que tecem os homens ao juntarem-se, é por sua vez lugar de ancoragem da *práxis comunicativa* e resulta dos modos e usos coletivos de comunicação [...]. Vista a partir da *socialidade*, a comunicação se revela uma questão de *fins* – da constituição do sentido e da construção e desconstrução da sociedade” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 17 e 18, grifos do autor)

O entendimento de socialidade é buscado em Orozco Gomez, que afirma que “[p]or socialidade deve-se entender o conjunto de negociações que os atores sociais realizam entre os referentes e os outros atores no processo comunicativo e de gestação de significados” (OROZCO GOMEZ, 2006, p. 87). Assim, a socialidade é composta por diversos fatores, como atitudes de confrontação ou de resistência, de aceitação, pelo desenvolvimento de habilidades comunicativas em contextos favoráveis ou desfavoráveis, e que podem ser afetadas pelas mudanças tecnológicas.

Essas mesmas mudanças tecnológicas também constituem um campo para as mediações, pois além de trazer mudanças instrumentais na comunicação, carregam transformações substanciais nas práticas sociais que geram. Para Orozco Gomes (2006) as mediações incidem nos processos de comunicação e formam interações comunicativas a partir de diversas fontes. Nesse sentido, inclui-se aqui uma nova categoria de mediação, a tecnológica que, no caso estudado, refere-se especialmente à Internet.

Uma das idéias centrais da pesquisa aqui desenvolvida encontra-se em Brignol:

³⁹ O Orkut (www.orkut.com) é um *site* de rede social que funciona basicamente através de perfis e comunidades. Os perfis são criados pelas pessoas ao se cadastrar, que indicam também quem são seus amigos (onde aparece a rede social conectada ao ator). As comunidades são criadas pelos indivíduos e podem agregar grupos, funcionando como fóruns, com tópicos e mensagens. Ver: RECUERO (2009) p. 166, 167 e 168.

ancorados em um referencial teórico que privilegia o conceito de mediação, entendemos que os usos sociais da Internet são definidos por um conjunto de entornos que interage na construção dos significados atribuídos aos meios de comunicação e no modo como sujeito e tecnologia se relacionam. A diversidade de modos de usar a Internet, mesmo que limitada por imposições de ordem tecnológica e pelas questões de desigualdade econômica e social, é marcada também pela capacidade de produção de sentido de cada indivíduo, garantida através de suas identificações, competências e também de sua relação com as identidades, história, valores, hábitos e tradições (BRIGNOL, 2010, p. 54).

Entende-se que a Internet produz profundas mudanças nas formas de manutenção das relações sociais, no acesso e no consumo da informação na sociedade atual. Para Castells, a Internet permite “interconectar e canalizar a informação sobre o que acontece, onde acontece, o que podemos ver, o que não podemos ver e torna-se o sistema conector interativo do conjunto do sistema multimídia” (CASTELLS, 2004, p. 285). O desenvolvimento da Internet trouxe inúmeras possibilidades: o intercâmbio de informações, a vivência do global e do local, a rapidez na disseminação de informações, a ampliação de relacionamentos e as novas sociabilidades são algumas delas. No entanto, a discussão no âmbito do acesso ainda é necessária, uma vez que as jovens do Abrigo, por exemplo, não dispõem de um uso com todas essas possibilidades.

Essa questão encontra eco em Lacerda (2004), que afirma que há uma “divisão social” a partir desse contexto e que o acesso à informação e ao direito de produzir a informação reflete o desequilíbrio social que está ligado ao contexto familiar, cultural e social dos indivíduos. Por isso, para o autor, apesar de importante, o papel das tecnologias de comunicação e o poder que seus dispositivos têm de interferir nos processos socioculturais existe, mas é preciso “tentar demonstrar que são as práticas sócio-culturais que estão na raiz dos processos tecnológicos, e estes, por sua vez, possibilitam, direcionam, interferem no cotidiano social” (LACERDA, s/d, p. 6). A partir disso, é importante ressaltar que a pesquisa desenvolvida afasta-se do determinismo tecnológico⁴⁰, ao apostar que não são as tecnologias as principais causas de mudanças na sociedade, mas sim os processos, práticas e manifestações culturais vivenciados pelos sujeitos com essas tecnologias.

Essa idéia é partilhada por Castells, para quem “a Internet [...] interage com o conjunto da sociedade” (CASTELLS, 2004, p. 255). O autor acredita que as tecnologias de comunicação, em especial a Internet, criam novas possibilidades para a organização e a

⁴⁰ Segundo Lima (2001), “Determinismo Tecnológico é atualmente a teoria mais popular sobre a relação entre tecnologia e sociedade. Ela tenta explicar fenômenos sociais e históricos de acordo com um fator principal, que no caso é a tecnologia. O conceito foi criado pelo sociólogo americano Thorstein Veblen (1857-1929) e cultivado e aperfeiçoado por Robert Ezra Park, da Universidade de Chicago. Em 1940, Park declarou que os dispositivos tecnológicos estavam modificando a estrutura e as funções da sociedade, noção que serviu de ponto de partida para uma corrente teórica em todos os aspectos inovadora”. Ver: LIMA (2011).

mobilização da sociedade, relativizando as barreiras impostas pelo mercado para uma livre e democrática prática comunicacional. Mas deixa claro que isso não depende apenas da tecnologia e afirma que a Internet é uma condição necessária, mas não suficiente (CASTELLS, 2009). Além disso, o autor destaca que a rede mundial de computadores, como meio de comunicação, possibilita uma comunicação horizontal e possui uma capacidade de comunicação maciça não mediados pelos meios de comunicação de massa (CASTELLS, 2004, p. 285 e 286). No entanto, isso não significa que não haja transversalidade entre os meios de comunicação de massa e a Internet, ou seja, eles sofrem um processo de atravessamento constante.

As alterações sociais ocorridas a partir do surgimento da rede são destacadas por Filho e Castro:

Foi a partir da www que uma nova sociabilidade passou a existir, abrindo caminhos para outros tipos de relacionamentos [...], em que pessoas de diferentes idades, níveis socioeconômicos, cultural ou religioso passaram a expressar-se (com e-mails, páginas web ou blogs); em que governos desbravaram novos espaços de relacionamento com cidadãos [...]; em que os movimentos sociais desenvolveram um outro espaço de comunicação e atuação política. [...]. Enfim, a noção de tempo e espaço modificou-se [...] (FILHO; CASTRO, 2005, p. 277 e 278).

Para os autores, o que marca a sociedade em rede é o fato de a comunicação das pessoas e das organizações passar a ser feita em tempo real, além da possibilidade de estar em outros lugares sem sair de casa. Sob este prisma, pode-se afirmar que a Internet é um espaço democrático e livre. Vizer, ao escrever sobre a multiplicação das tecnologias dos meios de comunicação, afirma que “realmente devemos admitir que esses meios formam a base de uma infra-estrutura informacional que permite, pela primeira vez, pensar na possibilidade de seu uso democrático e alternativo aos meios dominantes” (VIZER, 2007, p. 39).

Sobre a Internet, Vizer (2007, p. 40) destaca alguns pontos que merecem atenção. Um deles é que a velocidade da circulação da informação condiciona os processos de produção. O outro é que o acesso aos processos, aos dispositivos e às estruturas sobre as quais se produz essa circulação passou a ser um recurso estratégico. Por outro lado, conforme o autor, nunca na história existiu tantas possibilidades e recursos de informação (que geram poder), da mesma forma que o valor dessa informação jamais foi tão fortemente determinado pelo tempo. Entende-se que todas essas mudanças, frutos da evolução tecnológica, são determinantes na forma de interação entre os indivíduos e com a sociedade na atualidade.

A configuração que a Internet assume nos dias atuais pode ser conferida no panorama da Internet na América Latina. Segundo Frago e Maldonado, “apesar das

barreiras ao pleno usufruto da conectibilidade internacional, a Internet tem tido um impacto significativo e bastante positivo sobre a vida na América Latina” (FRAGOSO e MALDONADO, 2009, p. 30). Esse impacto, segundo os autores, pode ser percebido em pontos como: o fortalecimento do trabalho científico pela viabilização da exposição de resultados e do fomento à cultura de pesquisa; a visibilização de práticas políticas; as iniciativas de inclusão digital; como alternativa de comunicação e envio de dinheiro por parte de migrantes.

Alguns dados sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil encontrados na pesquisa Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) 2009, produzida pelo Comitê Gestor da Internet (CGI) no Brasil⁴¹. Segundo a pesquisa, em 2009, 36% de domicílios urbanos contavam com computador, enquanto em 2008, apenas 28% dos lares brasileiros tinham o equipamento. O acesso à Internet também aumentou significativamente, cerca de 35% entre 2008 e 2009. Em 2008, constatou-se que 20% dos domicílios acessavam a rede mundial de computadores. Já em 2009, 27% dos locais domiciliares declararam possuir acesso à Internet.

Com relação aos usuários de Internet, ou seja, aqueles que utilizaram a rede pelo menos uma vez nos três meses que antecederam a pesquisa, [...] o crescimento foi de cinco pontos percentuais: na área urbana, a proporção chega a 43%; no total do país, a 39%. Com isso, a projeção é de quase 70 milhões de brasileiros que usaram o computador nos últimos três meses, e de 63 milhões de pessoas que acessaram a Internet no mesmo período (TIC 2009, p. 130).

Outro dado apontado pela pesquisa é que a posse e o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil está concentrada em áreas urbanas e nas camadas sociais de maior poder aquisitivo, ou seja, “o perfil do uso do computador e da Internet no país é muito semelhante com relação às variáveis sociodemográficas. Na medida em que a renda familiar, a classe social e o grau de escolaridade aumentam, maior é a proporção de usuários das tecnologias” (TIC 2009, p. 131).

No país, as regiões Norte e Nordeste têm as proporções mais baixas de domicílios com acesso à Internet, ambas com 13%. A região Sudeste apresenta 35% de lares com acesso; a Sul, 32%; e na Centro-Oeste, 28% dos domicílios estão ligados à rede. Essas três últimas regiões possuem a proporção de acesso à Internet em casa acima da média nacional de 27%. Com relação ao nível de escolaridade, a proporção de usuários de Internet chega a 87% no nível superior, e a 9% entre os analfabetos e pessoas que têm somente ensino fundamental. Já

⁴¹ A pesquisa está disponível para download em <<http://www.cetic.br/tic/2009/index.htm>>. Acesso em: 2 mai. 2011.

com relação à renda, o percentual de usuários de Internet é de 16% entre os que recebem até um salário mínimo, contra 79% de usuários de Internet na faixa de cinco ou mais salários.

Em análise da faixa etária dos usuários, a pesquisa demonstrou que os mais jovens são os que utilizam a rede com frequência. Os usuários entre 16 e 24 anos possuem a maior penetração de Internet, com 68%. Na faixa de 10 a 15 anos, a proporção de usuários é de 63%. Já na faixa de 45 até 59 anos, somente 16% dos participantes da pesquisa utilizaram a Internet nos três meses anteriores à pesquisa e na faixa de 60 anos ou mais, o número de usuários foi de 5%.

Os dados indicam como está o quadro geral do uso da Internet no Brasil. O crescimento apontado pelas pesquisas demonstra a importância da rede mundial de computadores e aponta a Internet como parte integrante da estrutura da sociedade. No entanto, ainda é necessário fomentar uma cultura de universalização do acesso e de uso, conforme Lacerda (2004). Para o autor, o maior crescimento em números de internautas contrapõe o modelo existente em nossa sociedade, que privilegia o acesso individual, em função de grandes corporações que se beneficiam com este processo. Ou seja, para Lacerda, o modelo de acesso à Internet no Brasil “só privilegia uma mínima parte privilegiada da população brasileira que tem computador e linha telefônica em sua residência” (LACERDA, 2004, p.9). Ainda assim, as possibilidades desencadeadas por esses novos processos informacionais e pelo uso da Internet afetam diretamente a vida dos sujeitos e modificam os modos de interação e de relacionamento, contribuindo para transformações identitárias.

3.1.2 As questões de identidade e sociabilidade

Entende-se que o contexto tecnológico também transforma as identidades e as experiências de sociabilidade, a partir da mediação tecnológica. As relações sociais encontram, na Internet, um espaço de apropriação da técnica e de sentido ao seu uso. “Embora guardem remanescentes próprios de outras etapas e modelos identitários, os gostos e as sensações que a [tecnalidade] proporciona, as gratificações midiáticas e tecnológicas obtidas pelos atores vão enquadrando e prefigurando suas identidades emergentes (OROZCO GOMES, 2006, p. 93). Esse cenário aponta a possibilidade de ser reconhecido por meio de uma ou várias identidades e permite que se adquira uma significação social, uma representação de si em um espaço em que as organizações estão desestruturadas e as

instituições estão deslegitimadas e se percebe o enfraquecimento de uma série de questões relacionadas ao Estado, às lutas sociais e políticas e ao exercício da cidadania.

Essas alterações atingem profundamente o indivíduo no final do século XX. Hall (2006) denomina esse contexto como uma “crise de identidade”, que contempla uma ampla gama de mudanças e deslocamentos estruturais, bem como alterações nos processos centrais das sociedades modernas. Isso ocorre porque todo esse cenário converge para o abalo dos quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. O autor destaca a historicidade do conceito de identidade e afirma que existem três concepções principais. A primeira delas é a concepção de identidade do sujeito do Iluminismo, que era centrado, individualista e consistia em um núcleo interior, que era a identidade de uma pessoa. A segunda concepção é a do sujeito sociológico, formado nas relações, na interação entre o eu e a sociedade. Essa concepção

refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. [...] A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 2006, p. 12, grifos do autor).

A partir do contexto da pós-modernidade, o autor destaca a terceira concepção de identidade, a do sujeito pós-moderno, em um mundo fragmentado e em constante alteração. Para ele, o sujeito passa a ter processos de identificação mais provisórios e variáveis, fazendo com que a projeção das identidades não seja mais fixa. Com isso, o sujeito pós-moderno passa a ser formado por várias identidades, definidas historicamente, e não biologicamente. Essas identidades são múltiplas e, por vezes, podem ser contraditórias, pois são fragmentadas e temporárias (HALL, 2006).

O caráter das identidades atuais é conferido, conforme Hall, pelo fato de as sociedades de modernidade tardia (como o autor refere as sociedades pós-modernas), estarem caracterizadas pela diferença; “elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos” (HALL, 2006, p. 17).

Outro ponto importante na abordagem de Hall (2006) é o esboço do autor sobre os cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas que ocorreram no período da modernidade tardia ou que tiveram grande impacto sobre este período. Para o autor, o maior efeito foi o descentramento final do sujeito cartesiano. A primeira descentração refere-se à

revolução teórica anti-humanista proposta no trabalho de Althusser. A segunda, ao trabalho de Freud e a descoberta do inconsciente, que mostra que a identidade faz parte de processos inconscientes e é formada ao longo do tempo, por meio de identificações. O terceiro descentramento associa-se ao trabalho de Saussure e da produção de significados por meio da língua. Já o quarto descentramento ocorre a partir dos estudos de Foucault sobre poder e sujeito, uma vez que mostram que a aplicação do poder individualiza cada vez mais o sujeito.

Por último e relacionado mais diretamente com a pesquisa sobre jovens e Internet aqui proposta, a abordagem do feminismo é o quinto ponto de descentramento do sujeito cartesiano abordado na obra de Hall (2006). Conforme o autor, o movimento feminista

politicizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas). [...] Aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero. O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a “Humanidade”, substituindo-a pela questão da diferença sexual (HALL, 2006, p. 46, grifos do autor)

A questão da identidade também é trabalhada por outros autores. Cuche (1999) destaca que a identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação. Além disso, o autor destaca que a identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente, sendo ao mesmo tempo inclusão e exclusão: identifica o grupo e distingue dos outros. Por isso, o fenômeno da identidade deve ser entendido por meio das relações entre os grupos sociais, pois é no interior dos contextos que ela é construída. Além disso, são os contextos que orientam as escolhas.

Lopes destaca que identidade é um conceito que se afasta das idéias de homogeneidade, perenidade ou estabilidade permanente e que compreende muito mais do que papéis sociais: “enquanto estes organizam funções, identidade é organização de significado” (LOPES, 2007, p. 138). Entende-se, assim, que a identidade não está ligada a ser, mas a estar, a representar. Sendo a identidade uma construção social, e não um dado herdado biologicamente, ela se dá no âmbito da representação: a identidade representa a forma como os indivíduos se enxergam e enxergam uns aos outros no mundo, ou seja, é o caráter relacional das identidades. Como interpretação, a representação social da identidade não pode ser tomada como algo definido. Portanto, não é possível falar em um modo de ser, senão em modos de ser.

Ao afirmar o caráter dinâmico da identidade, uma vez que esta se constrói na dinâmica de identificação e diferenciação, Cuche (1999) afirma sua preferência pelo conceito

de identificação ao invés do conceito de identidade. Entende-se, então, que identidade é sempre resultante de um processo de identificação. Também é relativa, porque pode mudar. Hall (2006) alinha-se com essa idéia e afirma que a identidade é algo formado ao longo do tempo e está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. Assim, em lugar de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação e vê-la como um processo em andamento.

Por outro lado, essas identificações são realizadas a partir de critérios de escolha consoantes com as preferências e gostos dos sujeitos, o que marca a sociabilidade contemporânea, uma forma de interação social. Segundo Martín-Barbero (2008), a sociabilidade é uma trama de relações que os sujeitos tecem ao relacionarem-se e por meio da qual organizam seus processos de constituição como sujeitos e também a constituição de suas identidades. Para Souza e Santos (2009), a sociabilidade não se reduz ao processo de interação e deve ser observada a partir do compartilhamento de ações pelos indivíduos em suas experiências sociais.

Vale ressaltar que o conceito de sociabilidade foi desenvolvido por Simmel (2006), ao afirmar que a sociedade é a interação com outro em uma diversidade de processos. A partir do momento em que o indivíduo está inserido na sociedade, ele desenvolve conteúdos, laços e interesses, em um processo que o autor denomina de *sociação*. E as formas que resultam destes processos ganham vida própria, constituindo a sociabilidade. Para o autor, a sociabilidade é o espaço onde a interação sai das regras formais e entra no âmbito do jogo, da brincadeira, da conversa, da troca e do envolvimento.

[...] “sociedade” propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberados de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmo e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade (SIMMEL, 1986, p. 168, grifo do autor)

Sendo assim, a sociabilidade é o estabelecimento de vínculos, de laços, por meio da interação e do estabelecimento de redes. Esses vínculos se relacionam com a questão da identidade, uma vez que refletem práticas, hábitos e constituem elementos de pertencimento e de compartilhamento de uma cultura. A sociabilidade pode ser vista como uma troca, baseada na comunicação.

Nesse contexto, estão inseridas as jovens meninas do Abrigo, que possuem uma identidade compartilhada (jovens e mulheres de determinada classe social) e que sincronizam focos de atenção no uso da Internet, buscando elaborar suas identificações. Da mesma forma,

considera-se os usos sociais da Internet, juntamente com outros elementos da vida social, como constituidores dos processos comunicativos e de sociabilidade das jovens do CECRIFE/Querubim.

4. PERSPECTIVAS DE CIDADANIA E A SOCIEDADE EM REDE

As mudanças trazidas pelas tecnologias da comunicação e pela sociedade em rede como um todo redimensionam a proposta de pensar os usos da Internet. E inclui-se, aí, o uso cidadão dessa ferramenta. Por isso, esse ponto aborda as questões da sociedade em rede e as perspectivas de cidadania que podem surgir a partir desse novo contexto. Entende-se necessária uma breve abordagem conceitual de cidadania como aportes para os pensamentos sobre as múltiplas possibilidades existentes na configuração dessa sociedade em rede.

4.1 PENSANDO O CONCEITO DE CIDADANIA

As jovens participantes da pesquisa, como sujeitos sociais, estão inseridas em uma sociedade desenhada por alterações econômicas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas. Diversos fatores como a mobilidade e os fluxos migratórios, a heterogeneidade cultural, o recuo na função intervencionista do Estado e um aumento na sua função reguladora, a transnacionalização das economias e o desenvolvimento tecnológico programam e geram novas formas de organização e dinâmicas diferenciadas na sociedade.

Garretón (2006) destaca que, nessa configuração de sociedade há muitas formas de ser sujeito, uma vez que há muitas esferas de ação e uma restrição política crescente. Ou seja, estamos na presença de uma redefinição da cidadania, uma vez que há múltiplos campos para o seu exercício. Ao mesmo tempo, essa definição de cidadania como um sujeito de direitos suscita no autor o questionamento sobre esse sujeito: que sujeito é esse? É o indivíduo que pertence ao Estado? É o sujeito coletivo, parte do corpo de cidadãos? Conforme o autor, a idéia de cidadania era outrora entendida como a reivindicação e o reconhecimento de um sujeito de direitos frente a um determinado poder. Sobre isso, Dagnino (2006), afirma que a visão de cidadania do Estado era incorporar, de maneira gradual e limitada, os setores excluídos, concedendo-lhes direitos. A mesma autora cita Santos ao falar sobre a existência da cidadania regulada, que seria um primeiro reconhecimento de direitos sociais no Brasil. Já Sales denomina “cidadania concedida” os direitos não reconhecidos enquanto tais e concebidos como favores por parte de quem tem o poder de outorgá-los (ou seja, uma ausência de cidadania).

O conceito de cidadania concedida tem aqui o propósito de realçar características importantes da nossa cidadania pretérita e atual, e que são, ao mesmo tempo, parte constitutiva da construção de nossa cidadania. Pois aqui, como alhures, a cidadania não é alguma coisa que nasce acabada, mas é construída pela adição progressiva de novos direitos àqueles já existentes (Marshall, 1967). A cidadania concedida está na gênese da construção de nossa cidadania. Isso significa que os primeiros direitos civis necessários à liberdade individual - de ir e vir, de justiça, direito à propriedade, direito ao trabalho - foram outorgados ao homem livre, durante e depois da ordem escravocrata, mediante a concessão dos senhores de terras. Essa dependência da população livre do Brasil escravocrata para com os senhores de terras é que dava aos observadores argutos aquela impressão de que o Brasil não tinha povo (SALES, 1993, p. 23).

É possível perceber que o conceito de cidadania encontra-se diante do desafio de abarcar essa multiplicidade de identidades, atores, situações e ações. Verifica-se, então, uma cidadania que passa a ser concebida não apenas como busca de direitos jurídicos, mas como exigência de sujeitos sociais ativos, capazes de se converterem em agentes políticos, que definem seus próprios direitos e lutam por seu reconhecimento (ênfase cultural, subjetividade, identidade e direito à diferença), conforme Dagnino (2006).

Por outro lado, essa idéia de sujeitos sociais ativos detentores de um conjunto de direitos individuais sofreu um impacto nas últimas décadas. A razão disso são as transformações econômicas vivenciadas no contexto neoliberal, que trouxeram ao conceito de cidadania a marca de um individualismo radical ligado, sobretudo, ao consumo e ao mercado, conforme Garretón (2006). Isso debilitou a dimensão da cidadania como um sujeito coletivo. Essa visão é partilhada por Dagnino:

Con el avance del proyecto neoliberal y la reducción del papel del Estado, dichas políticas sociales son, cada vez con mayor frecuencia, formuladas como esfuerzos estrictamente de emergencia dirigidos a ciertos sectores específicos de la sociedad cuya supervivencia se encuentra en grave riesgo. El blanco de estas políticas no son ciudadanos con derecho a tener derechos, sino seres humanos "necesitados" que han de ser asistidos por la caridad, pública o privada. De lo dicho pueden derivarse una serie de consecuencias. Todas ellas tienen un gran impacto en la disputa entre las diferentes concepciones de ciudadanía (DAGNINO, 2006, p. 404).⁴²

Para a autora citada, ao modificar a forma de tratar as pessoas, passando de cidadãos com direito a ter direitos para seres humanos "carentes", substitui-se a idéia de solidariedade coletiva por uma interpretação de solidariedade como responsabilidade moral estritamente privada. No entanto, ainda segundo Dagnino, há uma nova noção de cidadania, ligada à

⁴² Com o avanço do projeto neoliberal e a redução do papel do Estado, essas políticas sociais são cada vez mais frequentemente formuladas como esforços estritamente de emergência, destinadas a sectores específicos da sociedade, cuja sobrevivência se encontra em grave risco. O alvo destas políticas não são cidadãos com direito a ter direitos, mas os seres humanos "necessitados" que têm que ser assistidos pela caridade, pública ou privada. Disto podem derivar-se uma série de consequências. Todas elas têm um grande impacto na disputa entre as diferentes concepções de cidadania. Tradução nossa.

experiência concreta dos movimentos sociais. Essa concepção de cidadania organiza uma estratégia de construção democrática e de transformação social, não estando assim, vinculada à estratégia de integração social por parte do Estado e das classes dominantes: “ela é uma estratégia para os “não-cidadãos” (DAGNINO, 1994, p. 107). Essa mesma idéia pode ser vinculada a processos desenvolvidos por organizações da sociedade civil em relação aos seus públicos, como pessoas atendidas por ONGs, participantes de projetos sociais etc.

Pode-se afirmar, assim, que a cidadania tem uma multiplicidade de dimensões, ou, como diz Garretón (2006), tem-se uma pluricidadania. Acredita-se que o exercício dessa pluricidadania pressupõe ação. Nesse sentido, Vermeren (2001) aborda a cidadania como uma ação política, que não pode ser pensada fora dos contextos nos quais se configuram os processos. Entende-se, assim, que a cidadania encontra-se em um plano de transformação, como um ato e não como algo dado. Porém, o Código Civil alterou essa idéia e o cidadão deixou de ser abstrato e passou a ser submetido a obrigações de uma natureza desigual nas suas relações, segundo o autor citado. Então, há uma passagem do contrato social ao direito civil. A partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é que a cidadania passa a ser fundada sobre a idéia de humanidade.

Dagnino (2006) traz a discussão para o contexto brasileiro e procura fazer um resgate da concepção de cidadania no Brasil a partir dos projetos políticos. Segundo a autora, a noção de cidadania na América Latina passa a ser recorrente nos anos 70 e 80, vinculada à experiência dos movimentos sociais daquele momento. No Brasil, foi adotada com mais força no fim dos anos 80 e na década de 90 por movimentos populares, setores excluídos, sindicatos e partidos políticos de esquerda. As lutas contemporâneas pela cidadania também são destacadas pela autora, que afirma

La preocupación de los movimientos sociales brasileños por la necesidad de reafirmar el derecho a tener derechos está claramente relacionada con los niveles extremos de pobreza y exclusión, aunque también con el omnipresente autoritarismo social que domina la organización desigual y jerárquica de las relaciones sociales en su conjunto (DAGNINO, 2006, p. 393).⁴³

No Brasil, muito mais do que ser incluído como membro pleno de uma sociedade, o que está em jogo nas lutas pela cidadania é “o direito a participar da definição dessa sociedade e do sistema político, é definir aquilo de que se quer ser membro” (DAGNINO, 2006, p. 400, tradução nossa). Para Garretón (2006), essas lutas contemporâneas relacionadas à cidadania

⁴³ A preocupação dos movimentos sociais brasileiros pela necessidade de reafirmar o direito a ter direitos está claramente relacionada com os níveis extremos de pobreza e exclusão, mas também com o onipresente autoritarismo social que domina a organização desigual e hierárquica das relações sociais em seu conjunto. Tradução nossa.

são uma busca de reconhecimento não só com relação ao Estado, mas com toda a sociedade, como o combate à discriminação e os preconceitos incorporados às relações sociais, por exemplo. Acredita-se que essas lutas representam uma evolução no entendimento da cidadania e que façam parte do espaço da consciência do indivíduo.

Kymlicka e Norman ressaltam que, na democracia moderna, o exercício da cidadania passa a ser um fator fundamental para o desenvolvimento das sociedades. Para eles, questões como a responsabilidade civil, capacidade de trabalhar em conjunto, participação em processos políticos e sentimento de pertencimento são qualidades necessárias para sociedades democráticas. Nesse sentido, os autores citam que não é surpreendente que a questão identitária seja vinculada a cidadania: “La ciudadanía [...] es también una identidad, la expresión de la pertenencia a una comunidad política”⁴⁴ (KYMLICKA e NORMAN, 1997, p. 17-18). Percebe-se que, com as múltiplas possibilidades de identificação, que os grupos como minorias étnicas, homossexuais, população em situação de vulnerabilidade social, sentem-se excluídos desse processo de cidadania ou se vêem perante a exigência de mobilização por direitos cidadãos por sua identidade sociocultural diferenciada, assim como por sua condição socioeconômica, afirmam os autores.

Outro ponto importante é ressaltado por Hopenhayn, que relaciona o exercício da cidadania com a sociedade da informação. Para ele, a cidadania, nesse contexto, não se restringe a um conjunto de direitos e deveres consagrados, mas

se expande para práticas cotidianas que podemos considerar meio políticas e meio culturais, relacionadas com: o diálogo à distância, o uso da informação para atingir realizações pessoais ou de grupo, a redefinição do consumidor e seus direitos e o uso do espaço midiático, tornando-se ator especialmente frente a outros atores (HOPENHAYN, 2005, p. 70).

O autor cita que todas essas questões são acompanhadas de conflitos e coexistem com a tendência à exclusão, a perda de coesão, a um aumento da visibilidade política e a conseqüente dificuldade de materializar o exercício da cidadania.

4.2 A SOCIEDADE EM REDE E AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES

Profundas mudanças nas formas de manutenção das relações sociais, no acesso e no consumo da informação marcam a sociedade atual. Os avanços tecnológicos, a informatização

⁴⁴ A cidadania [...] é também uma identidade, a expressão de pertencimento a uma comunidade política. Tradução nossa.

e a criação de redes são alguns pontos estudados por diversos autores e originaram expressões como ‘aldeia global’, ‘sociedade global da informação’, ‘era da informação’ e ‘sociedade em rede’, sobre as quais não há um consenso de denominação e nem uma unicidade. Nesse estudo, opta-se por utilizar o termo sociedade em rede, por acreditar que essa denominação abraça uma série de elementos que se relacionam com a pesquisa proposta.

Para Castells (2005), nosso mundo está em processo de transformação há muito tempo. Esse processo está intimamente ligado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação. ”Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia” (CASTELLS, 2005, P. 17). No entanto, para o autor, apesar de a tecnologia ser uma condição necessária, a emergência de uma nova forma de organização social resulta da interação entre essa nova tecnologia e a organização social em um plano geral. Segundo Castells (2005), o diferencial está na possibilidade de as redes tecnológicas fornecerem novas capacidades a uma velha forma de organização social, que são as redes, caracterizando assim o que ele denomina de sociedade em rede.

As redes ao longo da história têm constituído uma grande vantagem e um grande problema por oposição a outras formas de organização social. Por um lado, são as formas de organização mais flexíveis e adaptáveis, seguindo de um modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos. Por outro lado, muitas vezes não conseguiram maximizar e coordenar os recursos necessários para um trabalho ou projecto que fosse para além de um determinado tamanho e complexidade de organização necessária para a concretização de uma tarefa. Assim, em termos históricos, as redes eram algo do domínio da vida privada, enquanto o mundo da produção, do poder e da guerra estava ocupado por organizações grandes e verticais, como os estados, as igrejas, os exércitos e as empresas que conseguiam dominar vastos pólos de recursos com um objectivo definido por um autoridade central. As redes de tecnologias digitais permitem a existência de redes que ultrapassem os seus limites históricos (CASTELLS, 2005, p. 17 e 18).

A sociedade em rede, segundo Castells (2005) é uma “estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes” (CASTELLS, 2005, p. 19). Ou seja, a rede é um sistema de nós interligados em uma estrutura aberta, que se modifica pela inclusão ou exclusão de nós. Sendo assim, as redes podem ser entendidas como conexão, como formação de laços e como participação. Nesse sentido, Cogo e Brignol afirmam que as redes são “estratégias de interações sociais, espaços de intercâmbios flexíveis, dinâmicos e em

constante movimento, que não deixam de comportar relações de poder expressa nas disputas, hierarquias e assimetrias que constituem a esfera da comunicação e da cultura” (COGO e BRIGNOL, 2011, p. 82).

Esse processo reflete o que Mattelart (2002) afirma sobre essa sociedade quando diz que é resultado de uma relação de forças, com uma promessa de reorganização do mundo, “é produto de evoluções estruturais e de processos que estão em curso há muito tempo”, afirma o autor (MATTELART, 2002, p 174). Sobre isso, Castells afirma que a questão não é como chegar à sociedade em rede, mas sim reconhecer o mundo em que vivemos.

Só então será possível identificar os meios através dos quais, sociedades específicas em contextos específicos, podem atingir os seus objetivos e realizar os seus valores, fazendo uso das novas oportunidades geradas pela mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade, que é capaz de transformar as nossas capacidades de comunicação, que permite a alteração dos nossos códigos de vida, que nos fornece as ferramentas para realmente controlarmos as nossas próprias condições, com todo o seu potencial destrutivo e todas as implicações da sua capacidade criativa. É por isso que difundir a Internet ou colocar mais computadores nas escolas, por si só, não constituem necessariamente grandes mudanças sociais. Isso depende de onde, por quem e para quem são usadas as tecnologias de comunicação e informação (CASTELLS, 2005, p. 18).

Isso significa que a Internet permite uma flexibilidade e a temporalidade de mobilização, mas é preciso saber o que fazer com a capacidade de canalizar a informação sobre o que acontece, onde acontece, o que podemos ver, o que não podemos ver e interagir com todo o conjunto da sociedade. Eis um grande desafio da sociedade em rede, uma vez que, diante da realidade social encontrada, além de ainda ser necessária a discussão sobre as possibilidades de acesso, também é preciso discutir o acesso “qualificado”.

O autor destaca, ainda, que a sociedade em rede também se manifesta na transformação das sociabilidades. As novas formas de comunicação que a sociedade em rede apresenta transformam o modo de interação dos usuários e a produção de sentido a partir do uso das tecnologias. Castells cita que “da mesma maneira, [...] fazem aumentar substancialmente a sociabilidade, particularmente nos grupos mais jovens da população. A sociedade em rede é uma sociedade hipersocial, não uma sociedade de isolamento” (CASTELLS, 2005, p. 22).

Vale lembrar que Scherrer-Warren (1993) apontou a idéia de rede como algo que potencialmente permite pensar na integração da diversidade, ou seja, é distinta da idéia de unicidade ou centralização. Por outro lado, Castells (2005) destaca outra mudança na sociabilidade da sociedade em rede, que de certa forma entra em choque com a idéia de rede apontada pela autora. Para o autor, essa sociedade contribui para a emergência do individualismo em rede “e as novas tecnologias de comunicação adaptam-se perfeitamente na

forma de construir sociabilidades em redes de comunicação auto-selectivas, ligadas ou desligadas dependendo das necessidades ou disposições de cada indivíduo (CASTELLS, 2005, p. 22)”. Pode-se dizer, então, que a sociedade em rede é uma sociedade de indivíduos em rede. Mas é importante ressaltar que o espírito mobilizador e as manifestações narcísicas que os autores apontam não são idéias excludentes e dicotômicas. Elas são coexistentes.

Entende-se que, nessa sociedade, as tecnologias de rede podem ser utilizadas como uma ferramenta para a criação de espaços de desenvolvimento das práticas culturais de comunicação. E, nesse sentido, segundo Sorj (2003), a Internet possui um papel de convergência “de duas atividades centrais da vida social: a manipulação do conhecimento e a informação” (SORJ, 2003, p. 36). Segundo o autor, a Internet, por permitir que qualquer informação, em qualquer parte do planeta, esteja quase instantaneamente disponível em qualquer outro lugar, altera a noção de tempo e espaço da informação e da comunicação e possibilita o contato simultâneo de inúmeras pessoas entre si e com a memória do conjunto dos computadores participantes da rede (idem). No entanto, Sorj chama a atenção para o fato de que a existência dessa possibilidade criada pela Internet não significa efetivamente participação. Para ele,

A ilusão de um mundo de redes participativas globais, constituídas na base de uma sociedade global, à margem das estruturas de poder dos Estados e das grandes empresas, não só não dá conta da realidade social atual, como pode induzir ao desconhecimento dos novos problemas e ao abandono de diálogo com as organizações que continuam sendo decisivas na condução da sociedade contemporânea: o Estado e as grandes empresas. O grande desafio intelectual e prático deste começo do século XXI é inventar novas articulações entre redes, de forma a potencializar as dimensões democráticas das [...] tecnologias (SORJ, 2003, p. 56).

O uso efetivo das tecnologias relaciona-se diretamente com a questão do poder na sociedade em rede. Como afirma Castells, o poder é um processo fundamental da sociedade, que é definida por valores e instituições e o que se valoriza ou institucionaliza está definido pelas relações de poder (CASTELLS, 2009, p. 33), ou seja, o poder é uma capacidade relacional. O marco social, cultural e político no qual todos vivem é marcado pela construção do poder que, segundo o autor, se dá principalmente no espaço da comunicação. Isso acontece porque o sistema de comunicação passou por transformações que são cruciais para a mudança social e transformaram o poder na sociedade em rede em algo multidimensional.

Las redes (y el conjunto de intereses y valores que representan) compiten o cooperan entre sí. La cooperación se basa en su capacidad para comunicarse. [...] Es decir, las redes son complejas estructuras de comunicación establecidas en torno a un conjunto de objetivos que garantizan, al mismo tiempo, unidad de propósitos y flexibilidad en su ejecución [...]. Las redes están programadas y al mismo tiempo son autoconfigurables. (CASTELLS, 2009, p. 46).⁴⁵

É importante destacar que os objetivos e procedimentos operacionais das redes são definidos pelos atores sociais. Ou seja, as redes são fundamentais e estruturantes na vida social e perpassadas por relações de poder que, em última instância, são dinamizadas e existem em função da vida e da estrutura da sociedade. De alguma forma, isso pode ser observado no caso do CECRIFE/Querubim, uma vez que, apesar das condições de acesso, as redes estruturam a vida social das meninas, seja pela tentativa ou pelo desejo de acesso, seja pela vontade de pertencimento a determinada rede.

Para Fuser (2011), muitas das características da sociedade em rede se dão mais no campo das possibilidades do que da efetividade. Para o autor, a Internet possibilitaria uma participação efetiva se houvesse não apenas debate, mas um entendimento partilhado sobre o que é discutido. O autor ressalta, ainda, que há uma capacidade desigual de apropriação das tecnologias digitais, fato esse, verificado na presente pesquisa. Nesse sentido, Fuser (2011) destaca que, além do acesso à informação, é preciso discutir como transformá-la em conhecimento para o que se quer fazer. E questiona a existência de políticas de inclusão digital que possam ir além da oferta de equipamentos de informática e de conexão com a Internet. Por outro lado, afirma Nunes (2011),

O aparato formado pelas tecnologias de comunicação e informação, entendido como conjunto de tecnologias já existentes e em processo de aperfeiçoamento e evolução permanentes que permitem a transmissão e o acesso ao saber e aos conhecimentos adquiridos pela humanidade ao longo de sua história, além da comunicação instantânea em tempo real, são responsáveis pelo desencadeamento de uma revolução cultural, cuja amplitude e implicações ainda estão em processamento e em permanente delineamento (NUNES, 2011, p. 155).

Para a autora, a sociedade em rede, por meios das tecnologias de comunicação e informação, reforça o isolamento entre os homens, facilitando os processos de controle e dominação. “A lógica necessita ser invertida por uma intervenção social que restabeleça o papel do aparato tecnológico comunicacional e informacional a serviço do progresso e da melhoria da qualidade de vida da maioria da humanidade [...]” (NUNES, 2011, p. 160).

⁴⁵ As redes (e o conjunto de interesses e valores que elas representam) competem ou cooperam entre si. A cooperação é baseada em sua capacidade para se comunicar. [...] A saber, as redes são complexas estruturas de comunicação estabelecidas em torno de um conjunto de objetivos que asseguram, ao mesmo tempo, unidade de propósitos e flexibilidade na sua implementação [...]. As redes estão programadas e, ao mesmo tempo, são auto-configuráveis. Tradução nossa.

Nesse sentido, a idéia de convergência midiática trabalhada por Jenkins (2008) também pode ser discutida. Para o autor, o que está acontecendo é uma reconfiguração da relação das pessoas com a cultura popular e o entretenimento. Essa cultura de convergência possibilitaria a aquisição de habilidades que serão importantes para a forma de aprendizado, de trabalho, de participação política, entre outras. E essas habilidades é que seriam úteis na solução de questões com mais amplitude social, política e mercadológica. “Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre os múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam” (JENKINS, 2008, p. 27). No entanto, a perspectiva trazida pelo autor reflete uma lógica de mercado e implica no risco de desconsiderar as desigualdades, principalmente com relação ao acesso, pois apóia sua definição de convergência no componente tecnológico. Mesmo que a tecnologia apresente-se como fundamental para a definição da convergência midiática, o conceito abarca, ainda, as questões sociais, culturais e técnicas e não pode ser reduzido ao o caráter tecnicista trazido por Jenkins.

Nesse sentido, Cogo e Brignol (2011) contribuem de maneira efetiva para pensar a convergência em estudos de recepção, como o presente trabalho. Segundo as autoras

[...] é importante considerar que a convergência pode ser pensada tanto como modo de apropriação do conteúdo, através do uso padronizado de diferentes mídias, como padronização do formato de armazenamento e distribuição e, como referência de uma mídia em outras, através da aproximação de linguagens e lógicas. Ela pode ser entendida, ainda, como reconfiguração do sistema econômico e organizacional das mídias administrado por grandes grupos que, na maioria das vezes, unificaram o processo produtivo para diferentes mídias, gerando, frequentemente, uma hibridação de conteúdo (COGO e BRIGNOL, 2011, p. 84).

Essa perspectiva, trazida pelas autoras, de que convergência é interação, que pode assumir várias dimensões, contribui para as reflexões a partir dos dados empíricos da pesquisa, que serão analisados a seguir.

5. O PERCURSO METODOLÓGICO

Esse estudo parte da vontade de realizar uma abordagem metodológica de cunho qualitativo em uma pesquisa de comunicação relacionada com cidadania, Internet e questões sociais. Para chegar a um contexto possível de observação⁴⁶ foram realizadas pesquisas exploratórias, que tiveram um papel fundamental para a construção da pesquisa sobre os usos da Internet em uma organização de acolhimento (neste caso, um abrigo). Esse movimento exploratório realizado para chegar a um objeto trouxe a certeza de que a pesquisa deveria tentar compreender mais profundamente a realidade estudada, buscando suas singularidades e especificidades, como aponta uma pesquisa qualitativa. A definição de um contexto para a realização do estudo caminhou, assim, junto com a pesquisa exploratória e foi seguida de uma pesquisa documental e bibliográfica, atividades que possibilitaram delinear o caminho a seguir.

Para compor o estudo, a pesquisa parte de uma perspectiva etnográfica que, segundo Winkin “é muito pertinente e particularmente adequada à investigação científica da comunicação” (WINKIN, 1998, p. 129). O autor afirma que a comunicação é fundamentalmente um ponto de vista teórico sobre o social e um quadro analítico organizador dos dados recolhidos pela via empírica.

O trabalho empírico, dentro da perspectiva socioantropológica que tem uma pesquisa de cunho etnográfico, é destacado por Guber, que afirma que “[I]a vida social se expresa en nociones, actividades, representaciones, prácticas y contextos. Pero la enunciación de sus conexiones significativas, de los atributos que integran una descripción, su interpretación o su simple registro, responden en buena medida a la organización cognitiva del investigador”⁴⁷ (GUBER, 2004, p. 44).

Para Soriano

⁴⁶ O percurso para a escolha foi detalhado nas Considerações Iniciais do presente trabalho.

⁴⁷ A vida social se expressa em noções, atividades, representações, práticas e contextos. Mas a enunciação de suas conexões significativas, dos atributos que integram uma descrição, sua interpretação ou seu simples registro, respondem em boa parte à organização cognitiva do investigador. Tradução nossa.

los etnógrafos de la comunicación se ocupan de los patrones de la interacción social entre los miembros de un mismo grupo cultural o de diversos. Están interesados en entender cómo los microprocesos de la interacción social se relacionan con los aspectos macrosociales como la cultura o la organización social. La cultura es un aspecto central de la etnografía de la comunicación porque se convierte en un elemento configurador de las interacciones sociales (SORIANO, 2007, s/p).⁴⁸

Nesse viés, Cogo destaca que a etnografia é adotada como método que possibilita captar, no espaço e tempo cotidianos dos sujeitos receptores, as suas interações com os meios de comunicação da mesma forma que elaborar uma descrição densa de caráter interpretativo e reflexivo (COGO, 2009, p. 6). Isso ocorre porque há o que a autora define como uma imersão sistemática, uma convivência prolongada e a observação detalhada no campo da pesquisa. Esses fatores foram seguidos durante a realização da pesquisa. A imersão no campo foi realizada em um período que compreendeu cerca de seis meses a partir da primeira visita à instituição (abril, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2011) para a coleta de dados⁴⁹. A periodicidade da ida ao campo foi, durante quatro meses, semanal, sempre respeitando as demais atividades e a rotina do Abrigo. Nos primeiros dois meses, as visitas foram realizadas sempre nas sextas-feiras, em função do calendário de atividades das meninas. Após a qualificação, seguindo a sugestão dada pela Banca Avaliadora, as visitas passaram a ser realizadas também em outros dias da semana, alternadamente.

Da mesma forma, houve uma observação detalhada no campo em todas as oportunidades e uma convivência prolongada que permitiu, em alguns momentos, uma observação mais ativa. Durante as observações, houve a participação em algumas atividades como auxiliar na organização das caixas com lãs e linhas⁵⁰, assistir a um filme com as meninas na sala, acompanhar as adolescentes na sala de informática e propor que navegassem na Internet durante o período livre⁵¹, conversar com as meninas sentadas nas escadas da entrada da casa, participar do lanche, acompanhar a execução de tarefas escolares ou de atividades extraclasse e até mesmo das atividades de limpeza e organização do espaço do Abrigo (quartos das meninas, limpeza das roupas e do pátio, por exemplo). No entanto, essas atividades não foram sistemáticas e não houve uma inserção da pesquisadora na rotina do

⁴⁸ Os etnógrafos da comunicação se ocupam dos padrões de interação social entre os membros de um mesmo grupo cultural ou de diversos. Estão interessados em compreender como os micro processos de interação social estão relacionados com os aspectos macro sociais, como a cultura ou a organização social. A cultura é um aspecto central da etnografia da comunicação, porque se torna um elemento configurador das interações sociais. Tradução nossa.

⁴⁹ Durante a exploratória, o Abrigo já havia sido visitado para verificar a viabilidade da realização da pesquisa naquele espaço.

⁵⁰ As adolescentes utilizam lãs e linhas para a confecção de mantas e outras peças de vestuário e também decorativas, como guardanapos de crochê. O material é recebido como doação.

⁵¹ Atividade realizada com a presença e sob a responsabilidade da pesquisadora.

Abrigo e nem das abrigadas. Ou seja, apesar de haver dias específicos e horários pré determinados para as visitas, esses eram alterados dependendo das atividades das meninas. Não houve a participação nas tarefas executadas pelas abrigadas, apenas um acompanhamento esporádico quando as atividades coincidiam com os dias e horários das visitas. A pesquisadora não participou e nem auxiliou na resolução de atividades escolares, tarefas de limpeza ou organização, assim como não permaneceu no Abrigo durante mais do que quatro horas em um mesmo dia.

Foi por meio da pesquisa exploratória e da observação inicial no Abrigo que alguns caminhos a seguir foram apontados e isso demonstrou a necessidade da utilização de variadas técnicas para dar conta da complexidade do contexto onde a pesquisa e o grupo pesquisado está inserido. Para Guber:

Encontradas en el trabajo de campo, las técnicas son las herramientas del investigador para acceder a los sujetos de estudio y su mundo social; dentro de una reflexividad en sentido específico, las técnicas son una serie de procedimientos, con grado variable de formalización -y ritualización-, que permiten obtener información en una situación de encuentro, en el marco de una relación social (GUBER, 2004, p. 56).⁵²

Nesse sentido, Cogo destaca que a pesquisa exploratória, a aproximação com o campo, os registros no diário e outras etapas iniciais da pesquisa contribuem para “afinar a construção do problema e o desenho do objeto de investigação, ou definir e aportar referências concretas para a composição do universo de sujeitos ou para a escolha e modos de aplicação dos métodos e técnicas de pesquisa” (COGO, 2009, p. 6), conforme observado no percurso do desenvolvimento da pesquisa.

É importante ressaltar que a idéia inicial para o projeto de Mestrado era estudar comunicação comunitária como fator de mobilização social em comunidades ribeirinhas do Amazonas e do Pará, por meio de um projeto chamado Rede Mocaronga de Comunicação. Uma série de fatores, já descritos anteriormente, levaram a buscar um novo caminho para o trabalho. Assim, se chegou ao projeto de comunicação comunitária desenvolvido por adolescentes em Novo Hamburgo, chamado “Juventude comunicando a comunidade” e realizado pelo Centro de Vivência Redentora (CVR), criado e mantido pela Fundação Semear. A partir das atividades realizadas no projeto, a idéia era estudar os usos da Internet dentro do contexto da comunicação comunitária. Ao realizar uma primeira pesquisa exploratória, ainda

⁵² Encontradas no trabalho de campo, as técnicas são as ferramentas do pesquisador para aceder aos sujeitos do estudo e seu mundo social, dentro de uma reflexividade em sentido específico, as técnicas são uma série de procedimentos, com diferentes graus de formalização e ritualização, que permitem obter informações em uma situação de encontro, no âmbito de uma relação social. Tradução nossa.

no primeiro semestre de 2010, foi constatado que, por falta de recursos financeiros e humanos, o projeto havia sido temporariamente cancelado e seria retomado apenas no segundo semestre de 2010, caso houvesse mudanças no cenário. Durante esse tempo, ocorreram algumas idas ao CVR e também conversas e entrevistas com a assistente social responsável pelo local e com os adolescentes que freqüentam a instituição e que participariam do projeto.

No entanto, na metade do segundo semestre de 2010, as possibilidades de reinício do projeto “Juventude comunicando a comunidade” foram diminuindo e a necessidade de definir outro contexto para a pesquisa foi aumentando. Apesar de ter alguns dados sobre os adolescentes do CVR que possibilitariam um estudo, acreditou-se que seria mais produtivo buscar alternativa e, assim, iniciou-se nova pesquisa sobre instituições e atendimentos relacionados a jovens. A idéia de pesquisar as dinâmicas dos usos sociais da Internet por jovens persistia, mas faltava uma perspectiva que apontasse caminhos interessantes. No decorrer de alguns meses, várias possibilidades se apresentaram, mas foi somente nos dois meses finais de 2010 que a idéia de trabalhar com um grupo de adolescentes abrigadas em uma organização de atendimento socioeducativo ganhou força.

Dessa forma, após buscar informações, pesquisar e visitar alguns lugares, foi possível chegar ao CECRIFE/Querubim, instituição conhecida pela pesquisadora, em função da experiência profissional em organizações do Terceiro Setor. Por isso, já era de conhecimento muitas informações sobre o atendimento e o perfil da instituição.

A escolha por esse grupo se deu pelas particularidades apresentadas a partir do que Winkin (1998) referiu como controle do olhar. Esse controle permitiu que fosse possível enxergar os contornos e verificar as dimensões possíveis para o estudo: a instituição tinha interesse na realização da pesquisa, as adolescentes pareciam dispostas a participar e, o mais importante, a utilização da Internet na instituição é monitorada e controlada, fazendo com que os usos sociais tenham, assim, uma dimensão de desafio por esse público e também uma interessante perspectiva de análise por parte da pesquisa.

A busca por esse outro olhar também é instigada por Foucault que, ao ter presente a crítica à ciência, ensina a procurar a ruptura com os totalitarismos e com os discursos, além de estimular a reflexão e a crítica. Segundo o autor,

o trabalho de um intelectual [...] é, através das análises que faz nos campos que são os seus, o de interrogar novamente as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições e, a partir dessa nova problematização (na qual ele desempenha seu trabalho específico de intelectual), participar da formação de uma vontade política (na qual ele tem seu papel de cidadão a desempenhar) (FOCAULT, 2006, p. 249).

A pesquisa exploratória no CECRIFE/Querubim foi iniciada no segundo semestre de 2010. Uma visita foi realizada ainda em 2010 e mais duas visitas foram realizadas no início de 2011 apenas para observação do andamento da casa, como questões de normas e procedimentos e atividades realizadas com as adolescentes. Também nessas oportunidades houve a possibilidade de observar as meninas em diversos momentos de interação com e de uso das mídias. Nessas visitas de observação, foi possível acompanhar atividades de rotina das adolescentes, como fazer os trabalhos escolares, limpar determinada parte da casa, assistir televisão, comer o lanche, assim como verificar a postura e a forma de trabalho dos educadores e profissionais que trabalham no CECRIFE/Querubim: a preparação da merenda, o cuidado na prevenção de piolhos, a opinião na roupa utilizada pelas meninas, a companhia para assistir ao filme etc.

Antes de iniciar qualquer tipo de aproximação e interação com as adolescentes, foi solicitada a autorização da diretoria da Associação Evangélica de Ação Social (AEVAS), mantenedora do CECRIFE/Querubim, para a realização da pesquisa. No total, foram quatro visitas de observação antes de ser realizada uma interação mais direta com as jovens. Nessas primeiras quatro visitas, ocorreu apenas observação e algumas trocas cordiais, e somente após o quarto encontro houve a identificação da pesquisadora, a apresentação da pesquisa e foram iniciadas as conversas e trocas mais intensas com as adolescentes. Nesse encontro, as jovens foram convidadas a participar da pesquisa e desde o início, acolheram a idéia, demonstraram interesse e foram simpáticas, apesar de algumas demonstrarem timidez.

As visitas possibilitam uma boa interação. A intenção foi, como cita Winkin (1998), “viver no ritmo” do lugar. Com isso, foi possível acompanhar o horário do lanche, a realização das tarefas escolares, o horário livre para assistir TV ou ouvir música, o tempo ocioso utilizado para dormir ou conversar, o contragosto ao ter que utilizar solução contra piolhos na cabeça, entre outras coisas. O autor salienta que “não é porque você está fazendo um estudo sobre a vida social de um bar que você tem que ser garçom de bar. É preciso simplesmente estar ali, viver no ritmo do bar” (WINKIN, 1998, p 140).

Além disso, como destacado anteriormente, a realização de visitas sistemáticas permitiu o estabelecimento de uma relação mais próximas com as abrigadas, bem como uma

relação de confiança com a instituição. Dentro disso, estabeleceram-se alguns critérios importantes para a realização da pesquisa. Em função da situação das adolescentes e da necessária preservação de sua condição (por serem menores de idade e pela situação de acolhimento), a pesquisadora acordou utilizar apenas as duas letras iniciais do nome de cada adolescente para denominá-las. Da mesma forma, a utilização de fotografias foi negociada com a instituição, com a prerrogativa de que não apareçam os rostos e que não seja possível identificar as meninas nas fotos. Essa é uma norma da instituição, uma vez que a legislação prevê que as meninas tenham as identidades protegidas. Apesar disso, as adolescentes demonstram vontade de aparecer nas fotografias. Isso pode ser observado no fundo de tela de alguns computadores na sala de informática, onde são utilizadas fotografias das jovens, por exemplo. E também nas oportunidades nas quais a pesquisadora emprestou a câmera fotográfica para as jovens e estas, como qualquer adolescente, produziram muitas fotos onde aparecem se abraçando, fazendo poses como modelos fotográficos, enviando beijos etc.

A coordenação da instituição sempre foi consultada sobre as visitas e os melhores horários para as atividades de interação e pesquisa, e também informada com antecedência o que seria realizado. Ao iniciar a interação com as meninas, foi informada a elas que a participação seria voluntária e que elas participariam das atividades quando e se quisessem (como das entrevistas e atividades na sala de informática, por exemplo). Segundo Winkin (1998), é importante não enganar os membros do lugar e negociar os estatutos.

A partir de pistas e observações, as opções de estratégias metodológicas para o trabalho foram sendo pensadas, tendo em mente o desafio de pesquisar com jovens em um ambiente de atendimento socioeducativo. Como afirma Winkin, a utilização de lugares simples, comuns, irão revelar-se incrivelmente complexos na análise (WINKIN, 1998, p. 133).

Foi a pesquisa exploratória que possibilitou a definição do objeto de pesquisa, parte fundamental do estudo, assim como as opções metodológicas a serem seguidas. Durante o percurso metodológico, buscou-se realizar constantemente um exercício de ida e volta proposto por Winkin (1998), ou seja, a concatenação da prática vivenciada com a teoria estudada. Algumas questões foram surgindo: como são as táticas de acesso à Internet que as adolescentes realizam? Quais são os principais usos realizados por elas? Como esses usos contribuem ou estão presentes na configuração das identidades das jovens? Como é o consumo de Internet em um ambiente monitorado? Como utilizar a Internet a partir de uma perspectiva cidadã tendo um acesso restrito?

Concomitante, e desde o primeiro momento da exploratória, houve a busca da realização das três competências da disciplina científica que é a etnografia para Winkin: saber ver, saber estar com e saber escrever. E é esse exercício que permeou o trajeto metodológico nesse estudo.

As observações e experiências vivenciadas em campo foram registradas em um diário de campo, ou seja, um arquivo onde estão os relatos do decorrer da pesquisa. Para Winkin (1998), o diário é o local de encontro do pesquisador consigo mesmo, além de ter uma função empírica e também reflexiva e analítica.

Nele vocês anotarão tudo que chamar a sua atenção durante as sessões de observação. [...] Num primeiro momento vocês anotarão muito, de maneira descabelada – e isso é muito bom. Mas num segundo momento [...] vão recorrer a um procedimento mais analítico, que exige menos esforços, e finalmente mais eficaz em suas colheitas de dados pertinentes. [...] Vocês vão reler-se regularmente e fazer anotações. [...]. Aos poucos, verão surgirem [...] configurações. São recorrências comportamentais que nos levam a falar em termos de regras, quando não em termos de códigos (WINKIN, 1998, p. 139, grifo do autor).

Após cada visita, observação ou atividade no Abrigo, eram realizadas anotações no diário de campo, que permitiam uma reflexão sobre cada ocorrência. Além disso, essa prática auxiliou ao apontar caminhos, uma vez que permite uma análise a partir de um afastamento temporal.

Ferin destaca que, metodologicamente, os relatos dos diários de campo

situam-se numa perspectiva compreensiva ou indutiva, fundamentada em princípios advindos da grounded theory, da etnometodologia e do interacionismo simbólico, teorias que procuram explicar quer fatos que se observam em trabalho de campo, quer sentidos que as pessoas dão às suas ações do cotidiano (FERIN, 2009, p. 4).

Acredita-se que o diário facilita o trabalho final de escrita juntamente com outros instrumentos como o gravador e a câmera fotográfica. Winkin (1998) alerta para que os pesquisadores tenham como companheiros os diários, possibilitando o registro das experiências singulares e intransferíveis das idas ao campo. Para ele, esse importante instrumento serve para administrar simultaneamente observações, leituras, reflexões e frustrações.

Apesar de saber o que se busca, as competências necessárias para o exercício da pesquisa são desenvolvidas na prática. Por isso, ao trilhar o caminho da pesquisa, percebeu-se a importância da entrevista como uma das técnicas a ser utilizada na construção do trabalho. Para Guber (2004), a entrevista é uma das técnicas mais apropriadas para acessar o universo de significações dos atores e existem muitas modalidades desta técnica. Segundo a autora, “en

el trabajo de campo antropológico la entrevista se desarrolla como parte indisociable del conjunto de actividades que tienen lugar en la observación participante” (GUBER, 2004, p. 220).

As entrevistas realizadas primaram pelo cunho qualitativo e tiveram um roteiro semi-aberto⁵³, conforme Duarte. “O roteiro exige poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade [...] é conduzida pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, mas ajustadas ao roteiro do pesquisador” (DUARTE, 2009, p. 66). No entanto, no decorrer da pesquisa, a experiência comprovou que a observação, as rodas de conversa triviais ou o tempo na sala de informática foram mais produtivos para a coleta de dados.

Foram realizadas entrevistas com quatro adolescentes no Abrigo. Dentre quatro entrevistadas, uma das meninas nunca havia utilizado o computador e não conhecia a Internet, mostrando interesse em saber o que é, mas ao mesmo tempo sem qualquer idéia do que fazer com a possibilidade de acesso. As entrevistas foram desafiadoras em função do público (adolescente), que respondeu a maioria das perguntas objetivamente e com poucas palavras, mesmo quando havia a tentativa de “espichar” a conversa ou de inserção de outros assuntos e elementos em um esforço de “qualificar” a entrevista. Porém, a análise feita é que a formalidade de uma entrevista, com gravador, torna mais difícil a troca de idéias, enquanto a conversa informal no pátio ou na sala de informática flui naturalmente e facilita a coleta de diversos dados interessantes. Essa dificuldade é sentida por pesquisadores em muitos estudos com jovens e adolescentes. No caso pesquisado, as jovens demonstraram certo receio e foram extremamente reservadas com relação a vida fora do Abrigo. Nesse sentido, durante as entrevistas, e até mesmo durante as conversas informais, evitavam contar fatos mais detalhados sobre a família e nunca mencionavam o motivo do abrigamento.

Uma das primeiras entrevistas realizadas no CECRIFE/Querubim foi para um “reconhecimento” da instituição, da forma de funcionamento da casa e do trabalho desenvolvido e, por isso, foram questionários abertos, não dirigidos. As entrevistadas foram Débora Rosinel Moraes Machado e Simone Aparecida de Oliveira Scherer, respectivamente a assistente social e coordenadora da instituição e a assistente administrativa do CECRIFE/Querubim. Na oportunidade, alguns pontos relativos ao uso das mídias no Abrigo foram apontados pelas colaboradoras. Após várias visitas e depois do estabelecimento de um

⁵³ Os roteiros das entrevistas estão nos Anexos do trabalho.

laço com as meninas, é que foram realizadas as entrevistas com as adolescentes sobre o uso da Internet.

Nesse ponto, é importante destacar uma característica da instituição e que está diretamente relacionada com o todo grupo pesquisado. O grupo de meninas que está no Abrigo nem sempre é o mesmo, por vários fatores como, por exemplo, o fato de que algumas adolescentes estudam pela manhã e outras estudam no período da tarde. A pesquisa foi realizada em momentos alternados. Outro ponto é que, em alguns dias, as meninas têm atividades na escola ou vão visitar a família (especialmente na sexta quando as abrigadas que podem ficar com a família no fim de semana vão para a casa). Da mesma forma, como a participação na pesquisa foi voluntária e as atividades da pesquisa só foram realizadas em períodos que as adolescentes não têm atividades fixas (como arte terapia, dança ou prática de esportes), em muitas oportunidades elas estavam dormindo e não participaram das atividades.

Além desses fatores, existe a questão judiciária e legal do abrigo. As meninas são encaminhadas judicialmente ao Abrigo e, da mesma forma, o juiz determina o desabrigo. Sendo assim, é possível que uma adolescente que estava no Abrigo em um determinado dia e participou de uma atividade, não esteja no Abrigo em outra oportunidade. E também, de igual forma, algumas adolescentes que não estavam presentes quando a pesquisa foi apresentada, acabam participando das atividades, pois chegaram ao Abrigo há poucos dias. Um exemplo disso é que, em março de 2011, o Abrigo não tinha nenhuma adolescente grávida abrigada. No mês de maio, eram quatro meninas grávidas e, em setembro, dessas quatro, duas haviam saído do Abrigo e encaminhado seus filhos para adoção; uma delas estava com o bebê no Abrigo, uma grávida permanecia na instituição e mais duas outras adolescentes grávidas estavam na casa.

O desenvolvimento das entrevistas buscou considerar que o universo das pesquisadas é diferente do universo da pesquisadora. Vale salientar que o contexto onde estão inseridas é um contexto que deve ser de assistência social para as adolescentes em um momento difícil e crítico de suas vidas. A partir disso, as questões foram pensadas de forma a não haver condicionamentos, pré-concepções ou induções para respostas. Também é importante ressaltar que, em função da história de vida de cada uma das meninas, elas possuem um senso de “auto preservação” bastante apurado, o que torna o estreitamento de laços bem difícil. Mesmo assim, elas demonstraram gostar muito da pesquisadora, das interações realizadas e da possibilidade de usar a Internet. Porém, não gostavam de falar da vida pessoal e nem davam muitos detalhes sobre a vida no Abrigo ou fora dele, como mencionado anteriormente.

Para poder analisar realmente o uso da Internet por parte das abrigadas, foi solicitado para a coordenação do Abrigo a autorização para passar um tempo com as meninas na sala de informática e, assim, poder acompanhar o acesso. Em função de a instituição não contar com um professor ou educadores específicos para a oficina de informática, as jovens só podem utilizar os computadores quando uma das educadoras permite o acesso e as acompanha na sala ou quando alguém se responsabiliza por acompanhá-las ao espaço.

A instituição permitiu e foi possível acompanhar a solicitação das meninas para “descer” para a sala de informática⁵⁴ e, de uma forma geral, foi possível observar que nenhuma educadora pareceu disposta a realizar atividades com as adolescentes nesse espaço. A proposta feita para o CECRIFE/Querubim foi permanecer com as adolescentes por um período de uma hora à uma hora e meia na sala de informática, deixando-as livres para acessar o que gostariam, respeitando as regras impostas pela instituição. O número de computadores na sala de informática é limitado e nem sempre todos estão funcionando. Por isso, a observação em alguns momentos foi um pouco dificultada, porque elas utilizaram os computadores em grupos e, assim, navegavam pelos *sites* e locais onde, normalmente, a jovem que tinha certa “liderança” sobre as demais tinha o poder de definição sobre o que fazer.

A permanência na sala de informática possibilitou uma observação muito interessante e, com o tempo, as jovens passaram a apresentar uma série de demandas para a pesquisadora, demonstrando interesse em ir além do que conseguem acessar e a vontade de realizar atividades que a instituição não apresenta condições como, por exemplo, escutar as músicas que baixam da Internet⁵⁵, gravar CDs e fazer blogs.

⁵⁴ A sala fica no andar de baixo da instituição. Por isso, ao se referirem à sala, as meninas dizem: “descer para a informática”.

⁵⁵ As jovens não dispunham de caixas de som para escutar as músicas. A pesquisadora, em contato com outra instituição de Novo Hamburgo, conseguiu a doação de caixinhas de som para dois computadores do Abrigo.

6. USOS SOCIAIS DA INTERNET PELAS JOVENS NO CONTEXTO DO ABRIGO

As diferentes dimensões trazidas pela sociedade em rede e, principalmente, pelo advento da Internet, configuram uma gama de possibilidades de participação distintas aos sujeitos que a utilizam. Acredita-se quem há uma possibilidade maior de atuação longe das lógicas da mídia, uma vez que a Internet democratiza acessos e opiniões e propõe multiplicidade. No entanto, na pesquisa com as jovens, verifica-se que o uso da Internet não apresenta essa dimensão tão fortemente. Um dos motivos pode ser o acesso restrito e monitorado, que faz com que a familiaridade com a ferramenta seja menor. Além disso, o tempo de uso é curto, o que faz com que as possibilidades de “experimentação” também sejam diminuídas. Há uma evidente possibilidade de participação, no momento em que as adolescentes fazem suas escolhas a partir da variedade de possibilidades que a Internet propõe. E, por isso, a perspectiva é pensar a Internet como um espaço de apropriação para além da situação de vulnerabilidade vivenciada pelas jovens.

Para Brignol

A multiplicação dos usos da Internet – com a possibilidade crescente dos sujeitos assumirem o protagonismo, tanto no caminho que constroem para se comunicar e informar, quanto na produção de novas formas de comunicação, alternativas e plurais [...] estão associados a uma redefinição do próprio conceito de cidadania (BRIGNOL, 2010, p.62).

É importante destacar que a Internet, nesse estudo, parte do entendimento trazido por Cogo e Brignol relacionado aos estudos de recepção, como “um ambiente comunicacional múltiplo e complexo no qual diferem características, como [...] a facilidade de acesso á esfera da produção, a convergência midiática, a interatividade e a hipertextualidade (p. 86)”, fatores esses que as autoras destacam coexistir com “a centralidade de acessos e usos unidirecionais ou pouco participativos (COGO e BRIGNOL, 2011, p. 86)”. É por isso que, segundo as autoras, é possível falar de várias *internets*, uma vez que há uma variedade de características, de apropriações possíveis, de aproximação com a mídia convencional, de possibilidades de interação e acesso que tornam impossível homogeneizar a Internet. “Precisamos entendê-la como um ambiente comunicacional que combina elementos, processos e lógicas diversos (COGO e BRIGNOL, 2011, p. 86).”

Nesse sentido, ressalta-se também a proposta de Fischer de caracterizar a Internet a partir de três componentes: a faceta Banco de Dados, “que nos possibilita enxergar a Internet como um banco de dados, ou conjunto de informações que podem ser arquivados, indexados e resgatados por determinados procedimentos técnicos (FISCHER, 2008, p. 34); a faceta mídia

que, além de articular “aspectos informáticos (a banco de dados que se interliga exponencialmente com o advento da Internet) e comunicacionais (manifestações hipertextuais) (idem, p. 38)”, encontra na própria evolução da web a constituição de seu caráter midiático, “que vai decorrer dessa capacidade de permitir que os dados armazenados na Internet) sejam enunciados em linguagens que nos remetem, de certa forma, àquelas presentes nos meios de comunicação tradicionais, como o jornal, o rádio e a TV, por exemplo (idem, p. 38); e a faceta ambiente de relacionamento, que diz respeito ao uso do computador (e da Internet) para interlocução, troca de mensagens, uso de redes de relacionamento e ambiente de interação com outro(s). Entende-se que essa caracterização pode ser percebida nos usos sociais que as jovens realizam da Internet: como banco de dados, como mídia ou como ambiente de relacionamento (apesar da restrição de uso nesse sentido).

Sendo assim, nesse ponto do trabalho, serão abordados os dados empíricos da pesquisa, buscando relatar os usos sociais da Internet realizados pelas adolescentes abrigadas no CECRIFE/Querubim, considerando os aportes teóricos já trabalhados no presente texto. Para isso, em um primeiro momento, será apresentado um breve mapeamento da presença e do consumo de mídia no Abrigo, seguido por um mapeamento dos usos da Internet. Também se entende importante relacionar nesse tópico a questão da vigilância e do acesso monitorado e quais são as táticas de uso utilizadas pelas adolescentes frente a esse contexto. Por último, uma reflexão sobre as experiências de sociabilidade das jovens abrigadas.

6.1 A PRESENÇA E O CONSUMO DAS MÍDIAS NO ABRIGO

A partir de informações coletadas junto à instituição, da realização de conversas informais com as abrigadas e com as educadoras, foi realizado um levantamento do consumo de mídia pelas abrigadas⁵⁶. Esse mapeamento foi importante para a verificação dos usos da Internet pelas adolescentes. Jacks e Escosteguy (2005) ressaltam que o consumo cultural é uma das vertentes dos estudos de recepção, assim como a dos usos sociais.

Para Garcia Canclini (1997), o consumo cultural é a interpretação e a descrição dos processos sociais de apropriação dos produtos. O autor, em outra obra (2008), reafirma que “o consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e o uso

⁵⁶ Das jovens que estiverem com mais frequência no Abrigo durante a realização do trabalho e que demonstrarem interesse em participar da atividade.

dos produtos” (GARCIA CANCLINI, 2008, p. 60). O autor diz que “consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo” (idem, p. 62) e que, segundo ele, contribui para o ordenamento político de cada sociedade, uma vez que os desejos se transformam em demandas e em atos regulados socialmente. Com isso, entende-se que, ao definir o que é consumido, também se define o que é considerado importante cultural e socialmente, da mesma forma que isso proporciona integração e ou diferenciação na sociedade. Como enfatiza Garcia Canclini, “consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo” (idem, p. 62) e é por meio do consumo que se constrói parte da racionalidade comunicativa de uma sociedade. Para o autor, os membros de uma sociedade devem compartilhar o sentido dos bens para que existam parâmetros de comparação.

Aqui também se recupera a idéia de Martín-Barbero (2009), já abordada anteriormente, de que o consumo cultural participa da organização da cotidianidade, ou seja, da organização do espaço e do tempo do cotidiano, onde o grau de autonomia dos sujeitos definirá suas ações e seu poder. Da mesma forma, o consumo cultural conforma a competência cultural, ou seja, as formas de agir, representar, pensar, que consideram a etnia, o gênero, as culturas e a classe, por exemplo.

A pesquisa empírica aponta para um consumo da cultura massiva o que, para Ronsini

[n]ão significa somente a subordinação à cultura da mídia que os leva a consumir produtos, programas e a reproduzir o repertório da música [...], mas pode indicar o anseio por novos padrões de vida, isto é, novas possibilidades materiais e simbólicas, diante da inconformidade dos jovens quanto às características de funcionamento das relações no entorno social (RONSINI, 2007, p. 57).

A partir do estudo realizado, percebe-se que o uso da Internet relaciona-se ao universo encontrado na mídia e reproduz elementos da indústria cultural de massa. Nesse sentido, Cogo e Brignol afirmam que é possível identificar nas lógicas presentes na Internet o modelo de comunicação massiva que, porém, “é impactado por um modelo de comunicação que se baseia, entre outros aspectos, na relação entre as mídias, em um espaço de participação maior do público na produção da informação e de autonomia no processo comunicativo” (COGO e BRIGNOL, 2011, p. 83).

No Abrigo, conforme descrito anteriormente, a Internet é utilizada somente com o acompanhamento de um educador ou responsável e em horários determinados pelos educadores ou pela instituição. Da mesma forma, o acesso a redes sociais não é permitido dentro do Abrigo e o uso da Internet é monitorado. Algumas educadoras levam as meninas para a sala de informática quando há um tempo dentro da rotina da casa e das atividades ou

quando há oficina de informática. Porém, a oficina só ocorre quando há voluntários para essa atividade. Por isso, não é uma rotina das adolescentes o uso da Internet e não há um dia e horário determinado para o uso dos computadores. “Mas elas gostam muito e vejo elas toda a hora pedirem: vamos lá”, conta a coordenadora do Abrigo, Débora R. M. Machado. “Uma quer mandar uma carta para o Gugu⁵⁷ [via Internet] e está no meu pé”. Por medida de proteção, como já citado anteriormente, conforme a coordenadora, o Orkut, MSN⁵⁸ e outras redes sociais foram bloqueadas pela instituição,

mas é o que elas gostam e, [...] provavelmente tu vai ver elas entrando em coisas que eu nem sei que elas entram, porque elas dão um jeito de burlar, porque elas são extremamente inteligentes. A gente não pode subestimar a inteligência delas de forma nenhuma porque elas têm muita vivência, e muita vivência na malandragem, porque elas aprenderam a se defender [...] elas têm muito jogo de cintura (MACHADO, D. R. Entrevista concedida em 22 de março de 2011).

No CECRIFE/ Querubim, as abrigadas assistem televisão em horários determinados pela instituição. Há somente um aparelho de TV, que está localizado na sala do Abrigo e é utilizado por todas as meninas. Sendo assim, já há uma questão de disputa de espaço e poder por parte das próprias meninas, ao escolher os programas que querem assistir. Também há um aparelho de DVD e, em alguns momentos, foi possível acompanhar as meninas ouvindo músicas na sala (na maioria das vezes um CD gravado por uma das meninas com *funks*), por meio do aparelho de DVD conectado na TV. Na entrevista realizada com as colaboradoras do CECRIFE/Querubim, ressaltam-se as informações sobre os meios de comunicação. Simone Scherer, assistente administrativa do Abrigo destaca que assistir televisão é permitido, porém, somente os programas que a instituição julga adequados para as abrigadas e em determinados horários. Quando questionado o que é considerado “adequado”, a assistente respondeu que são programas que não tenham violência, sexo e nem “programas sensacionalistas”. No

⁵⁷ O Programa do Gugu é veiculado aos domingos na Rede Record. Segundo o *site* <<http://entretenimento.r7.com/programa-do-gugu/programa/>>, o Programa do Gugu estreou no dia 30 de agosto de 2009 e é um programa ao vivo, mesclando entretenimento, diversão, atrações musicais e reportagens especiais. “Gugu continua realizando sonhos dos seus telespectadores. Pode ser uma casa reformada, uma viagem fantástica, um novo negócio, uma dívida quitada ou uma esperada passagem para reencontrar a família. O cenário high tech tem um palco especial e um design dinâmico e mutável. São 120m² de telas de LEDs em movimento constante e controlado de acordo com cada quadro. No total será um espaço de 650m² para receber uma platéia de até 200 pessoas.” Acesso em: 29 dez. 2011.

⁵⁸ O MSN é um programa de mensagens instantâneas criado pela Microsoft. O programa permite que as pessoas comuniquem-se em tempo real via Internet. Mais informações: www.windowslive.com.br. Acesso em 2 jan. 2012.

entanto, o filme que assistiram em DVD em uma das visitas da pesquisadora (A Troca⁵⁹), mostra cenas de violência física e psicológica e de exploração infantil, mas conforme salientado por uma educadora “elas gostam desse tipo de filme”.

As abrigadas têm acesso ao Jornal NH (em edição impressa) que é o principal jornal da cidade de Novo Hamburgo, disponibilizado gratuitamente pelo Grupo Editorial Sinos. Não há assinatura e nem aquisição de revistas, mas a coordenadora, Débora Machado, ressalta que a instituição recebe muitas revistas doadas e as meninas gostam de olhar,

mas diário mesmo é o jornal. Elas gostam muito de olhar o jornal. Cada uma tem uma parte que gosta mais: novela, horóscopo, policial. Porque como elas vêm muito desses bairros periféricos e têm muita convivência com..., elas estão sempre na policial para ver se tem algum conhecido, algum amigo envolvido com tráfico, coisa assim. Às vezes elas acham assim: olha ali o Fulano coisa e tal, né? (MACHADO, D. R. Entrevista concedida em 22 de março de 2011).

Com relação às revistas, as jovens manifestaram suas preferências por revistas consideradas “revistas para adolescentes”, como Capricho e Atrevida. A revista Capricho é da Editora Abril e possui editorias como *Famosos, Moda, Beleza, Diversão, Garotos, Horóscopo e Testes*. Segundo o *site* da Abril: “Só na revista Capricho você encontra tudo sobre seus ídolos, moda, beleza e comportamento. Do seu jeito.”⁶⁰. Já a revista Atrevida é da Editora Escala, que afirma que a “revista Atrevida veio para atender as expectativas das adolescentes que estão descobrindo o mundo. Suas páginas trazem muita diversão, entretenimento e matérias de comportamento, dividindo com a leitora os melhores momentos desta fase tão especial da vida.”⁶¹. Os destaques da revista são: *Boys, Ídolos, Moda, Beleza, Arrasa, É Festa!, Horóscopo e Jogos*.

Freire Filho destaca que:

⁵⁹ A Troca é um filme norte-americano estrelado por Angelina Jolie e dirigido por Clint Eastwood. O filme se passa em Los Angeles, em 1928. Christine Collins (Angelina Jolie), uma mãe solteira, se despede de Walter (Gattlin Griffith), seu filho de 9 anos, e parte rumo ao trabalho. Ao retornar descobre que Walter desapareceu, o que faz com que inicie uma busca exaustiva. Cinco meses depois a polícia traz uma criança, dizendo ser Walter. Atordoada pela emoção da situação, além da presença de policiais e jornalistas que desejam tirar proveito da repercussão do caso, Christine aceita a criança. Porém, no íntimo, ela sabe que ele não é Walter e, com isso, pressiona as autoridades para que continuem as buscas por ele. Informações do *site* <http://www.adorocinema.com/filmes/troca/>. Acesso em 29 dez. 2011.

⁶⁰ Disponível em: <http://www.assine.abril.com.br>>. Acesso em 30 dez. 2011.

⁶¹ Disponível em: <http://www.assinescala.com.br>>. Acesso em: 30 dez. 2011.

Misto atraente de manual de etiqueta, literatura de auto-ajuda e catálogo de compras, as revistas femininas juvenis [...] se apresentam como mapas cognitivos e anteparos emocionais que possibilitam às leitoras navegar, sem maiores sobressaltos, pelo mar das oportunidades e dos riscos associados à experiência da adolescência feminina e às demandas cambiantes da cultura do consumo contemporânea (fecundada pela busca contínua do capital por novos e expansíveis mercados) (FREIRE FILHO, 2006b, p. 104).

Para o autor, as revistas femininas juvenis, como as consumidas pelas jovens do Abrigo, “encorajam as leitoras a construir sua identidade de maneiras genéricas, em conformidade com as poderosas expectativas sociais” (FREIRE FILHO, 2006b, p. 104).

As jovens informaram, ainda, que gostariam de ler as revistas, mas que só têm acesso, no Abrigo, se é realizada alguma doação. “Mas a gente acaba lendo revista velha. E também vem um monte de revista de notícias que já passaram”, comentou JE referindo-se a revistas semanais como *Veja* e *IstoÉ*. “E também revista de fofoca, que é legal, como a *Caras e a Contigo*”, completa.

A assistente administrativa, Simone Scherer, lembra que as jovens também gostam de olhar alguns programas na TV, como o programa do Datena⁶², mas que a instituição proíbe porque não considera adequado para a idade e a realidade das meninas.

Com relação ao uso do celular, as maiores de 16 anos, que saem para trabalhar, levam o celular. Porém, no interior da casa, não é permitido o uso de celular por medida de proteção, buscando preservá-las de contatos indesejados com o exterior (com a família da qual foi afastada, com amigos que poderiam auxiliá-las em uma fuga, com pessoas que podem fornecer drogas, por exemplo). Essa medida é tomada pela instituição de abrigo e justificada pela assistente social, que afirma que assim elas ficam mais protegidas dos perigos inerentes à sua condição de vulnerabilidade social e da mesma forma não colocam em risco outras abrigadas, que podem solicitar o uso do celular, por exemplo. “Mas já aconteceu delas esconderem e aí a gente vê, descobre, porque elas acabam se comunicando com quem não deve”, ressalta Débora. Além disso, há a questão de evitar delitos, uma vez que, segundo comentários de educadoras e da própria coordenação, esse tipo de bem de consumo é cobiçado por outras adolescentes e estimula a prática de delitos entre as abrigadas. Para exemplificar, as educadoras ficam o tempo todo com pequenas bolsas penduradas junto ao

⁶² José Luis Datena possui, atualmente, um programa na Rede Bandeirantes de Televisão (Band), chamado *O Coração do Brasil* onde, durante uma hora, Datena sai em busca de personagens fortes, sejam eles anônimos ou famosos, revelando trajetórias de vida. É um programa que mistura informação com gênero policial. O apresentador comemora: “o programa é um presente que eu volto a comandar com muita satisfação, pois gosto de mostrar o lado bom desse país tão grande, lindo e muitas vezes desconhecido”. Fonte: <<http://www.band.com.br/nocoracaodobrasil/sobre.asp?id=92>>. No entanto, o jornalista é conhecido por programas de forte cunho sensacionalista, com notícias sendo espetacularizadas e com a exploração da violência, da corrupção, do caos no trânsito e de casos policiais.

corpo, onde estão guardadas suas chaves, carteiras, celulares e outros bens pessoais. A pesquisadora foi orientada a não deixar a bolsa e nem objetos em qualquer parte do Abrigo, e sim carregá-los sempre consigo, como gravador, câmera fotográfica, celular e carteira. Em uma das visitas, algumas meninas estavam sendo chamadas individualmente na sala da assistente social, pois uma câmera fotográfica do Abrigo estava desaparecida.

Os pais e responsáveis são orientados a não presentear as meninas com telefones e isso conta no aviso aos pais que está no mural logo na entrada do Abrigo. No entanto, as jovens manifestam o desejo de poder utilizar o celular “Eu queria usar meu celular. Na minha casa eu tenho um. Pelo menos prá falar com minhas amigas e com a minha irmã”, afirma RU.

Nesse sentido, percebe-se que a realidade vivenciada no Abrigo é diferente da realidade vivenciada pelas abrigadas fora da instituição. Nas conversas com as jovens foi possível perceber que, quando elas estão em casa (nos fins de semana ou feriados, por exemplo), o acesso ao celular, televisão, rádio e até mesmo Internet, é diferenciado. Uma das entrevistadas, IN, afirmou que escuta rádio o tempo todo em casa. “Mas minha mãe só gosta de música evangélica porque ela é da Igreja”, ressalta. E também afirmou que o que mais fazia quando ia prá casa era assistir televisão. “As novelas e o Programa do Gugu, eu gosto”. As jovens também comentaram, em diversas ocasiões, que, quando podem ir prá casa, aproveitam para ir ao shopping, para ir na *lan house*, para sair com as amigas e para olhar filmes, programas que não têm permissão para realizar quando estão acolhidas no Abrigo.

A partir disso, e das observações realizadas, parte-se para a tentativa de pensar sobre os usos da Internet pelas jovens. Vê-se no consumo realizado por meio do uso da Internet uma forma de mediação. Nesse consumo é que são interpretados e assimilados os valores e significados daquilo que é consumido. Essa é uma experiência cultural para as jovens do Abrigo que, de alguma forma, as une à coletividade e possibilita a participação na sociedade.

6.2 MAPEAMENTO DOS USOS DA INTERNET

A partir do diário, da observação, das visitas e interações e das entrevistas, algumas questões sobre os usos da Internet podem ser ressaltadas. A questão de acesso (não apenas a permissão de acesso, mas a possibilidade técnica de acesso) das adolescentes à Internet dentro da instituição é um ponto importante. Nas primeiras visitas, apenas três computadores apresentavam condições de utilização. Os demais equipamentos estavam estragados. Em função da falta de recursos financeiros, os equipamentos somente são consertados quando há

a disponibilização de um serviço voluntário por parte de alguma empresa ou, então, para ter mais computadores disponíveis para as adolescentes, a instituição espera receber novas doações de equipamentos.

Em uma das visitas, quando a pesquisadora chegou ao Abrigo para mais uma tarde de interação com as jovens e com a proposta de realizar atividades na Internet, um técnico em informática estava realizando a manutenção das máquinas. Das sete máquinas que estavam na sala de informática, apenas uma apresentava condições de uso e uma estava sendo formatada. Todas as demais foram levadas para uma avaliação mais detalhada e, duas delas, conforme o técnico, não teriam mais conserto e utilidade. As jovens acompanhavam a movimentação na casa e duas jovens comentaram sobre o técnico em informática, elogiando-o pela beleza e dizendo: “Esse eu pegava”. E fizeram algumas brincadeiras com conotações sexuais, que logo foram repreendidas pelas educadoras.

Algumas meninas, aparentemente entediadas, foram dormir. Aproveitando a oportunidade de estar no Abrigo, a pesquisadora iniciou uma conversa com as meninas sobre a rotina no Abrigo e uma das jovens comentou, visivelmente chateada, que um canal de TV da cidade de Novo Hamburgo iria realizar uma matéria no CECRIFE/Querubim no sábado pela manhã (a visita foi realizada na sexta-feira). Ao ser questionada se isso não era legal, respondeu ironicamente: “Aqui tudo é legal”, demonstrando clara insatisfação com o local. Sobre o Abrigo, outra jovem teceu um comentário em uma das visitas. Ao ser questionada sobre quanto tempo estava no Abrigo, RU respondeu: “Estou aqui faz dois anos e meio. No começo era muito, muito bom mesmo. Depois mudou. Agora é muita regra”. Quando questionada sobre o que aconteceu e o que mudou, respondeu apenas: “Aconteceram coisas”.

Já em outra ida ao CECRIFE/Querubim, foi possível acompanhar as jovens fazendo tarefas escolares nos cadernos e questionando as educadoras sobre algumas questões. Isso provocou uma reflexão sobre a realidade encontrada em outras situações familiares e sociais: os jovens costumam fazer suas atividades escolares com o uso do computador (usando editores de texto como o Word) e as pesquisas com o uso da Internet. Ao ser questionada sobre a utilização da Internet para a realização de trabalhos da escola, RU disse que, quando realmente mostram que precisam, “aí a gente acessa na sala da diretoria. Lá tem um computador que dá para acessar tudo na Internet e não tem nada bloqueado. Mas só se for pra trabalho da escola e com uma das tias junto”. Essa prática dá indícios de que é uma forma de vigilância sobre o acesso das meninas, apesar de a sala da diretoria ser equipada com impressora, o que possibilita imprimir os trabalhos escolares. No entanto, a sala é chaveada

(como a de informática) e somente utilizada com a autorização e a presença de uma educadora.

Nesse mesmo dia, algumas jovens estavam ouvindo música. Colocaram um CD de músicas que gravaram da Internet para tocar no aparelho de DVD na sala. A maioria das músicas eram *funks*. Algumas com letras maliciosas e com duplo sentido, e as educadoras prontamente pediam para que elas trocassem. Algumas meninas dançavam na sala de forma bem sensual, como é a dança desse estilo de música, e brincavam com as letras. Ao ser convidada para dançar, a pesquisadora informou que não sabia e, ao mesmo tempo, foi questionada se havia gostado das músicas que “baixaram”, fazendo menção ao uso da Internet.

Em outro momento de observação na sala de informática, foi possível notar que as abrigadas gostam de navegar no *YouTube*. Uma das coisas que acessam são vídeos e trailers de filmes de terror. Uma das meninas (JE) ficou procurando notícias sobre os assassinatos na escola no Realengo (RJ)⁶³. Ao ler em voz alta as notícias, narrava para as demais, que tinham reações como: “Ainda bem que o cara morreu”; “Que horror!”; “Coitadas das crianças”.

Uma das adolescentes ficou o tempo todo baixando músicas, enquanto outra, sentada ao lado, assistia. Um das jovens, que está grávida (PA), não quis participar. Ao ser informada de que a atividade não era obrigatória e que poderia sair da sala, afirmou: “Se eu sair daqui as tias xingam”. As adolescentes que estavam olhando trailers de filmes de terror questionaram o conhecimento da pesquisadora sobre o filme *Atividade Paranormal*⁶⁴. Como perceberam o desconhecimento sobre o tema, começaram a contar a história do filme, narrando algumas cenas. Disseram que durante a noite reproduzem algumas cenas que olham na Internet e fazem outras abrigadas sentirem medo. Elas citaram, ainda, que gostam de filmes como *Jogos*

⁶³ No dia 7 de abril de 2011, na parte da manhã, houve um assassinato em massa em uma escola no estado brasileiro do Rio de Janeiro, que ficou conhecido como Massacre de Realengo. Os assassinatos ocorreram na Escola Municipal Tasso da Silveira, localizada no bairro de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro. Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, invadiu a escola armado com dois revólveres e começou a disparar contra os alunos presentes, matando doze deles, com idade entre 12 e 14 anos. Oliveira foi interceptado por policiais e, segundo notícias, cometeu suicídio. Mais informações: <<http://veja.abril.com.br/tema/massacre-em-realengo>>.

⁶⁴ *Atividade Paranormal* é um filme de 2007. Micah (Micah Sloat) e Katie (Katie Featherston) formam um jovem casal que se muda para uma casa, na qual fenômenos inexplicáveis são presenciados. Eles, então, resolvem filmar tudo à noite, enquanto tentam dormir, pois é o horário em que atividades paranormais normalmente acontecem com mais frequência. Informações em: <<http://www.cineclick.com.br/filmes/ficha/nomefilme/atividade-paranormal/id/16239>>. Acesso em 30 dez. 2011.

Mortais⁶⁵ e A Hora do Espanto⁶⁶. “Só que depois [de assistir] é difícil dormir”, afirmou PA, “porque a gente fica com medo dos barulhos da casa e as gurias ficam fazendo coisas prá assustar”.

Uma das meninas queria pesquisar poesias de amor no *Google*, mas teve dificuldades para encontrar uma que realmente gostasse. Foi possível observar que, para fazer a busca, colocou “poesias de amor” na caixa de busca do *Google*. Após olhar vários *sites* e comentar com as outras abrigadas que estava com saudade do PE [o namorado] disse que estava procurando uma poesia para mandar para ele pela irmã, quando recebesse a visita de familiares no fim de semana. A jovem copiou algumas palavras para o caderno, mas pareceu não gostar de nenhuma poesia específica nessa oportunidade.

Durante uma das primeiras visitas, em conversa informal, foi explicada para as meninas a presença da pesquisadora e também informada a realização da pesquisa. Nesse dia (uma tarde), algumas das adolescentes que estavam no Abrigo também quiseram se apresentar e falar um pouco sobre si, enquanto outras ficaram apenas assistindo.

Uma das jovens, BR, de 17 anos, está na sexta série e mora no Abrigo há dois anos. Disse que é gremista, adora futebol, pagode e música e não gosta de Orkut porque “todo mundo fica sabendo tudo”. No entanto, gosta de Internet “para outras coisas”, como ver notícias e músicas. Já RU tem 13 anos e está na 8ª série. É do município de Estância Velha, mas mora em Novo Hamburgo. Também gosta muito de futebol, pagode e música e tem Orkut e MSN e gosta de usar essas ferramentas. Está no CECRIFE/Querubim desde os 11 anos. JE, de 15 anos, frequenta a 5ª série e está no Abrigo “desde o ano passado, mas não lembro bem”. Disse que acessa Internet em casa (quando vai para casa nos fins de semana) e na escola e disse ser “viciada em Orkut”.

A rede social Orkut, assim como o Facebook, é utilizada pelas abrigadas. Três jovens, que participaram mais ativamente da pesquisa, possuem perfis no Orkut, mas pela

⁶⁵ Jogos Mortais é uma série de filmes nos quais um maníaco chamado Jigsaw joga com a vida de pessoas, colocando-os uns contra os outros e fazendo com que se matem entre si, buscando “salvar a própria pele” ou salvar outras pessoas. Informações em: <<http://www.cineclick.com.br/filmes/ficha/nomefilme/jogos-mortais/id/12029>>. Acesso em 30 dez. 2011.

⁶⁶ O filme é sobre o veterano Charlie Brewster (Anton Yelchin), que finalmente conseguiu o que queria: está com a turma mais popular e namorando a garota mais desejada de sua escola. Na verdade, ele está tão por cima que chega a desprezar seu melhor amigo. Mas os problemas começam quando Jerry (Colin Farrell) se muda para a casa ao lado. A princípio, ele parece um cara legal, mas há algo não muito certo – e todos, inclusive a mãe de Charlie (Toni Collette), não percebem. Depois de observar algumas atitudes bastante estranhas, Charlie chega a uma clara conclusão, Jerry é um vampiro em busca de presas no bairro. Incapaz de convencer alguém, Charlie precisa achar um meio de se livrar do monstro por conta própria nesta clássica comédia de terror dirigida por Craig Gillespie. Informações em: <<http://www.filmesdecinema.com.br/filme-a-hora-do-espanto-7610/>>. Acesso em: 30 dez. 2011.

dificuldade de acesso à Internet, não atualizam seus perfis⁶⁷. Nas conversas informais, revelam que gostam de publicar fotos e de olhar as fotos dos perfis dos amigos. E que gostariam de utilizar o Orkut com mais frequência. Algumas comunidades das quais elas participam são: “Vem que eu te esculacho”, “Odeio segunda-feira”, “Fã do Luan Santana”, “Socorro! Pára o mundo que eu quero descer” e “Odeio estudar”.

A coordenadora do Abrigo, Débora Machado, em uma conversa informal, disse que uma das principais preocupações com relação ao uso do Orkut e de outras redes sociais pelas abrigadas é justamente o fato de elas publicarem fotos. Segundo a coordenadora, uma das jovens foi passar o fim do ano com a família (em 2010) e, na semana seguinte, retornou ao Abrigo. Ao retornar, disse: “Tia Débora, olha as minhas fotos do Ano-Novo no meu Orkut!”. Quando a coordenadora visualizou as fotos, percebeu que a jovem, de 15 anos, estava sempre com um copo de bebida alcoólica na mão, junto com seus familiares, que também estavam bebendo. Para a coordenadora, isso prejudica o desabrigoamento, porque o juiz pode considerar que a família não tem condições de receber a jovem de volta, por ser permissiva e possibilitar que uma adolescente de 15 anos consuma álcool.

Em outra visita, no turno da manhã, as meninas mostraram-se mais tímidas e não quiseram conversar muito. Quase todas estavam atrasadas com as tarefas da escola e também com uma atividade do Abrigo que era a confecção de saquinhos de pano decorados para a Páscoa. Falaram rapidamente o nome e a idade. Apenas TA, de 15 anos, que está na 5ª série, e J, de 14 anos, que está na 7ª série, informaram que gostam de usar Internet para ver vídeos e fotos.

Em uma entrevista, realizada em 24 de maio de 2011, duas abrigadas falaram de sua relação com a Internet e com outros meios. Uma delas, RU, 13 anos, está no 8º ano (7ª série) e gosta muito de Internet. Já VI, 16 anos, está na quinta série e não usa a Internet. Quando questionada porque não utiliza, afirmou que não gosta, mas ao ser questionada novamente, explicou o motivo: “porque nunca mexi em computador”. A adolescente não possui acesso em casa e não utiliza na escola e nem no Abrigo. Não possui e-mail e gostaria de usar a Internet, mas segundo ela, não tem conhecimento para isso.

RU disse que, nas horas livres, o que mais gosta de fazer é dormir. Quando questionada sobre o que mais gosta de fazer, além de dormir, respondeu: “incomodar, conversar [...], rir, tipo... dançar, assistir TV”. Sobre o que mais gostam de assistir,

⁶⁷ Dois perfis acessados pela pesquisadora estavam desatualizados desde abril de 2010. Havia alguns recados e vários spams de convites para festas em um dos perfis. O outro perfil parecia ter sido criado e pouco utilizado. Não tinha fotos e nem muitos amigos adicionados.

responderam que são novelas e minisséries, especialmente a nova versão da novela Rebelde e Malhação. RU destacou ainda que em casa costumam ouvir rádio, mas no Abrigo “é mais CD e DVD”. As duas entrevistadas comentaram que gostam de ler jornais e revistas e RU comentou que, às vezes, acessa jornais e revistas na Internet: “gosto da Revista Capricho”, pois não tem acesso à revista impressa no Abrigo com frequência.

Ao ser questionada sobre o que mais gosta de fazer na Internet, RU foi enfática e disse: “Tudo! [...] eu tenho as minhas dúvidas e eu acho tudo na Internet. Daí eu olho meu Orkut, meu MSN, meu e-mail”. Afirmou que, quando o uso da Internet era permitido no Abrigo, costumava usar todos os dias, mas agora usa só no final de semana, se e quando vai prá casa. Nesse momento, VI afirmou que gostaria de mexer e aprender e RU disse que, se pudesse escolher o tempo que ficaria na Internet, seria “toda hora, o tempo todo”.

O acesso na escola também é dificultado, segundo RU. A escola possui computadores, mas ainda não tem Internet à disposição dos alunos, “mas vai começar agora a gente usar”. No entanto, enquanto a escola não disponibiliza, ela acessa pelo celular. Quando indagada sobre o uso do celular (que também é proibido pelo Abrigo), RU informa que não tem celular, mas “a gente tem colegas que têm celular na escola”.

Em uma das visitas a casa, ao ir para a sala de informática, a menina que nunca havia utilizado o computador sentou em frente a máquina (que já havia sido ligada) e perguntou: “o que eu faço agora? Eu quero usar a Internet para ver o Luan Santana”⁶⁸. Com o auxílio de uma colega e da pesquisadora, foi “tateando” o uso do computador e colocou “Luan Santana” no *Google*. Espantada, exclamou: “Nossa, quanta coisa tem aqui dele!”

Com relação ao consumo, verificou-se situações que tornam claro o consumo da cultura de massa. Um uma das visitas, uma das abrigadas utilizou o tempo na sala de informática para assistir ao capítulo da novela das 19h da TV Globo (*Morde & Assopra*)⁶⁹ veiculada no dia anterior. Segundo a adolescente: “Essas gurias não me deixam ver a novela. Só querem assistir Rebelde, Rebelde, Rebelde”⁷⁰.

Em outro momento, as adolescentes acessaram o *site* do Programa do Gugu⁷¹, para rever partes do programa que tinham assistido na TV. Nesse programa, foi veiculada uma

⁶⁸ Luan Santana é um cantor sertanejo adolescente, que é um fenômeno musical da cultura de massa entre os jovens, especialmente entre as meninas.

⁶⁹ Novela veiculada na TV Globo, no horário das 19h, no período de 21 de março à 14 de outubro de 2011, segundo o *site* <<http://tv.globo.com/novelas/morde-e-assopra>>.

⁷⁰ Rebelde é uma novela originariamente produzida pela TV Mexicana, que foi adaptada e veiculada em vários países. É uma novela voltada para o público adolescente e, no Brasil, foi adaptada e atualmente é veiculada na Rede Record de Televisão.

⁷¹ Ver nota de rodapé n. 42.

matéria com um cantor cego, do interior do norte brasileiro, que sustentava os três filhos deficientes físicos cantando nas ruas da cidade. Uma das adolescentes falou: “deveríamos gravar isso prá mostrar pras gurias o que é problema de verdade!”.

Essas descrições revelam os principais usos da Internet realizado pelas jovens que, a partir da pesquisa de campo, podem ser listados na seguinte ordem:

TABELA 1: Principais usos da Internet feitos pelas jovens no Abrigo

Principais usos da Internet

O quê	Conteúdo	Frequência
Acessar ao <i>YouTube</i>	Acesso a clipes do Luan Santana, Bruno Mars, Gustavo e Daniel, O Pente, Daniel, Jennifer Lopez, Lucas e Felipe, Jessie J, Justin Bieber.	Verificado em todas as visitas com ida para a sala de informática.
Baixar músicas da Internet e gravar em pastas nos computadores da sala de informática	Especialmente <i>funks</i> e músicas do Luan Santana, utilizando o <i>site</i> www.4shared.com	Verificado em todas as visitas com ida para a sala de informática.
Assistir programas e notícias já veiculadas em canais de TV aberta.	Matérias do Programa do Gugu, notícias de telejornais da TV Globo e da TV Record, capítulos de novelas.	Uso realizado em cerca de 60% das visitas ⁷² .
Acessar e jogar jogos	Jogos com avatares e outros jogo na Internet.	Uma das meninas, AD, que apresenta deficiência mental, acessa o <i>site</i> www.jogoslegas.net e joga um jogo chamado Super Tractor. É o único uso que ela fez da Internet nas vezes em que esteve na sala de informática. Outra menina, IN, gosta de jogos com avatares como o Cosmopax (http://cosmopax.uol.com.br).
Olhar e-mails	E-mails pessoais (Gmail e Hotmail).	Em cerca de 50% ⁷³ das visitas, as jovens olharam seus e-mails. Em alguns momentos, houve a tentativa de usar as redes sociais por meio da página do e-mail (Gmail e Hotmail, por exemplo).

⁷² Esse percentual foi calculado considerando o número de visitas com idas para a sala de informática (12 interações na sala de informática), onde as jovens utilizavam a Internet e o número de vezes em que foi possível vê-las acessando esse tipo de conteúdo (em 7 oportunidades).

⁷³ Idem nota 56: foram 12 interações na sala de informática, e em 6 dessas interações as jovens acessaram seus e-mails. Interessante observar que isso ocorreu mais na segunda metade do período de inserção no campo, o que pode indicar que estavam mais à vontade para visualizar coisas pessoais com a presença da pesquisadora.

Pesquisar em geral	Informações sobre o uso de drogas, usando o <i>Google</i> como buscador.	Eventualmente. Ocorreu em apenas duas visitas e a busca foi feita pela mesma abrigada nas duas oportunidades. A jovem estava grávida.
Pesquisar em geral	Poesias de amor (com o uso do <i>Google</i>), letras de músicas (com o uso dos <i>sites</i> www.lettras.terra.com.br e www.vagalume.com.br), horóscopo (<i>site</i> www.joaobidu.com.br), procurar familiares, simpatias, significado de sonhos (utilizando o <i>Google</i>).	Eventualmente.

Sobre o principal uso realizado, é interessante especificar as músicas acessadas pelas jovens. Bruno Mars é um cantor e compositor nascido no Havaí e que mora em Los Angeles. A música mais procurada pelas jovens era *Nothing on You* (Nada de você). A música fazia parte da trilha sonora de uma novela da TV Globo, chamada *Insensato Coração*, que foi ao ar no ano de 2011. O vídeo do *YouTube* (<http://www.youtube.com/watch?v=oX3yrEoWv2E>) é legendado e a letra da música é sobre uma garota diferenciada para um rapaz.

Lindas garotas em todo o mundo, eu poderia estar perseguindo - as
Mas o meu tempo seria desperdiçado, elas não tem nada de você, baby
Nada de você, baby
Elas podem dizer oi, e eu poderia dizer olá
Mas você não deve se preocupar sobre o que elas dizem
Porque elas não tem nada sobre você, baby (Yeah)
[...] Eu sei que você sente de onde estou vindo
Independentemente das coisas que fiz no meu passado
A maioria disso realmente era para o inferno da diversão
Em um carrossel, só girando
Sem direção, apenas tentando obter algo
Tentando encontrar saias, vivendo sob o sol de verão
E então eu perdi mais do que eu nunca tinha ganhado
E honestamente, eu acabei com nenhum
É muita tolice, isso está em minha consciência
[...]
Mãos para baixo, nunca haverá uma outra
Eu estive ao redor e nunca vi outra
Por causa do seu estilo, eu realmente não tenho nada (nada)
E quando você enlouquecer, não haverá nada sobre? (haha)
Querida você é todo o pacote
Além disso, você paga seus impostos
E você mantém isso real, quando as outras ficam sendo de plástico
Você é a minha Mulher Maravilha, me chame de Sr.Fantástico
Pare! Agora pense nisso
[...]
Se você nunca soube, bem, agora você sabe, sabe, sabe
Onde quer que eu vá, estou sempre ouvindo o seu nome
E não importa onde eu estou, menina, você me faz querer cantar
Se é em um ônibus ou um avião, ou um carro, ou um trem
Nenhuma outra garota no meu cérebro, e você é a única culpada
Sim (rindo)
E é assim que fazemos isso (rindo)
E eu apenas deixarei este passeio (Trechos da tradução da música Nothing on You.
Disponível em: www.letras.terra.com.br. Acesso em: 2 jan. 2012)

Gustavo e Daniel são cantores sertanejos, assim como Daniel e Lucas e Felipe. As letras das músicas normalmente falam de relacionamentos e amor, como Amor à primeira vista, de Gustavo e Daniel

Amor, amor da minha vida, perdoe o meu jeito de falar, é que eu nunca me apaixonei por ninguém, você é a primeira meu bem. Segure por favor a minha mão, sou homem mais eu tremo de paixão, no amor não existe unidunite, mais meu coração escolheu você. (Trecho da música, disponível em: <http://www.vagalume.com.br/gustavo-e-daniel/amor-a-primeira-vista.html#ixzz1iK5AqZgf>. Acesso em: 2 jan. 2012).

Ou Só porque você quer, de Lucas e Felipe

Só porque você quer; Você manda, eu obedeço; Por que você quer; Me viro do; avesso; Pra te agradar, tô em suas mãos; Ahh, tá bom! Só por que você quer; Eu mudo as amizades Por que você quer; Faço suas vontades; Senta pra esperar, de pé você vai cansar! Sempre foi assim; Tudo tem que ser do seu jeito; Quer mandar em mim, ahh esqueci... Você não tem defeito! Perfeita demais, mais quando erra assusta; Só não é capaz de voltar atrás e pedir desculpas; Não posso aceitar, vou te deixar; Já passou da hora! Você quer brincar, me dominar. Mas não vai ser agora. (Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/lucas-e-felipe/so-porque-voce-quer.html#ixzz1iK6tgy00>. Acesso em: 2 jan. 2012).

As jovens demonstram gostar de músicas sertanejas e fazem referência ao que escutam em casa, ao mencionarem as músicas do cantor Daniel “Essas músicas o meu avô cantava em casa (VI)” ou “Aprendi essas com o meu pai, antes de ele morrer (IN)”. As músicas eram modas de viola ou músicas antigas como O Menino da Porteira .

Jennifer Lopez é uma atriz e cantora americana e Jessie J. é uma cantora inglesa. Ambas fazem sucesso com clipes bem produzidos, com coreografias bem feitas e roupas ousadas. Justin Bieber é um fenômeno adolescente, que mobiliza milhares de fãs em todo o mundo. Suas músicas são voltadas para jovens e seu visual é copiado por muitos adolescentes. Já O Pente é uma música cantada pelo grupo Os Hawaianos e que gerou outras músicas a partir da versão original.⁷⁴

Para Santini e Lima,

A música é um produto social e simbólico de grande importância nas diferentes formações culturais, principalmente se considerarmos a sua capacidade de criar vínculos afetivos entre as pessoas. A música pode usar diferentes formas de linguagem e expressão, sendo produto cultural de características muito especiais: nenhum produto cultural tem mostrado tamanha capacidade de adaptação aos diferentes meios de comunicação (SANTINI e LIMA, 2006, p. 1)

Conforme os autores, as inovações tecnológicas, em especial a Internet, modificaram as formas de consumo de música. Um exemplo é a possibilidade de realizar *download* das músicas, tornando possível o consumo de determinadas produções a partir de um computador conectado com a Internet. Santini e Lima afirmam que, de certa forma, a Internet popularizou o acesso à música: “Descontados exageros no deslumbre tecnológico, o consumidor de música se coloca numa posição realmente privilegiada diante da Internet: [...] pode escolher e experimentar [...] as canções que quer consumir [...] dispensando, dentro de alguns limites, a intermediação do mercado.” (SANTINI E LIMA, 2005, p. 14)

Dayrell (2005) relaciona as escolhas musicais dos jovens com a vivência da condição juvenil. Segundo o autor, o *rap* e o *funk*, estilos característicos consumidos pelos jovens fornecem elementos simbólicos para a elaboração de uma identidade juvenil, como as roupas,

⁷⁴ A versão original está nas próximas páginas, no item que discute as sociabilidades, assim como as outras versões geradas pela música e também escutadas pelas jovens.

o modo de dançar determinado estilo musical e a identificação com os amigos por meio da música.

Os usos abordados na tabela anterior foram percebidos nas interações e nas observações realizadas na sala de informática e estão ligados ao fato de que as jovens possuem um acesso restrito e, com isso, não podem utilizar as redes sociais. No entanto, em várias oportunidades, houve a tentativa de utilizar o MSN, o GTalk⁷⁵ e acessar o Facebook⁷⁶ e o Orkut. Como os programas oferecem um acesso integrado (e-mail, conversa instantânea e redes sociais), as abrigadas entravam em seus e-mails e tentavam acessar os demais serviços. E quando questionadas sobre o que gostariam de fazer na Internet, a resposta era, majoritariamente: acessar o Orkut, o Facebook, o MSN e o GTalk. Mas sempre eram avisadas das normas de acesso e saíam dos ambientes que haviam acessado, continuando a utilizar a Internet para outras atividades.

Nas entrevistas, também é possível perceber os principais usos realizados pelas jovens. Quando questionadas: “Gosta de usar a Internet? Usa para quê? O que gosta de acessar? Quanto tempo gostaria de usar?” algumas respostas revelam a similaridade com a prática na sala de informática:

Eu gosto de tudo. Gosto de ver vídeos de música e de escutar músicas [...]. Gosto de música sertaneja, de pagode e de *funks*. Eu gostaria de usar a Internet quando não tenho nada prá fazer e não ficar dormindo (TA).

Eu gosto de Orkut, Facebook e MSN. Mas só uso quando vou prá casa. Na Lan House se minha mãe deixa. Não tenho computador em casa. [...] Gosto de falar com meus amigos. [...] Eu gosto de ver as coisas, tipo... coisas sobre a novela, notícias dos artistas, vídeos das músicas que eu gosto. É isso. (JE)

Acredita-se que a configuração da sociedade em rede faz com que o “consumidor” das tecnologias de comunicação seja ressignificado. As possibilidades técnicas fazem com que as adolescentes do Abrigo busquem seus próprios sentidos naquilo que consomem e sugiram seus próprios lugares de fala dentro dessa configuração. Isso resgata a idéia de mediação trazida por Martín-Barbero (2006), onde as apropriações tecnológicas podem trazer novas formas de intervenção na realidade social: “a tecnologia remete [...] a novos modos de

⁷⁵ O GTalk é um sistema de conversa online e instantânea do *Google*. É possível compartilhar mensagens instantâneas, enviar arquivos e conversar utilizando áudio. Mais informações: <<http://www.google.com/talk/intl/pt-BR/about.html>>. Acesso em: 2 jan. 2012.

⁷⁶ O Facebook (www.facebook.com) é hoje um dos sistemas com maior base de usuários no mundo. Funciona através de perfis e comunidades. E cada perfil é possível acrescentar módulos de aplicativos (jogos, ferramentas, etc.). O sistema é muitas vezes percebido como mais privado do que outros *sites* de redes sociais, pois apenas os usuários que fazem parte da mesma rede podem ver o perfil uns dos outros. Ver: RECUERO (2009). p. 172.

percepção e de linguagem, a novas sensibilidades e escritas” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 54).

No entanto, não é possível deixar de perceber que os usos ainda estão fortemente atrelados a uma discussão sobre a questão quantitativa de acessos, ou seja, quem está incluído e quem está excluído da possibilidade de uso de uma comunicação mediada por computador, como é o caso das meninas do Abrigo. Além do número limitado de computadores, da política de restrição de acesso a determinados *sites*, redes e conteúdos, há também uma questão qualitativa nesses pontos, reforçada, por exemplo, pelo fato de os computadores possuírem uma configuração bastante limitada, uma vez que o Abrigo utiliza exclusivamente equipamentos recebidos em doação que não são mais utilizados por empresas e pessoas físicas. Um dos monitores usados pelas jovens apresenta um defeito que faz com que apareça constantemente um quadro para sintonizar brilho e nitidez do monitor. Esse quadro só apaga ao apertar um botão na parte de baixo do monitor, mas, minutos após desaparecer, ele aparece novamente. Uma das jovens tentou deixar o botão sempre pressionado, colando uma fita adesiva por cima dele, mas a pressão da fita não resolveu o problema. Uma outra máquina demora muito tempo para conectar a Internet e frequentemente necessita ser reiniciada porque pára de funcionar, principalmente se dois aplicativos (Internet Explorer, para acessar a Internet e Windows Media Player, para ouvir músicas) são abertos simultaneamente.

Essa realidade social complexa e desafiadora precisa ser superada para o entendimento sobre como esse uso diferenciado, realizado pelas jovens, influencia nas formas de utilização e como contribui para a existência de táticas de acesso como abordado a seguir.

6.3 AS TÁTICAS DE USO E AS EXPERIÊNCIAS DE SOCIABILIDADE

O abrigo CECRIFE/Querubim é gerenciado pela Associação Evangélica de Ação Social (AEVAS). A AEVAS possui uma diretoria que, segundo informa a coordenadora do Abrigo, Débora Rosinel Moraes Machado, divide opiniões quando o assunto é o uso da Internet. Para alguns diretores, as abrigadas deveriam, “como qualquer outra adolescente”, ter acesso aos computadores, Internet e redes sociais. Para outros, o afastamento da Internet é uma forma de “controlar comportamentos”, onde é possível verificar uma espécie de “punição”. No entanto, segundo Débora, a maior preocupação é mantê-las afastadas da possibilidade de um “mau uso” do computador, exemplificado por: “falar com quem não deve, postar fotos indevidas, expor sua situação, combinar fugas, entrar em contato com

drogas e o tráfico, etc.” Essa é uma visão pedagógica da proibição. No entanto, sem desconsiderar essa questão e os impactos indesejáveis que ela parece acarretar, vale ressaltar que é preocupante cercear o acesso, pois entende-se que o uso das tecnologias, em especial da Internet, também cumpre um papel de desenvolvimento, de oportunidade de construir novas visões e de possibilidade de interações. Conforme a agenda Infância e Comunicação, proposta pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI),

Para a devida garantia de acesso aos benefícios dos novos meios, é preciso fomentar programas de inclusão digital para a promoção de uma cultura digital livre, ética e participativa. Por outro lado, há a necessidade de centrar esforços em coibir ações criminosas e os riscos que esse contato oferece, mas sem cair em vigilantismo, ou seja, promovendo um marco legal que não implique em restrições indevidas à livre expressão na Rede (ANDI, 2009, p. 17).

Algumas situações de encaminhamento para o Abrigo levam a pensar sobre a forma de gerenciamento do próprio local. Uma das meninas, TA, de 16 anos, foi encaminhada ao Abrigo porque, desde os 14 anos, vive com um companheiro, com o consentimento da família. Em uma ocasião, brigou com essa pessoa de forma violenta, o que levou os vizinhos a chamarem a polícia. Ao atender a ocorrência, em função de ter uma menina com idade inferior a 18 anos envolvida, a polícia chamou o Conselho Tutelar. O Conselho avaliou que a menina não tinha idade e condições para viver daquela forma e então solicitou o encaminhamento para o Abrigo. Essa adolescente, com um histórico familiar confuso e com uma vida de liberdade ao lado do companheiro, não aceita a condição de abrigada.

Outra menina, AN, relatou que já fugiu do Abrigo uma vez e que fugirá novamente. Ela está abrigada porque a mãe a prostituía para os vizinhos e foi denunciada por alguém da comunidade⁷⁷. Essa mesma jovem relatou, na semana antecedente ao Dia dos Pais, que não queria ir para casa da irmã no fim de semana e que gostaria de ficar no Abrigo porque “eu não tenho pai. Vou prá casa prá comemorar o que?”

Em uma conversa informal, a coordenadora do Abrigo contou que algumas mães chegam ao Abrigo dizendo que querem levar as filhas para casa e que têm condições de criá-las. Demonstam interesse na condição das meninas, levam presentes e tentam agradá-las. No entanto, em alguns casos, essas atitudes somente refletem o interesse no ganho financeiro que terão caso as meninas voltem: ou elas serão prostituídas; ou a família voltará a receber o

⁷⁷ Esse fato foi relatado por uma educadora. As adolescentes são extremamente reservadas com relação a fatos pessoais e, principalmente, quanto ao motivo de abrigamento.

auxílio do Bolsa-Família⁷⁸ (benefício cancelado quando as meninas vão para o Abrigo); ou elas serão exploradas para o trabalho.

Há também casos de meninas abusadas sexualmente por parentes e, por isso, não podem voltar pra casa ou, ainda, de adolescentes que foram abandonadas pelos familiares e não possuem qualquer vínculo fora do Abrigo, dificultando a condição de desabrigamento. Assim como também há casos de gravidez por estupro, gravidez indesejada, falta de estrutura econômica, social e psicológica para criar uma criança e alguns recém-nascidos encaminhados para a adoção por pressão das famílias.

Aliado a isso, a rotina das meninas no Abrigo é rígida, como comentado anteriormente e como visto na foto do quadro de atividades. Em muitas ocasiões, foi possível presenciar a faxina, a limpeza, a realização das atividades para a escola, a lavagem das roupas, o cuidado com as meninas que têm alguma deficiência (levá-las e buscá-las no atendimento da Assistência Social é tarefa das abrigadas, não das educadoras). Em poucos momentos foi possível acompanhar atividades de lazer onde realmente as jovens demonstrassem satisfação e prazer. Uma das atividades propostas pela instituição, por exemplo, são aulas de corte e costura. O Abrigo possui um espaço, que fica junto com a sala de informática, com várias máquinas de costura. Também recebem muitas doações de tecidos e outros materiais para esse fim. Nessa sala, as adolescentes consertam as roupas que recebem de doação, para que possam usá-las. E há uma voluntária que dá aulas de corte e costura para as adolescentes. Quando questionadas, uma grande parte das meninas respondeu que não gosta de costurar. A instituição vê a atividade como uma possibilidade de ganho financeiro para as meninas, quando elas saírem do Abrigo. Ou seja, em uma forte marcação de gênero, buscam “qualificar” as meninas para um trabalho considerado essencialmente feminino e com o qual, contudo, nem todas se identificam. Além disso, uma pequena parcela das educadoras não demonstra grande interesse e carinho com as abrigadas, apesar de a maioria delas ser atenciosa, carinhosa, prestar auxílio e orientação quando necessário e demonstrar ter paciência e interesse em auxiliar.

Nesse ambiente diferenciado, as jovens buscam, no uso da Internet, uma forma de se comunicar com o mundo, de passar o tempo, de “ser igual” aos outros, de diversão, de contatos e de constituição de suas identidades, como será abordado a seguir, nas experiências de sociabilidade. Isso pode ser verificado nas falas das meninas durante as conversas na sala

⁷⁸ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Mais informações no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 2 jan. 2012.

de informática. Segundo elas: “Se eu pudesse, passava o dia inteiro na Internet”; “Pelo menos, podemos falar das coisas como as outras pessoas na escola”; “Sou viciada em Orkut, mas só acesso na escola e quando vou prá casa”; “Eu queria poder falar com todo mundo” [referindo-se a usar redes sociais].

Diante de um uso monitorado, há tentativas de acesso das redes sociais, por exemplo, por meio dos *sites* dos e-mails (Gmail e Hotmail), que congregam todos os serviços (mensagem instantânea, redes sociais e e-mails) em um único espaço. E mostram muita curiosidade em saber o que está acontecendo fora do Abrigo e fora da rotina delas, como, por exemplo, mandam e-mails para amigas para saber como estão os namorados, os vizinhos, os amigos, as pessoas da comunidade.

Uma outra forma de acesso à Internet é a utilização do celular das colegas da escola. Como, no Abrigo, elas não podem utilizar o aparelho, elas pedem para as colegas durante a aula ou durante o recreio da escola e, assim, podem acessar a Internet sem restrições, segundo contou RU:

Eu uso a Internet na escola. Mas é no celular de uma colega. Na escola a gente vai ter agora, a diretora disse. Mas não pode um monte de coisas e tem horário. [...] Minha colega empresta o celular prá ver as fotos das nossas amigas no Orkut e outras coisas. Mas é pouquinho tempo.

Nesse sentido, também é interessante buscar perceber quando os usos são definidos pelas próprias adolescentes. Sabe-se que há um “aparato da cultura da mídia e do consumo na configuração de interpretações e perfis específicos da *adolescência* e da *juventude* – como índice de normas ou patologias sociais, como ícones das bem-aventuranças ou mazelas do capitalismo globalizado...”, como define Freire Filho (2006, p. 11). E isso faz com que as necessidades, gostos, desejos, atitudes e até mesmo os direitos e deveres e modos se sentir e pensar dos jovens pareçam influenciados e definidos por uma cultura midiática imperativa (FREIRE FILHO, 2006). No entanto, as circunstâncias individuais e as diferenciações culturais e sociais permitem pensar que, em determinados momentos, a definição do uso é dada pelas próprias adolescentes. Um exemplo disso, é quando surpreendem ao assistir na Internet, via *YouTube*, uma notícia já veiculada na grande mídia e fazem uma leitura crítica e consciente do que estão vendo. Isso se exemplifica pelo caso do cantor cego com filhos deficientes⁷⁹ (quando os comentários foram: “Isso é que é problema de verdade”; “Tem gente que tem filho normal e não dá valor ao filho que tem e ele tem três filhos assim e cuida deles”; “Podíamos fazer um vídeo para mostrar para quem tem tudo e não dá valor para o que

⁷⁹ Disponível em <<http://xiquesampa.blogspot.com/2010/10/video-com-o-cantor-pepe-moreno-comove-o.html>>.

tem”; “Vamos mostrar para as gurias porque elas não têm noção do que é triste”), ou quando assistiram a notícia do massacre na escola do Realengo no RJ: “coitadas das crianças e das famílias. A violência tem que acabar”⁸⁰.

Sobre isso, Freire Filho afirma que “não se pode presumir e proclamar que todas as jovens se comportarão necessariamente de acordo com as prescrições e proscricões formuladas, de maneira explícita ou tácita, pela mídia [...]” (FREIRE FILHO, 2006, p. 16). Há toda uma gama de fatores culturais, identitários e de “práticas de autoformação”, como denomina o autor, que faz com as jovens alterem, utilizem, adaptem, adotem parcialmente ou ignorem determinados modelos, valores, práticas e discursos, demonstrando, assim, que encontram as brechas possíveis que as táticas de uso permitem.

Essas táticas podem ser pensadas também a partir do ponto de vista das relações de poder. Foucault questiona o poder como uma noção centralizadora, como se fosse uma essência ou um lugar específico. Ao estudar o sujeito, o autor percebeu que “se o sujeito humano é apanhado nas relações de produção e nas relações de sentido, ele é igualmente apanhado nas relações de poder de uma grande complexidade” (FOUCAULT, 1988, p. 3 e 4).

O autor afirma que, normalmente, as relações de poder são pensadas a partir de modelos jurídicos ou modelos institucionais, como os abrigos. No entanto, na atual configuração de sociedade, cabe pensar as lutas para além das oposições de autoridade. No que se refere a reconhecimento, diferenciação e igualdade, é possível destacar um aspecto em comum nas lutas, entre outros aspectos abordados por Foucault: são lutas que colocam em questão o estatuto do indivíduo. Com isso, por um lado, segundo Foucault (1988, p. 6) essas lutas afirmam o direito à diferença e enfatizam tudo aquilo que individualiza os indivíduos. Por outro lado, essas lutas combatem tudo o que pode isolar o indivíduo, desligá-lo dos outros, prejudicar a vida comunitária e a ligar-se à sua identidade própria. “Estas luchas no están exactamente a favor o en contra del “individuo”, más bien están contra el ‘gobierno de la individualización’” (FOUCAULT, 1988, p. 6).

A forma de poder estudada por Foucault é aquela que transforma os indivíduos em sujeitos. Uma forma de poder que é exercida sobre a vida cotidiana, categorizando indivíduos, ligando-os a identidades específicas e definindo o que deve ser reconhecido. Uma forma de poder que subjuga e submete. O poder, para Foucault, é um poder difuso, longe das formas regulamentares, centrais e legítimas por meio das quais normalmente o poder é estudado. Em

⁸⁰ Ver nota 52. Mais informações disponíveis em: <<http://g1.globo.com/videos/globo-reporter/v/criancas-tiveram-sonhos-destruidos-em-massacre-de-realengo/1750317/>> e <<http://veja.abril.com.br/tema/massacre-em-realengo>>.

sua obra, Foucault determina a ação do sujeito como fundamental no processo de exercício do poder, como já exemplificou Freire Filho. Mas Foucault considera que a expressão “sujeito” tem duplo significado, podendo exemplificar tanto o indivíduo dotado de consciência e autodeterminação, como também aquele que está submetido a alguma coisa, sujeitado a alguma ação de outra pessoa ou a uma norma.

Sobre o poder, é interessante destacar também a abordagem de Bourdieu (1998), que é mais estrutural, demonstra a existência de um poder simbólico que tem o poder de enunciar, de fazer crer e de fazer ver que, por sua vez, só é exercido se for reconhecido. Bourdieu introduz a noção dos sistemas simbólicos, sistemas de comunicação e conhecimento cujo poder serve à construção da realidade. Esse poder também existe e é definido dentro de uma determinada relação – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos. Esse ‘poder invisível’, segundo o autor se constitui por meio do discurso e da legitimidade de quem diz. Além disso, é um sistema estruturante, que tem ação sobre o mundo; e é estruturante porque é estruturado. Sua estrutura está na base da constituição da produção simbólica.

Bourdieu afirma que:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e de fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força [...], graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido [...] (BOURDIEU, 1998, p. 14).

No entanto, essa configuração de poder é questionada. Michel de Certeau afirma que o indivíduo pode apropriar-se do material hegemônico, por exemplo, (re) configurá-lo e (re) significá-lo. O autor afirma que:

[...] um tal “reconhecimento” atesta uma convicção e sua modéstia; ele constitui também um julgamento. Uma silenciosa convivência habita a espessura de uma experiência que um enuncia e outros declaram verídica. Constantemente essa história recomeça. Ela pode ser política ou cultural, distinguindo-se esses dois aspectos, aliás, cada vez menos. Muito freqüentemente, sob hierarquias transmutadas em proprietárias daquilo que deveriam “permitir” falar, há lutas obscuras contra o absurdo, poéticas sociais que despertam e exprimem autoridades emergentes. Esse murmúrio organizador de uma língua verdadeira surpreende sempre os deuses do poder [...] (DE CERTEAU, 1995, p. 37).

Para Foucault, a expressão do poder passa por diversos métodos, mas com o mesmo objetivo: controle da disciplina e transmissão de informações por meio da vigilância. Bruno (2006) destaca que as análises de Foucault sobre os dispositivos de vigilância identificam dois elementos centrais: o olhar e a informação. Segundo a autora “na escola, no exército, na fábrica, nos hospitais, nas prisões, os sujeitos são, ao mesmo tempo, olhados e objetivados” (BRUNO, 2006, p. 154). Isso ocorre também nos Abrigo que, a exemplo das instituições

citadas, busca registrar as competências, características físicas e psíquicas e evoluções das abrigadas, bem como, a partir disso, estabelecer normas e classificações a respeito dessas jovens.

No entanto, ao estudar a visibilidade e a subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação, Bruno traz uma importante contribuição ao afirmar que, a partir da tecnologia há uma inversão do foco de visibilidade no exercício do poder. “O olhar não mais incide naqueles que exercem o poder, mas naqueles sobre quem o poder é exercido. Sobre o indivíduo comum, ordinário, e ainda mais sobre aqueles que estão aquém do comum e mediano – o desviante, o anormal” (BRUNO, 2004, p. 111). E completa, afirmando que o poder torna-se cada vez mais anônimo enquanto o sujeito exposto à visibilidade torna-se cada vez mais objetivado e atrelado a uma identidade – no caso desse estudo, as jovens abrigadas, com seus comportamentos juvenis, manias, aptidões etc. É a partir desse contexto e desses conceitos que se buscarão as experiências de sociabilidade das jovens assistidas pelo CECRIFE/Querubim.

Acredita-se que a Internet contribui significativamente para reorganizar as experiências de sociabilidade das jovens abrigadas, por meio da comunicação, apesar da existência de um acesso restrito e monitorado. “Não há potência na tecnologia que não seja moldada, mediada, pelas tendências sociais profundas, tanto as que se voltam à emancipação quanto as que se destinam à dominação e à exclusão”, afirma Martín-Barbero (2008, p. 23 e 24). No caso do Abrigo, como abordado anteriormente, há um uso diferenciado em função da limitação de acesso, mas que, ao mesmo tempo, apresenta táticas de uso que fazem com que as jovens reforcem a sua identidade “jovem, adolescente, menina, de determinada classe social”. Nesse sentido, destaca-se que essa percepção de identidade aproxima as adolescentes da caracterizada identidade juvenil, apesar das diferenciações existentes com relação ao contexto social, econômico, afetivo e familiar das adolescentes, consideradas sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

É importante ressaltar a idéia de Martín-Barbero (2008) de que a tecnologia não cria a desigualdade, ela apenas reforça a exclusão gerada nas relações sociais de uma sociedade estruturalmente excludente. Ou seja, as possibilidades de conexão e de inclusão ou exclusão geradas pela tecnologia são um meio de agravamento da desigualdade social para o autor. Entende-se, assim, que os usos que o ser humano faz da tecnologia é que criam (ou reforçam) as desigualdades existentes.

Segundo Martín-Barbero,

a tecnologia é, hoje, uma das metáforas mais potentes para compreender o tecido – redes e interfaces – de construção da subjetividade. [...] Enquanto o sujeito emerge, hoje, de um ambiente fortemente imaginal e emocional, a casa, em parte, e sobretudo a escola ainda se prendem a uma racionalidade que, em nome do *princípio de realidade*, expulsa o sujeito, não tanto pelo princípio do *prazer*, mas por sua *sensibilidade*. É esse o mundo em que vive o sujeito jovem [...]. É desse lugar que nos olham e ouvem tais sujeitos [...] *mediados por suas interações pela e com a tecnologia* (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 21 e 22, grifos do autor).

Cabe aqui uma reflexão sobre questões como homogeneidade, desigualdade e igualdade, inclusão e diferença, visto que a identidade possui dois significados distintos e, assim, promove o reconhecimento ou a recusa: um significado de semelhança (identidade de propósitos, por exemplo) e um significado de dessemelhança (defender uma identidade própria). Ao construir a identidade e buscar pertencimento, as jovens exibem marcas de seu lugar que, a partir de determinado ponto de vista é excludente e desigual mas que, por outro lado, é apenas o lugar “normal” de pessoas de determinada idade, sexo, afinidades musicais, pessoais, etc. Ou seja, as jovens demonstram querer ser incluídas em um padrão de consumo e de hábitos de gênero e de classe aos quais pertencem, ou mesmo de uma classe média urbana, naquelas casos em que adotam padrões de consumo convergentes entre as classes. Essa é uma dimensão da sociabilidade das jovens que, via consumo, buscam o pertencimento à juventude.

Para Santos,

A desigualdade e a exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizada. No sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada enquanto que no sistema de exclusão, a pertença dá-se pela exclusão. A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. [...] Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da exclusão: pertence-se pela forma como se é excluído. [...] na prática, os grupos sociais inserem-se simultaneamente nos dois sistemas, em combinações complexas (SANTOS, 1999, p. 2).

Ao mesmo tempo, há um paradigma universalista, entendido pelo autor como um dispositivo ideológico contra a desigualdade e a exclusão. No entanto, a negação das diferenças opera pela lógica da homogeneização, impedindo a existência das diferenças por critérios culturais e sociais, como é o caso das adolescentes. Esse princípio universalista parece reger as instituições de atendimento socioeducativo, em uma tentativa de universalizar os direitos e deveres, ou a cidadania das abrigadas. Essas questões aparecem no estudo e serão demonstradas a partir de algumas “marcações” encontradas durante o processo da pesquisa.

A juventude atual é marcada pelo uso da tecnologia e pelas possibilidades que esse acesso carrega. Os jovens, ao mesmo tempo em que estão enviando e-mails, estão baixando músicas, acessando um *site* para ler algo e lendo e atualizando as mensagens nas redes sociais.

Esse movimento já descaracteriza o jovem como simples receptor, mas enfatiza seu envolvimento em todo um processo comunicacional.

No Abrigo não é diferente. Um dos principais usos da Internet é para baixar músicas no computador. Algumas das músicas preferidas das adolescentes fala de assuntos relacionados com o universo das jovens: amor, namoro, baile *funks*, violência, como a música *Beijo*, de Luan Santana

Sai cantando do chuveiro; Eu sou o cara mais feliz do mundo inteiro
Noite perfeita, tá na hora, quero te encontrar; Em frente ao espelho, tô ensaiando
A melhor forma de dizer que tô te amando; Essa é a chance, é agora eu não posso
errar. Mas bem na hora de falar com você; Travei, comecei a gaguejar; E a saída é
deixar acontecer; O coração se entregar.

Um beijo fala mais que mil palavras; Um toque é bem mais que poesia; No seu
olhar enxergo a sua alma; Sua fala é uma linda melodia; Ninguém sabe explicar o
que é o amor; Ninguém vai ser feliz sem ser amado; Meu coração de vez se
entregou; Confesso que eu estou apaixonado (<http://letras.terra.com.br/luan-santana/1792572/#selecoes/1780219/>. Acesso em 10 dez. 2011.)

Ou as músicas *Um pente é um pente* e *Mulher é foda*, que são um *funks* cantados por Os Hawaiianos, e trazem também uma questão de gênero para reflexão, reforçando a representação da mulher como pessoa interessada em dinheiro, em bens materiais, capaz de mentir e trair, e que usa o corpo provocante para conseguir o que quer dos homens.

É o pente, é o pente x 15; Traição é traição; Romance é romance; Amor é amor; E
um lance e um lance. Traição é traição; Romance é romance; Amor é amor;
E um lance e um lance. Olha a seqüência do pente. É o pente x 30; Olha a
seqüência do pente; Para as safadas presentes; Olha a seqüência do pente. (Um
pente é um pente) <http://letras.terra.com.br/os-hawaiianos/1585395/#selecoes/1764623/>. Acesso: 10 dez. 2011.

Mulher é bagulho é doido; Te ilude, te trai , fala que te ama; Num dia te agrada e
no outro te engana; Mas depois fica tudo bem éh; Mulher é bagulho sinistro; Te
arranca dinheiro, te faz de otário; Tudo que ela pede você dá, tu perde o controle
fica alucinado; A mulher quer NEXTEL, roupa, dinheiro, salão de beleza; Carro e
moto, shopping center, ser tratada igual uma princesa; Mas nem todas são iguais;
Tem umas que levantas outras que derruba; Tem que ficar na atividade; Se você
der mole ela te afunda; Tem mulher que faz macumba; Pra querer acabar com a
tua vida; Tem outras que cresce o olho; Pega o documento e entra na justiça. Tem
mulher que quer da golpe; Pra conseguir ganhar pensão; Vai pro jornal fala que ta
grávida, de olho na sua condição; Olha só o que o homem faz por causa de uma
mulher; Olha só; Ele mata, morre, briga, chora; Entra em contradição por causa de
uma gostosa.(2x) (Mulher é foda) (<http://letras.terra.com.br/os-hawaiianos/1585395/#selecoes/1764623/>. Acesso em: 10 dez. 2011.)

Outra música feita a partir dessa versão, e que também é ouvida constantemente pelas jovens (apesar da tentativa das educadoras de proibir esse tipo de música), é Sou Foda.

A versão de Dannylo e Rafael faz muito sucesso na Internet⁸¹. Essa música ressalta as “qualidades” sexuais do homem com fama de “pegador”, que deixa a mulher enlouquecida e que é melhor que qualquer outro homem.

Sou foda (2x)

Sou foda na cama eu te esculacho; Na sala ou no quarto; No beco ou no carro; Eu... eu sou sinistro; Melhor que seu marido; Esculacho seu amigo; No escuro eu sou um perigo...

Avassalador, um cara interessante; Esculacho seu amante; Até o seu ficante

Mas... mas não se esqueça; Que eu sou vagabundo; Depois que a putaria começou rolar no mundo (No mundo); Pra... Pra te enlouquecer; Pra te enlouquecer; Todas, todas que provaram não conseguem esquecer. (2x)

Sou foda; Eu sou sinistro. (<http://letras.terra.com.br/os-avassaladores/1665066>. Acesso em: 2. jan. 2012)

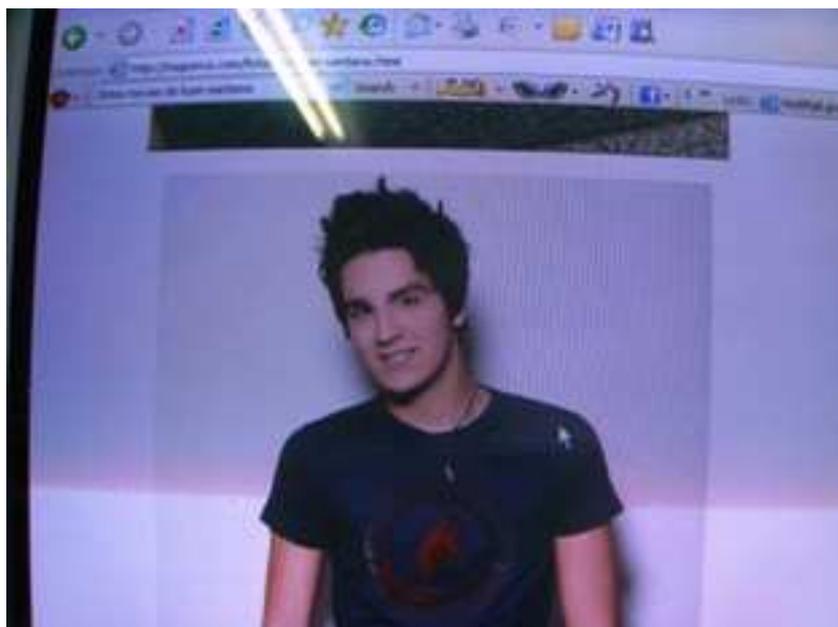
Essa versão de Sou Foda provocou uma reação da cantora Naiara Azevedo, chamada Sou Foda (Resposta), que também foi uma das músicas que as jovens baixaram nos computadores da sala de informática do Abrigo. É uma manifestação a favor das mulheres, mas utilizando a ridicularização do homem para isso.

Coitado, se acha muito macho; Sou eu que te esculacho; Te faço de capacho; Se acha o bicho nem era tudo aquilo que contava pros amigos; Eu sempre te defino; Desanimador, prepotente e arrogante; Não serve pra amante talvez nem pra ficante; E não se esqueça que no final de tudo quem vive de putaria; .Leva a fama de chifrudo; Antes de eu me esquecer; Só para você saber; Todos, todos que provaram são melhores que você (2x)

Ó o pente, ó o pente, ó o pente ó o pente; Defendendo a mulherada e dando seqüência no pente; Ó o pente, ó o pente, ó o pente ó o pente; Naiara Azevedo dando seqüência no pente; Traição é traição, romance é romance; Amor é amor e com você foi só um lance (2x); Ó o pente, ó o pente; Naiara Azevedo dando seqüência no pente; Ó o pente, ó o pente; Defendendo a mulherada e dando seqüência no pente. (www.letras.terra.com.br. Acesso em: 2 jan. 2012).

O acesso, na Internet, das fotos dos ídolos adolescentes, como o Luan Santana, também é constante, como mostram as fotografias abaixo, feitas pelas próprias adolescentes com a câmera fotográfica da pesquisadora, a partir da tela do computador:

⁸¹ Os alunos da disciplina de Comunicação Cidadã da ABNG referiram a música Mulher é Foda várias vezes como sendo uma de suas preferidas. Além disso, acessavam constantemente o vídeo no *YouTube*. Disponível em:<<http://www.youtube.com/watch?v=v7IIrvPinv0>>.



Quando viam as fotos tiradas, as jovens exclamavam: “Como ele é lindo! Olha só essa boca!” As falas das abrigadas durante as entrevistas e interações realizadas também reforçam essas marcas de juventude, de classe e de gênero na constituição das sociabilidades das meninas:

“A gente pediu a semana inteira prá alguém nos trazer na sala de informática, mas nenhuma educadora veio com a gente. Eu só queria poder ser como todo mundo e acessar a Internet todos os dias e ver e-mails e usar o Orkut e o Facebook. Pelo menos eu me sentiria como uma adolescente normal” (TA, entrevista realizada em 11 ago. 2011).

“Achei a música! Chovendo paixão! Bota aí prá gente escutar. Eu queria cantar essa música para o XX (nome do menino por quem ela é apaixonada)” (VI, no dia 28 de julho, na interação na oficina de informática).

No MSN, TA se denomina “a princesinha mais atrevida – boa o suficiente pra abalar a sua mente, perfeita na medida certa pra acabar com a sua VIDA (sic).” Ela comenta que tem vários amigos no MSN, “mas uso mesmo é para falar com o (nome do namorado), porque ele não pode vir até aqui para me ver”.

Essas possibilidades de uso e de acesso da Internet podem ser consideradas um fator de inclusão, quando elas podem acessar e se percebem em igualdade com os demais com quem convivem ou até mesmo com o imaginário de adolescente que construíram. Por outro lado, é também um fator de exclusão, já que não podem acessar tudo o que querem, em um contexto que por si só já é excludente. Nesse sentido, é um desafio pensar como as meninas vão constituir cidadania a partir desse contexto, considerando as suas identidades.

A tecnologia, no caso a Internet, contribui para essa construção, ao permitir que a trama de relações que elas tecem seja ampliada e que elas se conectem com alguns de seus desejos e anseios. Por meio da Internet elas também constituem suas identidades de adolescentes/mulheres, apesar de o uso ainda estar bastante circunscrito à cultura de massa ou a incursões pontuais na Internet (como verificar o horóscopo, por exemplo). As preferências das adolescentes por esses temas relacionados à cultura massiva (como filmes americanos de terror e o cantor sertanejo Luan Santana) também podem ser analisadas a partir da questão identitária das jovens que, como adolescentes, acabam por consumir os produtos da indústria cultural. A viabilidade desse consumo de bens, aliado à possibilidade de acesso, configuraria uma das possibilidades de cidadania para as jovens, uma vez que a segmentação e a diversidade de consumo seriam fatores geradores de cidadania.

Percebe-se, nesse sentido, que a base do que as jovens buscam em seus usos da Internet tem uma idéia de entretenimento. E esse sentido de entretenimento considera a complexidade da realidade social e cultural onde estão inseridas as abrigadas, principalmente no que diz respeito à democratização dos bens culturais, ou seja, elas têm determinado acesso ao que gostam de assistir na Internet. As desigualdades sociais vivenciadas pelas jovens também se reproduzem na esfera do acesso ao entretenimento, uma vez que esse mesmo acesso é limitado e as condições de uso da Internet redirecionam as opções de entretenimento

que elas dispõem por meio da tecnologia, não proporcionando o acesso a redes sociais, por exemplo.

A idéia de entretenimento fica clara nos usos realizados, uma vez que são usos lúdicos e que fazem parte do universo do lazer. No entanto, conforme Marin (2009),

a democratização dos bens culturais ou a liberdade de opção não é uma coisa dada como pretendem os discursos naturalistas, empresariais e de *marketing*. Assim, [...] o entretenimento não podem prescindir dos fatores econômicos, sociais e simbólicos que engendram e determinam os usos e a falta de acesso aos bens (MARIN, 2009, p. 217).

Para a autora, o entretenimento assumiu grande importância na sociedade contemporânea, pela capacidade que apresenta de incluir “a todos, de diferentes idades e gêneros, diferentes estratos sociais, lugares e regiões do mundo e, portanto, ser uma fonte geradora de bens econômicos e simbólicos” (MARIN, 2009, p. 228).

A pesquisa com as jovens mostrou que a troca de informações, a busca por músicas, horóscopo, notícias e novelas também é uma forma de influenciar comportamentos, expor idéias e emoções. Suas experiências de um uso das mídias pautado pelo entretenimento assumem uma perspectiva freireana da comunicação como criação de laços. Nas experiências das jovens, a comunicação por meio do uso da Internet adquire uma dimensão de vivência e de relação, na qual elas têm a possibilidade de ser sujeitos juvenis, independente da condição de abrigamento que as cerca.

Conectar-se à Internet, para as jovens, é de alguma forma conectar-se para além das fronteiras impostas pela instituição, mesmo que sem a liberdade pretendida. Ao interagir com as possibilidades apresentadas pela Internet, as jovens exercitam um sentimento de autonomia e liberdade, mesmo que os usos estejam atrelados a padrões de conduta, padrões estéticos impostos pela mídia ou a outras normas. A diversidade de estilos e de expressões culturais das jovens também encontra espaço no uso da Internet.

A Internet possibilita que as jovens se identifiquem com seus “grupos” de interesse e se reconheçam em seus pares. A virtualidade é, no mundo juvenil, parte indissociável das vivências de sociabilidade e de construção de identidades, e o lugar onde podem afirmar a sua existência para o outro, especialmente no caso das jovens abrigadas, que se inserem em um contexto de vulnerabilidade social e de assistência social. Ou seja, as jovens encontram, nos seus usos da Internet, uma forma de inserção social e visibilidade, ao afirmarem, por meio de suas escolhas, a que grupo pertencem, a que grupos gostariam de pertencer e a que grupos não pertencem (seja por dificuldade e negação de acesso ou não).

Ao escutarem os *funks*, por exemplo, reafirmam suas preferências musicais, identificadas com o público jovem e com a classe e a cultura populares onde estão inseridas, seja no abrigo, seja em seus locais de origem. Em uma das visitas, quando estavam na sala de informática, ouviram a música “Aquecendo a novinha”⁸², da Gaiola das Popozudas, e dançaram na sala a mesma coreografia. Uma das jovens comentou: “Ainda bem que a Tia L (nome da educadora) não está aqui, porque ela não deixa a gente escutar essa música e nem dançar assim”.

Essa identificação com os estilos juvenis da cultura de massa reflete as demandas sociais e culturais características da posição em que as jovens do Abrigo se encontram na hierarquia social. Para Ronsini (2007), a classe estrutura as demandas porque propicia motivações diferenciadas para a construção dos estilos, estabelecendo orientações sobre o que, simbolicamente, as constrói como sujeitos juvenis.

Para Pais (2006), as possibilidades trazidas pela Internet representam para as jovens uma fuga da ordem (chamada por ele de espaço estriado, em referência a Deleuze e Guattari) e a constituição da liberdade (denominada por Pais de espaço liso, também em referência aos autores citados). Segundo ele, essa possibilidade de fuga da estabilidade e do controle, criada pela Internet, deve-se a horizontalidade, ou seja, a uma ausência de hierarquias; ao fato de as relações serem mais espontâneas e descontinuadas e ao multipertencimento que, segundo Pais, possibilita uma diversidade de encontros e desencontros, ao mesmo tempo, invenções e reinvenções de si mesmo. Essas características invertem a lógica original do espaço estriado, simbolizado para as jovens da pesquisa pela instituição Abrigo. Porém, entende-se que o espaço estriado das jovens não possibilita essa total fuga da estabilidade e do controle, pois a instituição regula o acesso, reforçando uma hierarquia, possibilitando apenas uma fuga parcial ou abertura de brechas.

Sendo assim, é possível afirmar que as identidades comuns e as linguagens da juventude canalizam os interesses das jovens abrigadas em seus usos na Internet. Com isso, elas constroem formas de compreensão e discussão da realidade que as cerca por meio de suas sociabilidades juvenis. São essas sociabilidades juvenis que funcionam como espaços nos quais as mediações socioculturais e as identidades estão em constante movimento. Além disso, as sociabilidades das jovens não podem ser interpretadas com referência

⁸² A letra da música é: Para de falar que tu é minha namorada, que eu só te namoro na hora da cachorrada, nessa hora aqui eu falo até que te amo. Aquecendo com a novinha, ralando com a novinha, descendo então vai novinha rebola e depois quica. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/mc-luan/aquecendo-novinha.html#ixzz1jBHQYDQm>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

exclusivamente a uma cultura popular, uma vez que os elementos de culturas populares, massivas, urbanas, de classe média, etc. se mesclam em seus padrões de consumo. O que parece ocorrer é que as abrigadas desejam, apenas, viver seu tempo de juventude com as marcas que a cultura juvenil carrega.

Essa cultura juvenil é constituída por elementos como a música, os ídolos, as expressões utilizadas pelos jovens, as redes sociais, entre outros, e sofre constantemente a influência (ou a tentativa de) da cultura massiva, que busca transformar essas referências em produtos de consumo. Acredita-se que os jovens se expressam culturalmente de diversas formas como consumidores dos bens culturais, mas também como (re)criadores das suas próprias expressões, hábitos e atitudes.

Entende-se que cabe aos educadores e à própria instituição (CECRIFE/Querubim), uma vez que as jovens estão afastadas do convívio familiar e, por estarem no Abrigo, também ficam afastadas de outras convivências culturais, relacionais e educativas (sair com colegas e amigos, ir ao cinema, ir ao teatro, freqüentar shows, fazer passeios) trabalhar essas questões que envolvem as sociabilidades juvenis para que as jovens possam entender a Internet como um espaço de valorização das dimensões culturais, de participação e reivindicação social e de exercício de uma cidadania multidimensional para as abrigadas, alcançando assim a importância do processo de subjetivação no exercício de reconhecimento das diferenças e no desafio de eliminação das desigualdades produzidas pelo processo de exclusão no qual se encontram as jovens.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrar um trabalho de pesquisa é uma tarefa árdua. Assim como também é difícil encontrar as palavras que possam ilustrar esse fechamento. Primeiro, porque as jovens participantes da pesquisa continuam no Abrigo, modificando suas próprias experiências e construindo novos sentidos para seus acessos e usos na Internet. Ou seja, elas e sua relação com a Internet estão em permanente construção e movimento. Segundo, porque sempre parece que ainda há algo a dizer ou, então, que há outros caminhos por onde se poderia ter seguido. Por último, porque o encerramento carrega consigo um fim, um fechamento, uma definição. E encontrar esse “definitivo” é algo bastante difícil em uma pesquisa que envolve sujeitos diferenciados como as jovens acolhidas no CECRIFE/Querubim em função de sua situação social.

O estudo proposto trouxe uma série de desafios, como a definição do caminho a seguir e do contexto a ser estudado, o que foi trilhado a partir da pesquisa exploratória, com a identificação dos eixos pelos quais seria interessante movimentar a pesquisa: Internet, juventude e gênero. Além disso, desenvolver uma pesquisa com jovens abrigadas traz uma diversidade de desafios de cunho metodológico, que apresentaram a necessidade de compor a metodologia com técnicas e procedimentos que superassem as dificuldades encontradas na pesquisa, como, por exemplo, a dificuldade nas entrevistas, onde as respostas, muitas vezes eram bastante diretas e se resumiam a “sim”, “não”, “é legal”, “gostaria”, “eu gosto”. Outro fator a ser contornado foi o sentimento de preservação (ou auto preservação) das jovens, que não gostavam de expor suas histórias de vida, apesar do ótimo relacionamento estabelecido com a pesquisadora. Isso evidencia-se nas falas das abrigadas: “Tia, eu gosto quando tu vem aqui e a gente pode ir na informática”, “Tia, fica aqui prá lanchar com a gente”, “Tu pode vim de novo essa semana? (sic)”, são algumas das manifestações das jovens. Mas, quando questionadas sobre a vida fora do Abrigo, eram reticentes e vagas nas respostas.

Pergunta: Por que não queres ir prá casa?

Jovem 1: Porque não tenho vontade de ir nesse fim de semana.

Pergunta: Quanto tempo estás aqui no Abrigo?

Jovem 2: Uns três anos.

P: E vais prá casa no fim de semana?

J 2: Vou. Eu tenho que ir porque as tias obrigam.

P: Por que não gostas?

J 2: Porque não.⁸³

⁸³ Anotações do Diário de Campo da pesquisadora.

Apesar disso, a interação com o grupo na sala de informática e em outros momentos no Abrigo (na hora do lanche ou na hora de assistir TV, ou simplesmente em rodas de conversa no pátio), trouxe importantes contribuições para o estudo.

Essa realidade específica vivenciada pelos sujeitos da pesquisa, fez com que o percurso metodológico fosse construído a partir de tentativas e reflexões. A entrevista, como citado, não conseguiu dar conta da realidade encontrada, assim como não conseguiu alcançar o aprofundamento necessário para uma avaliação. Por isso, outros procedimentos foram sendo testados e agregados, como a observação e a interação na sala de informática, assim como o estabelecimento de uma relação que permitisse que a pesquisadora, simplesmente, acompanhasse o que estava acontecendo no Abrigo e estabelecesse um laço com as jovens para ouvir suas impressões, suas histórias sobre a escola, suas vontades, etc. Por outro lado, a acolhida no CECRIFE/Querubim possibilitou o desenvolvimento da pesquisa de forma tranqüila e a receptividade das jovens à proposta facilitou o relacionamento com elas. A partir disso, o desenvolvimento desse trabalho foi tomando seus caminhos e direções.

As múltiplas dimensões trabalhadas: juventude, gênero, classe social, cidadania, consumo, buscaram dar conta da complexidade do universo pesquisado, bem como proporcionar um diálogo entre o teórico e o empírico, em um movimento constante de reflexão e busca de sentidos para o que estava sendo pesquisado.

A pesquisa mostrou, ainda, que a tecnologia, nesse caso a Internet, precisa ser percebida como um diferencial a favor das pessoas, não apenas do ponto de vista tecnológico, mas também pela possibilidade do estabelecimento de redes, de espaço de entretenimento e de constituição de sociabilidades. Sabe-se que a Internet tem sido vista com bastante otimismo por parte de muitas pessoas, pesquisadores e estudiosos, encantados com as potencialidades geradas por essa tecnologia e que várias características apregoadas nesse sentido não se confirmam em contextos sociais, econômicos e culturais como os que estão inseridas as jovens pesquisadas, seja pela impossibilidade ou dificuldade de acesso, seja pelo uso marcado quase que exclusivamente pelo consumo da cultura de massa.

Esse uso do universo tecnológico também precisa ser pensado em espaços como o Abrigo no qual as jovens estão inseridas, uma vez que esse contexto sofre tensionamentos pela dinâmica inclusão versus exclusão. Em um contexto de desigualdades, como é o analisado e também o brasileiro, torna-se importante que existam iniciativas de democratização do acesso, mas muito mais do que isso, de capacitação para um uso que ultrapasse as barreiras do simples consumo do que é oferecido pela grande mídia. Essas ações dariam mais oportunidade de expressão e liberdade a todos, conferindo o exercício daquilo

que é direito do cidadão, a comunicação, bem como de um exercício efetivo da cidadania. Além disso, tornam-se necessárias a partir do momento em que as táticas de uso talvez não sejam suficientes, apesar de afirmarem o esforço de setores sociais por serem incluídas. As brechas encontradas não dão conta de ultrapassar as desigualdades vivenciadas e acabam, muitas vezes, mantendo a exclusão. Isso também é reflexo das contradições do mundo pós-moderno: de um lado, o desenvolvimento técnico rápido e virtuoso, de outro, o aumento dos abismos sociais, econômicos e culturais.

Apesar de os principais usos da Internet realizados pelas jovens atrelarem-se a conteúdos veiculados na cultura de massa, a idéia de que as adolescentes são influenciadas em demasia por esses meios ou que possuem uma visão alienada não é a tônica dessa pesquisa. Afinal, apesar de as adolescentes estarem incluídas em uma instituição normativa, elas constituem-se em relação com as suas práticas culturais, com suas vivências e com suas táticas plurais. Com isso, realizam a afirmação de suas identidades para práticas de sociabilidade e de visibilidade e a constituição de sua cidadania por meio do consumo cultural. Por outro lado, não é possível escapar do fato de que a própria reelaboração das práticas comunicacionais feita pelas adolescentes não está imune às regras e normas impostas pela instituição e contaminadas pelas condições sociais e culturais da realidade onde estão inseridas. E, nesse sentido, reforça-se aqui a idéia de que a Internet não possibilita a todos um uso e acesso democráticos, como uma tendência generalista faz supor, ou seja, a Internet sozinha não possibilita reflexões e nem apropriações.

O que se percebe é que há que se dar um passo à frente, na tentativa de romper alguns dos limites e desafios encontrados na pesquisa, seja no contexto empírico ou nas questões teóricas, para buscar alternativas na discussão de possibilidades de acesso e uso social da Internet pelas jovens de uma forma diferenciada da atual. Isso se dará pela liberação do acesso das adolescentes a todos os conteúdos? Ou por uma forma mais efetiva e pedagógica de trabalho por parte da organização para a garantia da integridade e da segurança das jovens durante o uso da Internet? O acesso irrestrito trará novos usos ou apenas aumentará o tempo que as adolescentes passarão no computador e na Internet? Essas são algumas questões de difícil resposta. Porém, entende-se que a pluralização ou a diversificação do consumo para além da cultura massiva será favorecida se houver mais inclusão e acesso à Internet por parte das jovens, uma vez que poderiam, efetivamente, vivenciar as sociabilidades para além da condição de abrigo da instituição. Com isso, as jovens poderiam construir ou reforçar suas identidades a partir de outros elementos articulando suas experiências de vida com todas as possibilidades que as tecnologias podem oferecer.

Esses questionamentos e caminhos relacionam-se com diferentes dimensões da cidadania e nos levam a pensar que o acesso à informação e a inclusão digital revelam muitas possibilidades comunicativas e interativas. E esse acesso representa, na sociedade em rede atual, um direito que precisa ser assegurado para todos. É esse direito que tem um papel fundamental em processos participativos, em processos de diminuição das desigualdades e em processos de constituição de sujeitos críticos e atuantes.

Nesse sentido, o papel das organizações, como o CECRIFE/Querubim, é buscar garantir os direitos das abrigadas, como assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e como preconizado pela missão da mantenedora do Abrigo. Com isso, seria possível a constituição de uma cidadania comunicativa por parte das jovens, pela possibilidade de vivências e usos da Internet não apenas como espaço de entretenimento, mas como espaço mediador de pertencimento, de experiências de identidade e sociabilidade e de construção de seus espaços no mundo.

As perspectivas que ficam são de que a instituição possa encontrar um equilíbrio entre as suas preocupações institucionais e normativas com relação aos usos Internet e a efetiva utilização desse espaço comunicacional pelas jovens. Entende-se que, somente a partir disso, é que será possível transpor o uso da Internet como entretenimento e consumo cultural, reflexos da cultura de massa, para uma utilização que contemple outras dimensões que a Internet oferece: interação por meio das redes sociais, apropriação do espaço para a comunicação por meio de blogs, busca de informações, compartilhamento de idéias, estabelecimento de relações profissionais, entre outros usos, apesar dos limites impostos pelas organizações e pelas empresas de tecnologia e por aqueles que detém o poder da informação e do acesso a essa tecnologia.

8. REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel.; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 37-72.

ABRAMO, Helena Wendel; LEÓN, Oscar Dávila. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publicacoes/juventude_adolescencia_br_asil.pdf>

ABRAMOVAY, Miriam (org.). **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília:UNESCO, BID, 2002. 192 p.

AGÊNCIA de Notícias de Novo Hamburgo. Disponível em: <<http://www.an.novohamburgo.rs.gov.br>>. Acesso em: 1 abr. 2011.

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor**: história e gestão das organizações. São Paulo: Summus, 2006.

APÓS fechamento, número de trabalhadores desempregados chega a 718. **Jornal NH online**. Novo Hamburgo, RS, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.jornalnh.com.br/estancia-velha/366501/apos-fechamento-numero-de-trabalhadores-desempregados-chega-a-718.html>>. Acesso em: 9 jan.2012.

AQUINO, Luseni. Introdução sobre juventude e políticas sociais no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 23-40.

ARAÚJO, Maria de; MATTIOLI, Olga Ciciliato (orgs.). **Gênero e Violência**. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

ASHOKA Empreendedores Sociais. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br>>. Acesso em: 17 set. 2009.

ASSOCIAÇÃO Evangélica de Ação Social – AEVAS. Disponível em: <<http://www.aevas.org.br>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

BARBIANI, Rosângela. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 138-153, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1051/3237>>. Acesso em: 7 abr. 2011.

BARROS, Laan Mendes de. Os meios ou as mediações? In: XVII ENCONTRO DA COMPÓS. 2008, São Paulo. Disponível em: <http://facasper.com.br/pos/libero/libero_23/12_laan_barros.pdf>.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. O problema da sociologia do conhecimento. In: **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 11-68.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

BRIGNOL, Liliane Dutra. **Migrações transnacionais e usos sociais da Internet**: identidades e cidadania na diáspora latino-americana. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2010.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre. n. 24, jul. 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3271/2531>>. Acesso em: 6 dez. 2011.

_____. Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas. **Revista Fronteiras**. Estudos Midiáticos. Vol. VIII, n. 2, p. 152-159, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/fronteiras/article/view/3147/2957>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão; KANSO, Solange. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 71-88.

CARDOSO, Nara Maria Batista. Mulher e maus-tratos. In: STREY, Marlene Neves (org.). **Mulher**: estudos de gênero. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997. p. 127-138.

CARREIRA, Denise; MENCHU, Ajamil; MOREIRA, Tereza (orgs.). Mudando o mundo. **A liderança feminina no século 21**. São Paulo: Cortez/Rede Mulher de Educação, 2001.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (org.). **Por uma outra comunicação**. Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 255-288.

_____. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. (orgs.) **A Sociedade em Rede**. Do Conhecimento à Acção Política. Portugal: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2011.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-149.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO, Mary Garcia Castro; ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas. In: I CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, ALAP. Setembro de 2004, Caxambu, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.alapop.org/2009/images/PDF/ALAP2004_295.PDF>. Acesso em: 7 abr. 2011.

CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2009**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.cetic.br/tic/2009/index.htm>>. Acesso em: 2 mai. 2011.

CODATO, Adriano; LEITE, Fernando. Classes sociais. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 20-69.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, Governo e Mercado**. Departamento de Ciências da Administração/UFSC: [Brasília]: Capes: UAB, 2009.

COELHO, Simone de Castro Soares. **Terceiro Setor**. Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. 2ª Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=GtYhtMYXT70C&printsec=frontcover&source=gbs_navlinks_s#v=onepage&q=&f=false>. Acesso em: 8 set. 2009

COGO, Denise. BRIGNOL, Liliane. Redes Sociais e os estudos de recepção na Internet. **Matrizes**. São Paulo. Ano 4, n. 2, p. 75-92, jan./jun. 2011.

COGO, Denise. **Os estudos de recepção na América Latina: perspectivas teórico-metodológicas**. In: Portal de la Comunicación. Instituto de la Comunicación (InCOM) de la UAB (Universidade Autônoma de Barcelona), 2009. Disponível em: <http://www.portalmunicacion.com/por/_n_aab_lec_1.asp?id_llico=48>.

CONEXÃO Tocantins. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2010/03/24/dona-raimunda-39-eles-acham-que-para-criar-o-gado-tem-que-acabar-com-o-babacu-39>> e <http://www.youtube.com/watch?v=IH13G20cMWA>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

CORBUCCI, Paulo Roberto et al. Situação educacional dos jovens brasileiros. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 89-108.

COSTA, Márcia Regina da; SILVA, Elisabeth Murilho da. **Sociabilidade juvenil e cultura urbana**. São Paulo: Educ, 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DAGNINO, Evelina. **Concepciones de la ciudadanía em Brasil: proyectos políticos em disputa**. s/l, s/d.

_____. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994, pág. 103-115.

_____. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO CLACSO, Cultura e Poder, Buenos Aires, 5 e 6 de junho de _____ 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/grim_crisis/11Confluencia.pdf>.

_____. Concepciones de la ciudadanía em Brasil: proyectos políticos em disputa. In: CHERESKY, Isidoro (comp.) **Ciudadanía, sociedad civil y participación política**. Buenos Aires: Mino y Dávila, 2006.

DAYRELL, Juarez; REIS, Juliana Batista. **Juventude e Escola: Reflexões sobre o Ensino da Sociologia no ensino médio**. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife 2007.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: O rap e o funk na socialização da juventude**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo-Edgar A.; SILVA, Hélio (orgs.). **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical**. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 62-83.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hackers, 2005. p. 52-78.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos Estudos Culturais. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 9, dezembro de 1998.

ESPOSITO, Roberto. Nihilismo e comunidade. In: PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade**. Os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 15-30.

_____. **Os estudos culturais**. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luis; FRANÇA, Vera Veiga (orgs). Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 151 - 170.

ESTATUTO da Criança e do Adolescente. Ministério Público, Brasil. Disponível em:<<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacaoc/idt3.htm>>. Acesso em 26/03/2001.

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do Terceiro Setor**. USP: Centro de Estudos de Administração do Terceiro Setor, 1999.

FILHO, André Barbosa; CASTRO, Cosette. A inclusão digital como forma de inclusão social. In: FILHO, André Barbosa; CASTRO, Cosette; TOME, Takashi (orgs.). **Mídias Digitais: convergência tecnológica e inclusão digital**. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 273-294.

FOUCAULT, Michel. El sujeto y el poder. **Revista Mexicana de Sociología**. México, Ano L, n. 3, jul./set. 1988.

_____. O cuidado com a verdade. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Michel Foucault: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FORD, Tâmara Villareal; GIL, Genève. A Internet Radical. In: DOWNING, John. **Mídia Radical**. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002. p. 269-307.

FRAGOSO, Suely; MALDONADO, Alberto Efendy. (orgs.) **A Internet na América Latina**. São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? **Ciberlegenda**. Rio de Janeiro, n. 5, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/vera1.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2010

FREIRE FILHO, João. Novas Perspectivas para o Estudo da Relação entre Discursos Midiáticos, Juventude e Poder. **E-Compós**. Vol. 6, p. 2 – 21, 2006a.. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/82/82>>. Acesso em: abr. 2011.

_____. Em cartaz, as garotas superpoderosas: a construção discursiva da adolescência feminina na revista Capricho. **Revista Fronteiras**. Vol. VIII, n. 2, mai./ago. 2006b.

FUNDAÇÃO Maurício Sirotsky Sobrinho. Disponível em: <<http://www.fmb.org.br>>. Acesso em: 19 mar. 2011.

FUSER, Bruno. Sociedade em rede, inclusão digital e cidadania cultural. In: OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de; NUNES, Márcia Vidal. **Cidadania e cultura digital**. Apropriações populares na Internet. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. p. 13-44.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Sociedad civil y ciudadanía em la problemática latinoamericana actual. In: CHERESKY, Isidoro (Comps.). **Ciudadanía, sociedad y participación política**. Buenos Aires: Mino Y Dávila, 2006, p. 45-60.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GONZALES, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 109-128.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**. Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GRUPO de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Acesso em: 17 set. 2009.

GUBER, R. **El salvaje metropolitano**. Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. Buenos Aires: Paidós, 2004.

GUIA de Políticas Públicas para a Juventude. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/guia-de-politicas-publicas-de-juventude>>. Acesso em: 28. dez. 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HESSELBEIN, Frances et al. **A comunidade do futuro**. Idéias para uma nova comunidade. São Paulo: Futura, 1998.

HONNETH, Axel. Desrespeito e resistência: a lógica moral dos conflitos sociais. In: **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, 2003.

HOPENHAYN, Martín. **América latina desigual y descentralizada**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2005, 376 p.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. 2011.

INSTITUTO de Pesquisas Sociais Aplicadas – IPEA. Disponível em: <<http://ipea.org.br>>.

JACCOUD, Luciana; HADJAB, Patrícia Dario El-Moor; ROCHET, Juliana. A política de assistência social e a juventude: um diálogo sobre a vulnerabilidade social. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 167-190.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Editora Aleph, 2008. p. 1-51. Disponível em: <http://portalliteral.terra.com.br/lancamentos/download/9065_capitulo_1__culturadaconvergenca.pdf>. Acesso em: 22. Nov. 2011.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 7-132.

KYMLICKA, W; NORMAN, Waine. El retorno del ciudadano: una revisión reciente en teoría de la ciudadanía. **Revista La Política**. n. 3, p. 5-40, 1997.

LACERDA, Juciano de Sousa. A comunicação digital e os desequilíbrios e esperanças em torno da definição de uma Sociedade da Informação: experiência latino-americana. **Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación** [publicação da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación]. São Paulo, Ano 1, no 1, p.116-125, 2º semestre de 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lacerda-juciano-comunicacao-digital.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2011.

LACERDA. **Movimentos Sociais, Redes e Comunidades virtuais**: Um olhar sob vários ângulos da Rede Brasileira de Comunicadores Solidários à Criança. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lacerda-juciano-comunidades-virtuais.pdf>>. Acesso em 28 mai. 2011.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: ABRAMO, Helena Wendel. LEÓN, Oscar Dávila. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publicacoes/juventude_adolescencia_br_asil.pdf>. p. 9-18.

LIMA, Karina Medeiros de. Determinismo Tecnológico. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Anais eletrônicos... Mato Grosso do Sul, set. 2001. Disponível em: <http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/determinismo.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2011.

LOPES, Fernanda Lima. Identidade jornalística e memória. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves. **Mídia e memória**. A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 137-154.

LORENZI, Gisella Werneck. **Uma breve história dos direitos da criança e do adolescente**. s/l. dez. 2007. Disponível em: <<http://www.promenin.org.br/ferramentas/conteudo/tabid/77/conteudo>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Nas redes do conceito de gênero**. s/l. 1997. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/geerge/redes.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2011.

LÜTZOW, Oskar. Academia Evangélica. O Cristão e a Vida Pública. **Igreja em nossos dias**, ano V, n. 1, São Leopoldo, 1964. p. 10-11.

MADUREIRA, Daniele. **Calçado: Vulcabras fecha Azaléia no Sul e se volta para a Índia**. 10 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.g21.com.br/materias/materia.asp?cod=32825&tipo=noticia>>. Acesso em: 9 jan. 2012.

MARIN, Elizara Carolina. Entretenimento: uma mercadoria com valor em alta. **Movimento**. Porto Alegre, vol. 15, n. 2, p. 211-231, abr./jun., 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1153/115315433012.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, Silvia H. S.; FREIRE FILHO, João. (orgs.) **Culturas Juvenis no século XXI**. São Paulo: EDUC, 2008. p. 9-32.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Gênero e história: percursos e possibilidades. In: SCHPUN, Monica Raisa (org.). **Gênero sem fronteiras**: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. p. 73-91.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

- MEAD, Georg. H.: **Espírito, persona y sociedad**. Buenos Aires: Paidós, 1982.
- MICHAUD, Yves. **Violência**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.
- NUNES, Márcia Vidal. Cultura, cidadania e novas tecnologias: novas relações sociais. In: OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de. NUNES, Márcia Vidal. **Cidadania e cultura digital**. Apropriações populares na Internet. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. p. 151-170.
- OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Sobre o alcance teórico do conceito “exclusão”. **Civitas**. Porto Alegre, v. 4. n. 1, jan./jun. 2004.
- OROZCO GOMES, Guillermo. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis. (org.) **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividade e identidade juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- PALACIOS, Marcos. Sete teses equivocadas sobre comunidade e comunicação comunitária. **Comunicação e política**, Salvador, BA, v.9, n. 11, p. 103-110, 1990. Disponível em: <[HTTP://www.unifra.br/professores/rosana/setetesesmarcos%20palacios.txt](http://www.unifra.br/professores/rosana/setetesesmarcos%20palacios.txt)>. Acesso em: 30 set. 2009.
- PAQUETÁ encerra produção em Sapiranga. **Revista Exclusivo**. Novo Hamburgo, 16 dez. 2011. Disponível em: <<http://exclusivo.com.br/Noticias/60316/Paquet%C3%A1-encerra-produ%C3%A7%C3%A3o-em-Sapiranga.eol>>. Acesso em: 9 jan. 2012.
- PESQUISA Situação Mundial da Infância e da Adolescência 2011. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/sowc2011/>>. Acesso em: 29 abr. 2011.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-149.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. Couro, calçado e memória: e do sapato se fez uma região. **Revista Conhecimento Online**. Novo Hamburgo, ano 1, vol. 1, set. 2009. Disponível em: <<http://www.feevale.br/revistaconhecimentoonline>>. Acesso em: 3 mai. 2011.
- PROJETO Saúde e Alegria. Disponível em: <<http://wwwsaudeealegria.org.br>>. Acesso em: 25 mai. 2011.
- PROMENINO. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br>>. Acesso em: 9 mai. 2011.
- RAMOS, Gerusa Coutinho. Terceiro Setor: a construção de uma economia da solidariedade. **Revista Gerenciais**. São Paulo, v. 2, p. 105-111, set. 2003.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REDE MOCORONGA DE COMUNICAÇÃO. Disponível em: <<http://www.redemocoronga.org.br>>. Acesso em: 25 mai. 2011.

RIBEIRO, Marlene. Exclusão: problematização do conceito. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 25, n.1, p. 35-49, jan./jun.1999.

RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg. (org.) **Terceiro Setor**. Desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 13-24.

ROCHA, Andrea Vieira Siqueira Serafini. A categoria institucional total e o fenômeno da institucionalização da infância no Brasil. **Revista Capital Científico**. Guarapuava-PR, v. 1, n. 1, p. 79-96, jan/dez. 2003.

ROCHA, Everardo; PEREIRA, Claudia. Sociabilidade e novas tecnologias: os significados do consumo entre os jovens. In: BARBOSA, Marialva; MORAIS, Osvando J. de. (orgs.) **Comunicação, cultura e juventude**. São Paulo: Intercom, 2010.

RONSINI, Veneza V. Mayora. **Mercadores de sentido**: consumo de mídia e identidades juvenis. Porto Alegre: Sulina, 2007.

RUSTIN, Michael. La igualdad en los tiempos posmodernos. In: MILLER, David; WALZER, Michael (comp.). **Pluralismo, justicia e igualdad**. Buenos Aires: FCE, 1996. p. 29-63.

SAFFIOTI, Heleieth. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 105-158.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Ipesp, v. 13, n.4, set. 2000.

SALES, Teresa. **Trama das desigualdades, drama da pobreza no Brasil**. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000063302&fd=y>>.

SALVATORE, Vilu. A racionalidade do Terceiro Setor. In: VOLTOLINI, Ricardo. (org.) **Terceiro Setor**: planejamento e gestão. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=hrxQrfGOahgC&printsec=frontcover&dq=terceiro+setor&source=gbs_similarbooks_r&cad=2#>. Acesso em: 8 set. 2009.

SANTINI, R.M.; LIMA, C.R.M. Difusão de música na era da Internet. V ENCONTRO LATINO DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA. Salvador: UFBA, 2005. Disponível em: <<http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/pdf/ClovisMontenegroDeLimaRoseSantini.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1999.

SAÚDE e Alegria. Disponível em: <<http://www.saudeealegria.org.br>>. Acesso em: 25 mai. 2011.

SCHEMES, Claudia et al. **Memória do setor coureiro-calçadista: pioneiros e empreendedores do Vale do Rio dos Sinos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Cidadania sem fronteiras**. Ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHÜNEMANN, Rolf. **Do gueto à participação**. O surgimento da consciência sócio-política na IECLB entre 1960 e 1975. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1992.

SCHÜTZ, Liene M. Martins. **Novo Hamburgo: Sua História Sua Gente**. Porto Alegre: Livraria Editora Pallotti, 1977.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de Aquino. Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito. In: **Ipea políticas sociais - acompanhamento e análise**. Agosto de 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_11/ENSAIO3_Enid.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2011.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; MELLO, Simone Guerresi de. Contextualizando o levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da (org.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=245>. Acesso em: 17 mar. 2011.

SILVA, Enid Rocha de Andrade. (coord.) **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=245>. Acesso em: 17 mar. 2011

SIMMEL, Georg. La ampliación de los grupos y la formación de la individualidad. In: **Sociología**. Estudios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza, 1986 [1896]. p. 741-808.

_____. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SORIANO, Jaume. Las nuevas reglas de la etnografía de la comunicación. **Portal de la Comunicación**. Instituto de la Comunicación (InCOM) de la UAB (Universidade Autônoma de Barcelona), Barcelona, 2007. Disponível em: http://www.portalcomunicacion.com/por/pdf/aab_lec/48.pdf

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: UNESCO, 2003. Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=o1arykLVxFkC&pg=PA184&lpg=PA184&dq=%22bernardo+sorj%22+brasil@povo.com&source=bl&ots=b4cUc-axya&sig=X7ph87K7ihhpZJUACkuxOctR2JM&hl=pt-BR&ei=mWVITsuKCMX40gHsg9GxCg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CB4Q6AEwAQ#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 29 set. 2011.

SOUZA, Antônio Vital Menezes de; SANTOS, Vinicius Silva. Territorialidade e redes de sociabilidades juvenis: lugares, trânsitos e tensões da identidade. **Anais do Seminário de estudos culturais, identidades e relações interétnicas**. Universidade Federal de Sergipe, 05, 06 e 07 de agosto de 2009. Disponível em: <http://200.17.141.110/pos/antropologia/seciri_anais_eletronicos/down/GT_01/Antonio_Vital_Menezes_de_Souza.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

STREY, Marlene Neves. Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, Patrícia Kriger; WERBA, Graziela C. **Violências e gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 47-70. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=EMHRcN2KPYUC&pg=PA107&dq=violencia+contra+mulheres&hl=pt-BR&ei=f8iATuriNYfJgQf3v8Q2&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&ved=0CEAQ6AEwBA#v=onepage&q=violencia%20contra%20mulheres&f=false> Acesso em: 21 set. 2011.

PORTAL Terra. **Letras de músicas**. Disponível em: <<http://www.lettras.terra.com.br>>.

THOMPSON, Andrés A. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn Berg. (org.) **Terceiro Setor**. Desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 41-48.

UNIVERSIDADE do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Biblioteca da UNISINOS. **Guia para elaboração de Trabalhos Acadêmicos** (artigo de periódico, dissertação, projeto, trabalho de conclusão de curso e tese). São Leopoldo, 2011.

VAGALUME. **Letras de músicas**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br>>.

VELHO, Alfeu Farias. **Rede.Com Crianças e Adolescentes de Novo Hamburgo (RS)**. s/l. 2004. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCriancaeAdolescentes/tabid/77/ConteudoId/550a206b-01d2-4033-9619-66cf81d42623/Default.aspx>>. Acesso em: 1 abr. 2011.

VERGARA, S. C. A Gestão da Política de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Anais da XXVI Assembleia de CLADEA**. Escuela de Administración de Negocios Graduados, Lima, 1991.

VERMEREN, Patrice. El ciudadano como personaje filosófico. In: QUIROGA, Hugo. VILLAVICENCIO, Suzana; VERMEREN, Patrice (Comps.) **Filosofias de la ciudadanía**. Sujeto político y democracia. 2. ed. Rosário: Homo Sapiens, 2001. p. 19-32.

VIZER, Eduardo; FERREIRA, Jairo. **Mídia e movimentos sociais**. Linguagens e coletivos em ação. São Paulo: Paulus, 2007.

VOTENAWEB. Disponível em: <<http://www.votenaweb.com.br/projetos/2885>>. Acesso em 27 mai. 2011.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. São Paulo: Papirus, 1998.

ZIEBELL, Clair Ribeiro. Mulheres na luta por educação: desvendando o protagonismo. In: STREY, Marlene Neves; MATTOS, Flora; FENSTERSEIFER, Gilda; WERBA, Graziela. (orgs.) **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000. p. 207-226.

ZAMBIASI, Teresinha. Rio **Grande do Sul – Censo 2010**. Centro de Estudos Migratórios Cristo Rei – CEMCREI. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/pib/.../pib-regional-2011.ppt>. Acesso em: 28. dez. 2011.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza. A produção de sentidos sobre jovens e juventudes. In: **Revista Digital**. Buenos Aires, Año 13, n. 123, agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd123/a-producao-de-sentidos-sobre-jovens-e-juventudes.htm>>. Acesso em: 3 mai. 2011.

ANEXOS

a) Roteiro para levantamento básico de informações sobre a instituição com a coordenação do Abrigo.

- 1) Nome da instituição:
- 2) Mantenedora:
- 3) Como é realizada a manutenção:
- 4) Quantas meninas atende:
- 5) Qual o tempo médio de permanência das meninas na casa:
- 6) Qual a idade das meninas atendidas:
- 7) Principais motivos de encaminhamento:
- 8) Meninas freqüentam a escola ou trabalham?
- 9) Qual a rotina da casa:
- 10) Quais as atividades que as adolescentes têm no Abrigo:
- 11) Quais as principais dificuldades da organização:
- 12) Quantos colaboradores e qual a formação dos colaboradores do Abrigo:
- 13) Como é o acesso às mídias? Assistem TV, escutam rádio, lêem jornais ou revistas? Quais? O quê? Acessam a Internet? Utilizam celular?
- 14) Como funcionam as oficinas de informática?
- 15) O que podem e o que não podem acessar na Internet? Por quê?

b) Roteiro para entrevista com as adolescentes

- 1) Nome completo:
- 2) Idade:
- 3) Série que frequenta na escola:
- 4) O que mais gosta de fazer nas horas livres? Por quê?
- 5) Gosta de assistir TV? O que mais assiste e gosta?
- 6) Ouve rádio? O que gosta de ouvir no rádio?
- 7) Lê jornal ou revistas? O que costuma ler no jornal e quais as revistas que gosta?
- 8) Gosta de usar a Internet? Usa para quê? O que gosta de acessar?
- 9) Quantas vezes por semana costuma usar a Internet?
- 10) Quanto tempo gostaria de usar?
- 11) Onde mais acessa a Internet?
- 12) O que gostaria de fazer na Internet e não faz?
- 13) Sobre quais assuntos você gosta de conversar e falar?